



Ministério das
Cidades



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN SURB Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Porto Alegre /2011

MINISTÉRIO DAS CIDADES EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A – TREN SURB

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010, da Norma de execução nº 03/2010 aprovada pela Portaria CGU nº 2.546/2010.

**Unidade Responsável:
GEPLA – Gerência de Planejamento**

Porto Alegre, 2011.

SUMÁRIO

PARTE A - CONTEÚDO GERAL	10
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE.....	11
2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	15
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	15
2.1.1 Competência Institucional	15
2.1.2 Objetivos Estratégicos	15
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	18
2.2.1 Expansão da Empresa	19
2.2.1.1 Expansão da Linha 1 – Implantação do Trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre	19
2.2.1.2 Implantação do Aeromóvel.....	20
2.2.2 Compromisso com a Sustentabilidade	20
2.2.3 Qualificação dos Serviços.....	21
2.2.3.1 Sistema de Freio Microprocessado	21
2.2.3.2 Projeto Interoperabilidade.....	21
2.2.3.3 Projeto Multimídia	22
2.2.3.4 Acessibilidade	22
2.2.4 Valorização dos Empregados.....	22
2.2.4.1 Ações voltadas aos Empregados.....	22
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	22
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - NÃO APLICÁVEL..	22
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela Unidade	23
2.3.3 Programa 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros.....	25
2.3.3.1. Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos...	26
2.3.3.2. Ação 2004 – Assistência Médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.....	27
2.3.3.3 Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	28
2.3.3.4 Ação 2012 – Auxílio alimentação aos servidores e empregados.....	29
2.3.3.5 Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados	30
2.3.3.6 Ação 6438 – Capacitação de recursos humanos para transportes coletivos urbanos	31
2.3.3.7 Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada	33
2.3.3.8 Ação 7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS.....	34
2.3.3.9 Ação 2843 – Funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros	36
2.3.3.10 Ação 2272 – Gestão e administração do programa	38
2.3.3.11 Ação 10T9 – Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS	39
2.3.3.12 Ação 5174 – Modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre – RS.....	40
2.3.3.13 Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.....	41
2.3.4 Programa 1078 – Nacional de Acessibilidade	42
2.3.4.1 Ação 1O34 – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS à Acessibilidade Universal	43
2.3.5 Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	44
2.3.5.1 Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	44

2.3.5.2 Ação 002F – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	45
2.3.6 Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	46
2.3.6.1 Ação 1D73 – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.....	46
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	47
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	47
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	47
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	48
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	48
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	50
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	50
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	50
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	51
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	51
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	52
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	53
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	53
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	54
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	55
2.4.3 Indicadores Institucionais	56
2.4.3.1 Passageiros Transportados	59
2.4.3.2 Satisfação dos Usuários	60
2.4.3.3 Receitas no Exercício.....	63
2.4.3.4 Despesas no Exercício	68
2.4.3.5 Taxa de Cobertura.....	70
2.4.3.6 Dados da Operação	72
2.4.3.7 Levantamento Socioambiental.....	73
3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	76
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	76
3.2 Análise Crítica	78
4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	78
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	78
4.2 Análise Crítica	78
5 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS	79
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	79
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas - NÃO APLICÁVEL.....	81
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	81
5.4 Quadro de custos de Recursos Humanos	82
5.5 Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão de obra.....	83
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	84
6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	93
6.1 Transferências Efetuadas no Exercício	93
6.1.1 Relação dos Instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2010	93
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebradas e valores repassados nos três últimos exercícios.	94

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.	94
6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.	95
6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.	96
6.2 Análise Crítica	96
7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL SOBRE SIASG	97
8 INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS COM A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS	98
9 INFORMAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS	99
9.1 Estrutura de Controles Internos da TRENSURB	99
10 INFORMAÇÕES QUANTO A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS	101
11 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO	103
12 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TI	105
13 NÃO APLICÁVEL A NATUREZA JURÍDICA DA TRENSURB	106
14 RENÚNCIAS TRIBUTÁVEIS	107
15 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU DE UNIDADE DE CONTROLE	108
15.1 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Externo	108
15.2 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	132
16 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA TRENSURB	136
17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.	137
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	140
1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI	141
2 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 4.320/64) – NÃO APLICÁVEL	142
3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 6.404/76)	143
4 DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	161
5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	163
PARTE C - CONTEÚDO ESPECÍFICO	165
1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES	166
2 DECLARAÇÃO DAS ATAS DO CONSAD E CONFIS	172
3 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	173

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB - Relatório de Gestão Individual	11
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - NÃO APLICÁVEL ..	22
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela Unidade	23
Quadro A.2.2.1 - Execução Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	24
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	47
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	47
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	48
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas	48
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	50
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	51
Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	51
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	52
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	53
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	54
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	55
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	76
Quadro A.3.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	77
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	78
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	79
Quadro A.5.2- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	80
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	80
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 - NÃO APLICÁVEL.....	81
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010 - NÃO APLICÁVEL	81
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	81
Quadro A.5.7- Quadro de custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010... 82	
Quadro A.5.8 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	83
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – NÃO OCORREU NO PERÍODO.....	84
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra – NÃO OCORREU NO PERÍODO	84
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	93
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	94

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	94
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. NÃO OCORREU NO PERÍODO	95
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse – NÃO OCORREU NO PERÍODO	96
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da TRENSURB	99
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	101
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União – NÃO APLICÁVEL	103
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – NÃO APLICÁVEL	103
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ	104
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	105
Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	108
Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	130
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	132
Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2010.....	161
Quadro B.4.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades.....	162
Quadro C.12.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	168
Quadro C.12.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores.....	170

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Unidades Organizacionais.....	13
Tabela II – Dados gerais do programa 1295	25
Tabela III – Dados gerais da ação 20CW.....	26
Tabela IV - Metas e Resultados da ação 20CW no exercício	26
Tabela V – Dados gerais da ação 2004	27
Tabela VI - Metas e Resultados da ação 2004 no exercício.....	28
Tabela VII - Dados gerais da ação 2010	28
Tabela VIII - Metas e Resultados da ação 2010 no exercício	28
Tabela IX – Dados gerais da ação 2012	29
Tabela X - Metas e Resultados da ação 2012 no exercício	29
Tabela XI – Dados gerais da ação 2011	30
Tabela XII - Metas e Resultados da ação 2011 no exercício	30
Tabela XIII – Dados gerais da ação 6438	31
Tabela XIV – Número de Empregados Treinados por Área.....	32
Tabela XV - Metas e Resultados da ação 6438 no exercício	33
Tabela XVI – Dados gerais da ação 0110	33
Tabela XVII - Metas e Resultados da ação 0110 no exercício	33
Tabela XVIII – Dados gerais da ação 7L64	34
Tabela XIX - Metas e Resultados da ação 7L64 – 0056 no exercício	35
Tabela XX - Metas e Resultados da ação 7L64 - 0060 no exercício	35
Tabela XXI - Metas e Resultados da ação 7L64 – 000101 (RAP 2009) no exercício.....	35
Tabela XXII – Dados gerais da ação 2843	36
Tabela XXIII - Metas e Resultados da ação 2843 no exercício	37
Tabela XXIV – Dados gerais da ação 2272	38
Tabela XXV - Metas e Resultados da ação 2272 no exercício	38
Tabela XXVI – Dados gerais da ação 10T9.....	39
Tabela XXVII - Metas e Resultados da ação 10T9 no exercício	40
Tabela XXVIII – Dados gerais da ação 5174	40
Tabela XXIX - Metas e Resultados da ação 5174 no exercício.....	41
Tabela XXX – Dados gerais da ação 4641	41
Tabela XXXI - Metas e Resultados da ação 4641 no exercício.....	42
Tabela XXXII – Dados gerais do programa 1078.....	42
Tabela XXXIII - Dados gerais da ação 1O34	43
Tabela XXXIV - Metas e Resultados da ação 1O34 no exercício	44
Tabela XXXV – Dados gerais do programa 0901	44
Tabela XXXVI – Dados gerais da ação 0022	44
Tabela XXXVII - Metas e Resultados da ação 0022 no exercício.....	45
Tabela XXXVIII – Dados gerais da ação 002F	45
Tabela XXXIX - Metas e Resultados da ação 002F no exercício.....	46
Tabela XL – Dados gerais do programa 0310.....	46
Tabela XLI – Dados gerais da ação 1D73.....	46
Tabela XLII - Metas e Resultados da ação 1D73 no exercício	47
Tabela XLIII – Indicadores Globais.....	57
Tabela XLIV - Evolução dos Passageiros Transportados pela TRENSURB	59
Tabela XLV - Histórico do Grau de Satisfação com a TRENSURB.....	60
Tabela XLVI - Grau de Satisfação dos Atributos Pesquisados.....	62
Tabela XLVII - Satisfação dos motivos para escolha do Metrô	63

Tabela XLVIII – Bilhetes Vendidos Comparativo 2009-2010	64
Tabela XLIX – Valor das Tarifas Comparativo 2009-2010	65
Tabela L – Benefícios Tarifários com os Bilhetes de Integração	66
Tabela LI – Total da Receita Operacional de Transportes	67
Tabela LII - Despesas com Pessoal.....	68
Tabela LIII - Despesas com Pessoal	69
Tabela LIV – Despesas com Serviços de Terceiros	69
Tabela LV - Total do Custo em Energia de Tração	70
Tabela LVI – Índice de Regularidade do Serviço - Viagens Realizadas	72
Tabela LVII - MKBF Comparativo 2009-2010	73
Tabela LVIII - Quadro Resumo Indicadores Econômicos.....	75
Tabela LIX – Índice de Absenteísmo	85
Tabela LX - Padrões OIT para acidentes de trabalho.	85
Tabela LXI - Histórico Taxa de frequência e de gravidade de acidentes de trabalho.....	85
Tabela LXII - Quantitativo de Acidentes por Tipo	86
Tabela LXIII - Rotatividade anual	86
Tabela LXIV - Admissões e Demissões	86
Tabela LXV - Índice de satisfação dos empregados	87
Tabela LXVI - Ações Ajuizadas e Encerradas no ano de 2008.	88
Tabela LXVII - Ações Ajuizadas e Encerradas no ano de 2009.....	89
Tabela LXVIII - Ações Ajuizadas e Encerradas no ano de 2010.	89
Tabela LXIX - Indicador de êxito judicial da Gerência Jurídica, em relação a todas as decisões Cíveis e Trabalhistas	91
Tabela LXX – Cumprimento das recomendações no âmbito da Unidade de Auditoria Interna da TRENSURB	136

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Organograma.....	12
Figura II – Mapa Estratégico.....	17
Figura III – Perfil dos usuários.....	61
Figura IV – Gráfico Evolução da Receita Comercial (2006-2008)	67
Figura V – Gráfico Evolução do Índice da Taxa de Cobertura Operacional	71
Figura VI – Gráfico Evolução da Relação Receita-Despesa por Passageiro	71

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

(DN 107/2010- ANEXO II – CGU)

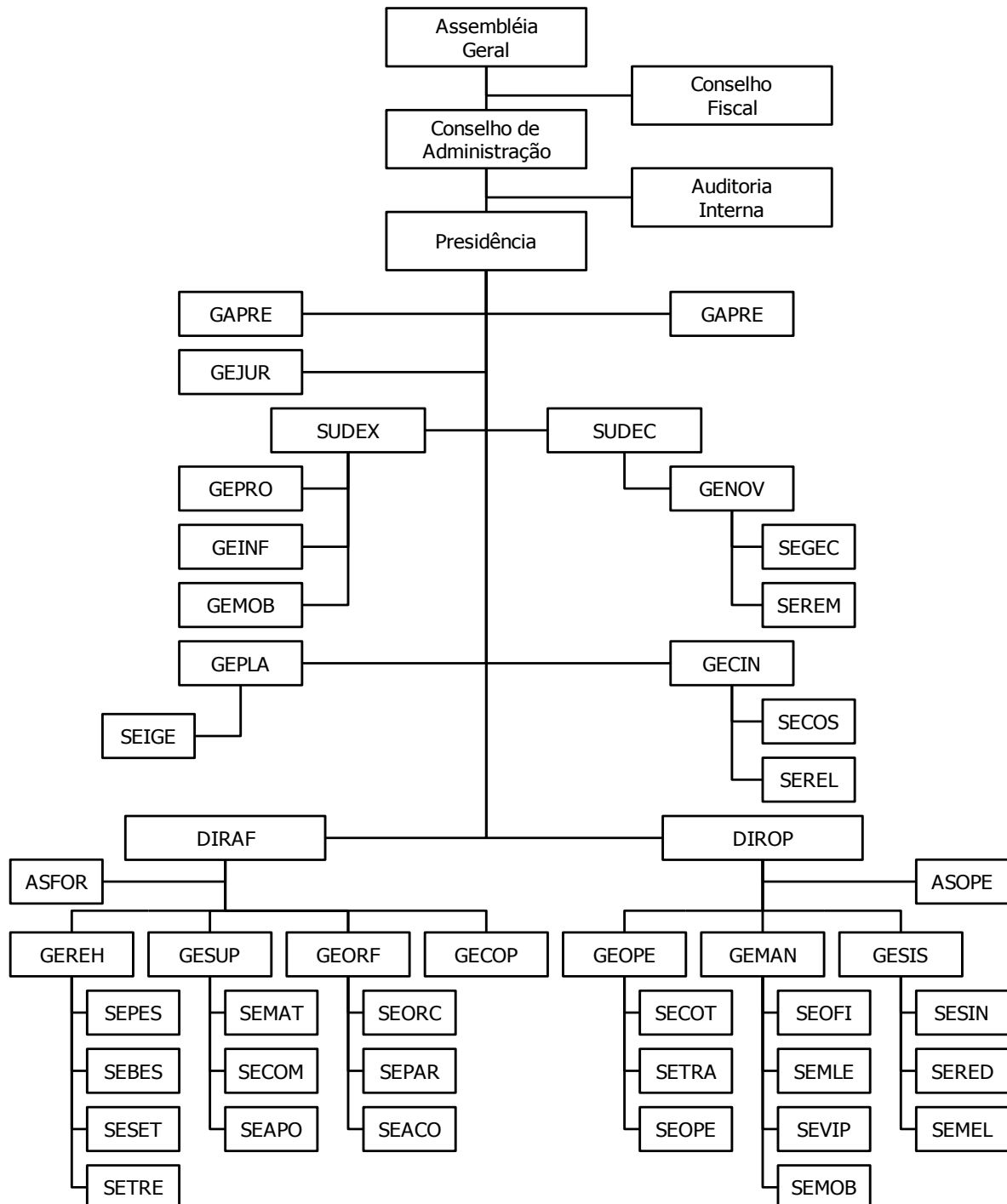
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Quadro A.1.1 – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A			
Denominação abreviada: TRENSURB			
Código SIORG: 00958	Código LOA: 56201	Código SIAFI: 275060	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Transporte metroviário			Código CNAE: 4912-4-02
Telefones/Fax de contato:	(051) 3363.8000	(051) 3363.8040	(051) 3363.8216
Endereço eletrônico: marcia.zorn@trensurb.gov.br			
Página da Internet: http://www.trensurb.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Bairro Humaitá Porto Alegre – RS CEP: 90.250-140			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Social		Última revisão: 03/12/2010	
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
NPG-ORG-101 (Regimento Interno da TRENSURB)		Última revisão: 18/11/2008	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A TRENSURB através do Regimento Interno fixou sob a forma de Sistemas os chamados Manuais de Processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as atividades de: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Para cada “sistema” há correspondente manual de procedimentos.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
275060	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
27208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275060		27208	

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Figura I - Organograma



Novembro/2008

Tabela I – Unidades Organizacionais

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLA
AUDITORIA INTERNA	AUDIN
PRESIDÊNCIA	PRES
Gabinete da Presidência	GAPRE
Gerência Jurídica	GEJUR
Gerência de Comunicação Integrada	GECIN
Setor de Relações Comunitárias	SEREL
Setor de Comunicação Social	SECOS
Gerência de Planejamento	GEPLA
Setor de Informações para a Gestão	SEIGE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO	SUDEX
Gerência de Mobilidade Urbana	GEMOB
Gerência de Projetos e Obras	GEPRO
Gerência de Informática	GEINF
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL	SUDEC
Gerência de Novos Negócios	GENOV
Setor de Relacionamento com o Mercado	SEREM
Setor de Gestão Comercial	SEGEC
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	DIRAF
Gerência de Recursos Humanos	GEREH
Setor de Pessoal	SEPES
Setor de Benefícios e Serviço Social	SEBES
Setor de Higiene e Segurança do Trabalho	SESET
Setor de Seleção e Treinamento	SETRE
Gerência de Suprimento e Apoio	GESUP
Setor de Materiais	SEMAT
Setor de Compras	SECOM
Setor de Apoio	SEAPO
Gerência de Orçamento e Finanças	GEORF
Setor de Orçamento	SEORC
Setor de Pagamentos e Receitas	SEPAR
Setor de Administração de Contratos	SEACO
Gerência de Contabilidade e Patrimônio	GECOP

DIRETORIA DE OPERAÇÕES	DIROP
Gerência de Operações	GEOPE
Setor de Operações	SEOPE
Setor de Controle Operacional	SECOT
Setor de Trafego	SETRA
Gerência de Manutenção	GEMAN
Setor de Oficina	SEOFI
Setor de Manutenção Leve	SEMLE
Setor de Via Permanente	SEVIP
Setor de Manutenção e Obras	SEMOB
Gerência de Sistemas	GESIS
Setor de Sinalização	SESIN
Setor de Rede Aérea	SERED
Setor de Manutenção e Elétrica	SEMEL

2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência Institucional

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades e atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. A TRENSURB foi criada através do Decreto Federal nº 84.640 de 17/04/1980 e tem como objetivo, de acordo com o Estatuto Social: “O planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) bem como o desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares”. Sua maior acionista é a União, com 99,39% do capital, seguida do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 0,46% e o município de Porto Alegre 0,14%. A sede administrativa da TRENSURB localiza-se em Porto Alegre, Bairro Humaitá, na Capital gaúcha. Sua finalidade precípua é promover a mobilidade urbana, com segurança, pontualidade e responsabilidade socioambiental na RMPA.

Ao transportar mais de 48 milhões de pessoas em 2010 a TRENSURB cumpre com seu papel de inclusão social, sobretudo, pelo fato de que a grande maioria dos usuários possui renda até cinco salários mínimos. Como forma de qualificar suas práticas no atendimento público, a Empresa realiza seus serviços com os melhores e mais democráticos exemplos de atendimento priorizando a acessibilidade universal a todos os cidadãos, em especial aos portadores de deficiência física. Dessa forma destaca-se que a pesquisa realizada em 2010 alcançou 91,9% no índice de satisfação geral.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

O modelo de gestão da TRENSURB está orientado para novas práticas gerenciais, com foco em resultados e atendimento aos usuários, qualidade de serviços e eficiência de processos, sem abandonar os parâmetros burocráticos, como o processo seletivo público, a impessoalidade e a prestação de contas aos órgãos de controle. Para realizar sua função institucional conjugada com as políticas públicas do Governo federal, o Planejamento Estratégico da TRENSURB atua como ferramenta principal de gestão.

O Planejamento Estratégico na TRENSURB foi instituído a partir de 2003 com o objetivo de apoiar e qualificar o processo de tomada de decisão, promover a excelência e criar valor para as partes interessadas. A instituição do Planejamento Estratégico inclui a elaboração de cenários para a construção de um futuro próximo e a criação dos mecanismos que permitirão a compreensão da atual realidade organizacional. Dessa forma, em 2003, com a participação de 70% dos empregados da empresa, através da matriz SWOT, foram definidos os pontos fortes e fracos e também as oportunidades e ameaças. Ainda nesta oportunidade foi possível definir os principais objetivos e metas, bem como estabelecer a Missão, Visão e os Valores da organização. Essas declarações estratégicas, divulgadas para todas as áreas através do Mapa Estratégico, permaneceram válidas até o final de 2007. Conforme a definição de revisar o Planejamento Estratégico de quatro em quatro anos, tornou-se necessário a atualização do mesmo em 2008. Na revisão do Planejamento Estratégico foram definidas as novas declarações estratégicas, considerando as cinco perspectivas do BSC, seguindo válidas até o presente momento.

Declarações Estratégicas

As declarações estratégicas da TRENSURB contribuem para o alinhamento e alcance do Planejamento Estratégico da empresa, pois sendo o foco de todos os colaboradores em cada área, produzirão os meios e requisitos para a consecução plena de seus objetivos estratégico, táticos e operacionais.

A Missão, a Visão, os Valores e o Negócio da TRENSURB ancoram a empresa como um todo voltado ao seu Plano Estratégico, devendo estar presente como base filosófica para tomadas de decisão e desenvolvimento das ações necessárias à operação e expansão do sistema como um todo.

MISSÃO

“Oferecer soluções em mobilidade urbana com segurança, pontualidade e responsabilidade socioambiental”.

VISÃO

“Empresa sob gestão pública, sustentável, estruturadora da mobilidade urbana, referência no transporte de passageiros, atuando com responsabilidade socioambiental, em permanente expansão e atualização tecnológica”.

VALORES

- *Ética nas relações;*
- *Responsabilidade socioambiental;*
- *Transparência administrativa;*
- *Agilidade na solução de problemas;*
- *Comprometimento das pessoas com os objetivos da empresa.*

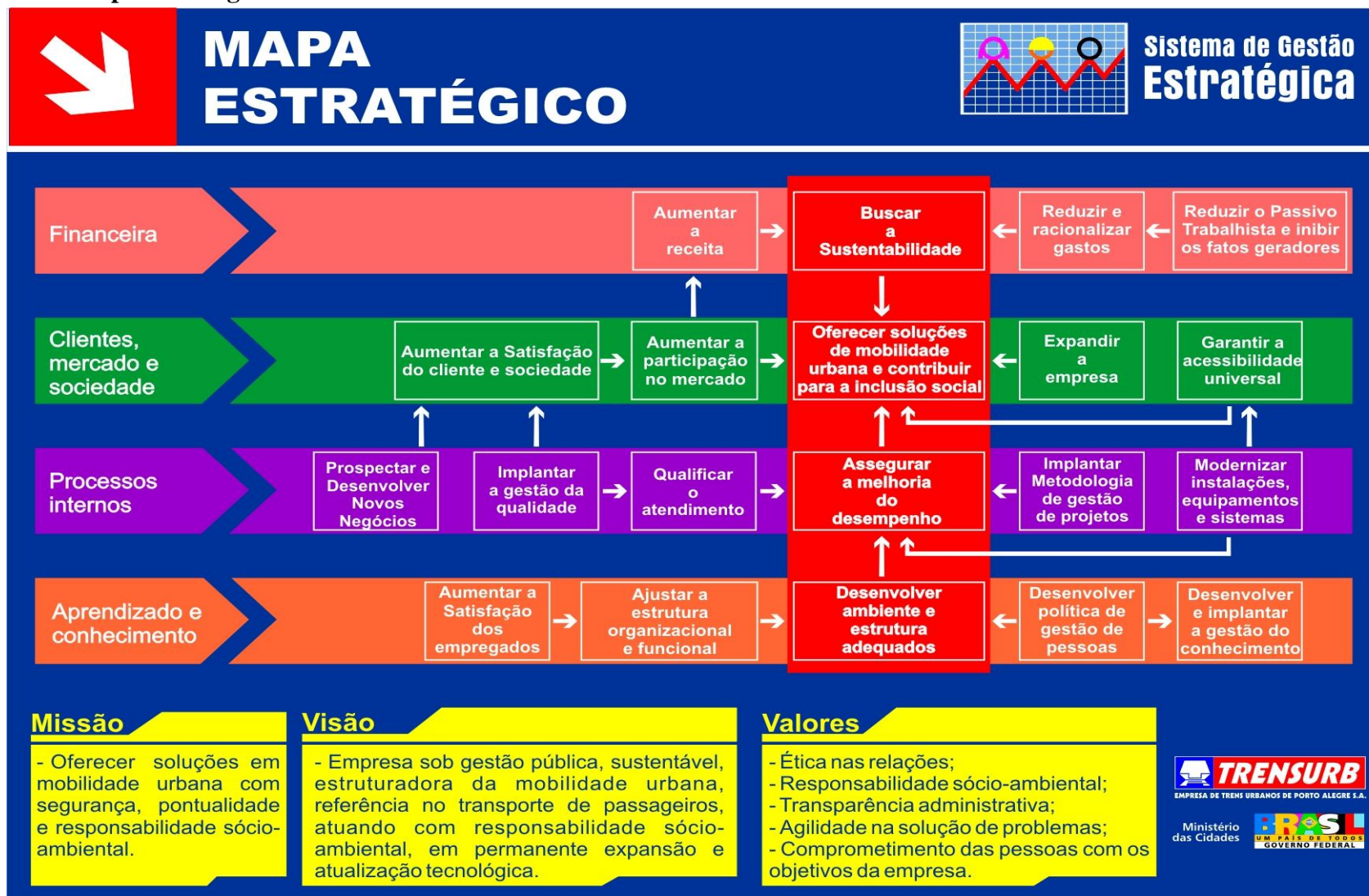
NEGÓCIO

“Oferecer soluções de mobilidade e serviços”.

A tradução da estratégia da organização em objetivos estratégicos específicos se dá através do Balanced Scorecard (BSC), organizados em um diagrama, denominado de mapa estratégico, que demonstra a relação de causa e efeito entre os objetivos estratégicos nas diferentes perspectivas adotadas, permitindo às pessoas o entendimento mais claro da importância de suas unidades operacionais e de sua participação individual no contexto geral da organização.

A seguir, na ilustração 2, está apresentado o Mapa Estratégico.

Figura II – Mapa Estratégico



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento).

O Planejamento Estratégico associado à metodologia do Balance Scorecard (BSC) constitui um plano de trabalho para o alcance dos objetivos e metas a que a TRENSURB se propõe. Esse processo vem sendo utilizado com muita ênfase, tornando o principal instrumento de gestão.

Dessa forma, destacamos abaixo o funcionamento do Balanced Scorecard (BSC) que ocorre através de quatro perspectivas, e inseridas nestas perspectivas, estão relacionados os seus objetivos:

- Perspectiva Financeira

- Aumentar a Receita
- Buscar a Sustentabilidade
- Reduzir e Racionalizar custos

- Perspectiva Clientes, Mercado e Sociedade

- Expandir a Empresa
- Aumentar a Satisfação do Cliente e da Sociedade
- Garantir a Acessibilidade Universal
- Oferecer Soluções de Mobilidade Urbana e Contribuir para a Inclusão

Social

- Perspectiva Processos Internos

- Modernizar Instalações, Equipamentos e Sistemas
- Prospectar e Desenvolver Novos Negócios
- Assegurar a Melhoria do Desempenho
- Implantar a Gestão da Qualidade
- Implantar Metodologia da Gestão de Projetos

- Perspectiva Aprendizado e Conhecimento

- Aumentar a Satisfação dos Empregados
- Desenvolver Política de Gestão de Pessoas
- Ajustar a Estrutura Organizacional e Funcional

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Após a análise das Perspectivas e dos seus objetivos, a TRENSURB, estabeleceu um conjunto de diretrizes prioritárias planejando as ações previstas para o exercício de 2010. A articulação e o balanceamento dessas ações seguiram os princípios de uma visão sistêmica, favorecendo a implementação dos projetos prioritários para o exercício em sintonia com os objetivos constantes no mapa estratégico da organização.

Para realizar sua função institucional conjugada com as políticas públicas do Governo Federal a TRENSURB, em conjunto com a formulação do Planejamento Estratégico definiu os principais eixos estratégicos que são os seguintes:

- Expansão da Empresa
- Compromisso com a Sustentabilidade
- Qualificação dos Serviços
- Valorização dos Empregados

Dessa forma, para atender aos objetivos e as principais prioridades organizacionais, a TRENSURB acompanhou seu plano de ação ao longo do exercício com a finalidade de alinhar seu desempenho com as diretrizes do planejamento estratégico da organização, assim alcançar melhores resultados. Esse acompanhamento é demonstrado abaixo, conforme os principais eixos definidos pela TRENSURB.

2.2.1 Expansão da Empresa

2.2.1.1 Expansão da Linha 1 – Implantação do Trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo do Sistema de Trens Urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre

A expansão da TRENSURB busca consolidá-la como empresa estruturadora do transporte público nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Com início de execução efetiva em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a obra tem se caracterizado por um ritmo notável. Toda em via elevada, com extensão de 9,3 km, construção de duas pontes (ferroviária e rodoviária), 4 novas estações (Rio dos Sinos, Liberdade, Fenac e Novo Hamburgo) e ainda o fornecimento e instalação de todos os sistemas operacionais (abastecimento de energia, rede aérea, sinalização, telecomunicações, bilhetagem, adequação do centro de controle de tráfego e energia), beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público e está gerando 1226 empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em R\$752.169.000 milhões de reais, sendo executado, até dezembro de 2010, 73,13% do total da obra.

A obra de Expansão da Linha 1 permitiu ao Governo Federal fazer importantes investimentos sociais como o reassentamento de 189 famílias no primeiro semestre de 2010, que foi necessário para que a área territorial fosse disponibilizada para execução da obra (via elevada e viário), as famílias foram distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no município de São Leopoldo. Os loteamentos contemplam, além da construção das casas, saneamento básico, tratamento dos resíduos, sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública e demais equipamentos públicos. Para efetivar a transferência de mais 540 famílias para o Loteamento Padre Orestes foi firmado um termo de compromisso com a Prefeitura de São Leopoldo, no valor de R\$ 30 milhões.

Embora os trabalhos estejam distribuídos nos 9,3 km da obra, concentram-se, prioritariamente, na primeira etapa de construção que contempla a implantação de 4,46 km de via completa, englobando duas estações: Rio dos Sinos em São Leopoldo e Liberdade em Novo Hamburgo. A operação comercial, para estas duas primeiras estações, está prevista o início do segundo semestre de 2011 e o término das obras para fevereiro de 2012.

No que diz respeito à Expansão da Linha 1 a implantação do Trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo, tudo ocorreu conforme o planejado, pois os recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) permitiram o planejamento consistente das atividades envolvidas, bem como o cumprimento do prazo estipulado. Assim, a TRENSURB atua firme e dedicada para cumprir as diretrizes do Governo Federal fortalecendo o papel do Estado e atingindo seu objetivo principal atendendo às demandas da cidadania e a inclusão social.

2.2.1.2 Implantação do Aeromóvel

A implantação do Aeromóvel entre a estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho tem como objetivo unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, facilitando o acesso às dependências do sítio aeroportuário, incentivando a redução do uso de veículos automotores e estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. Este é um projeto piloto que poderá vir a ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e também servir de modelo para outros sistemas do país para incrementar a mobilidade urbana em condições similares. O investimento orçado para a implantação do Aeromóvel é aproximadamente R\$ 29,9 milhões e está estruturado em 4 etapas de distintas de contratação que ocorreram conforme o planejado.

A liberação do investimento foi aprovado pelo Governo Federal em Agosto de 2010. Vale ressaltar, que já foram obtidas as licenças necessárias para a execução da obra, tanto municipais, como estaduais e federais.

A primeira etapa denominada “Pacote Tecnológico”, contratada em 10 de agosto de 2010 junto à Aeromóvel Bras S/A pressupõe o desenvolvimento dos projetos intrínsecos da tecnologia Aeromóvel além da fiscalização das obras e a fabricação do veículo.

A execução da Via Elevada de 998m compreende a segunda etapa, que teve a licitação já realizada em dez/2010, resultando como vencedora a empresa Premold S/A.

As outras 2 etapas, que abrangem a fabricação dos veículos do sistema (de 150 e 300 lugares) e a execução das duas Estações de embarque e desembarque, estão programadas para serem contratadas em 2011. Com isso, a previsão para o término da obra é janeiro de 2012.

2.2.2 Compromisso com a Sustentabilidade

O compromisso com a sustentabilidade econômica é uma premissa básica para o planejamento estratégico da TRENSURB.

A Taxa de Cobertura é o principal índice financeiro da TRENSURB e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Além disso, essa taxa representa a sustentabilidade econômica da TRENSURB na relação entre suas receitas próprias e as despesas para seu funcionamento, demonstrando a eficiência dos processos da empresa perante sua atividade fim, ou seja, o transporte de passageiros. A Taxa de Cobertura em 2010 foi de 47,38% que descreve o quanto da despesa operacional é suprida pela receita própria.

Por tratar-se de uma Sociedade de Economia Mista, para poder atingir seus objetivos e cumprir sua missão, necessita do aporte de recursos da União, caracterizando-se, portanto, como uma empresa voltada a inclusão social, cujo valor da tarifa e limites de orçamento é definido pelo Governo Federal. Considerando as peculiaridades descritas, cabe à empresa buscar a sustentabilidade econômica ampliando a receita operacional, gerando novas receitas extra-operacionais, bem como racionalizando e reduzindo seus custos.

Dessa forma, a Receita Comercial tem se transformado em importante fonte de receitas extra-operacionais, uma vez que a empresa tem buscado novas alternativas para captação de recursos. O resultado disso é o desenvolvimento da área comercial visando o aumento da Taxa de Cobertura Operacional. Com isso, destacam-se as ações realizadas ao longo de 2010 com a finalidade de expandir as receitas não operacionais:

- implantação de novos produtos de mídia (quadro de escada, vitrines, estrutura fixa para painéis de plataforma e o “pega-mão” nos TUE’s)
- implantação de novos produtos comerciais (locação de espaços)
- aprovação técnica para instalação de caixas eletrônicos CEF e Bannisul
- assinatura de novos contratos

2.2.3 Qualificação dos Serviços

2.2.3.1 Sistema de Freio Microprocessado

O sistema de freio microprocessado foi concebido para substituir o sistema original CS-1 pneumático. Esse sistema tem como objetivo reduzir o desgaste da rodas e sapatas de freios, aumentando a vida útil dos compressores de ar, reduzindo a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e diminuindo a aquisição de sobressalentes, com resposta de frenagem mais eficiente, e proporcionando mais conforto aos usuários.

2.2.3.2 Projeto Interoperabilidade

A implantação da bilhetagem eletrônica tem como objetivo criar condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Dessa forma, a fim de dar prosseguimento às ações necessárias à interoperabilidade dos sistemas de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2010 a primeira etapa foi iniciada com a implementação da integração operacional e tarifária entre o Sistema Integrado Metropolitano – SIM e o Transporte integrado – TRI. Neste sentido, foi contratada empresa para realizar as adaptações e ações necessárias para a interoperabilidade dos sistemas com o objetivo de possibilitar a efetiva integração entre os modos.

As adaptações mencionadas incluem desenvolvimento, atualização, adaptação e alocação de equipamentos, cadastramento de usuários, emissão de cartões, geração e venda de créditos eletrônicos e processamento das transações financeiras. Essas adaptações dizem respeito à implantação do Passe Antecipado, de Cartões com Gratuidade, implantação do SIM-Vale-Transporte e da integração com o sistema TRI. O projeto prevê também a eliminação do sistema de bilhetes que utiliza a tecnologia Edmonson e adequação dos bloqueios para implantação de validadores com recolhimento utilizando tecnologia Smartcard; a implantação do serviço de venda e recarga automática de cartões Smartcard, através da contratação de empresa especializada; a implantação da integração tecnológica adaptando equipamentos e sistemas de modo que haja compatibilização entre os mesmos, permitindo a integração dos sistemas intermunicipais, especialmente o sistema TEU – Bilhete Metropolitano e os sistemas municipais dos municípios da área de abrangência da TRENSURB.

A segunda etapa de implantação do projeto foi o Cartão Gratuidade. A gratuidade contempla os seguintes usuários: Idosos acima de 65 anos, PPNE’s (Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais), Metroviários, Permissionários, Brigada Militar, Oficiais de justiça, Prestadores de Serviços, Crianças maiores de 6 anos e Cartões de Serviços. Todos os idosos que possuem idade superior a 65 anos, já cadastrados no Sistema TRI e os usuários cadastrados no sistema SIM podem utilizar os dois sistemas com o mesmo cartão. Dessa forma, vale ressaltar que até a data de 31 de dezembro de 2010 foram cadastrados no sistema SIM 8.294 usuários. O sistema TRI já possui 144.893 usuários cadastrados. As demais etapas serão implantadas em 2011.

2.2.3.3 Projeto Multimídia

O projeto Multimídia é baseado em um avançado conceito de convergência digital. É um dos mais modernos sistemas de comunicação empregados nos serviços de transporte coletivo da América Latina com ampla plataforma de comunicação eletrônica que oferecerá ao usuário, em tempo real, informações nas estações, trens e painéis informativos, trazendo como benefícios a instantaneidade e a mobilidade. Dessa forma, é capaz de incrementar a segurança nas estações. Em 2010, mais câmeras do Circuito Fechado de Televisão CFTV foram instaladas permitindo a gravação, transmissão e gerenciamento de imagens via digital.

2.2.3.4 Acessibilidade

A Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal contempla os projetos e as obras necessárias para atender o Decreto 5.296 de 2004. Com a finalidade de atender integralmente à Legislação e prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização do sistema através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas, a TRENSURB desenvolveu em 2010 diversas ações que estão contempladas no Programa Nacional de Acessibilidade.

Destacam-se a conclusão: das obras de acessibilidade da Estação Mercado, da acessibilidade em 4 TUE's, dos projetos executivos das estações-tipo (8 estações), das obras de acessibilidade do pátio da TRENSURB (área administrativa), bem como capacitação no atendimento aos usuários com deficiência auditiva.

2.2.4 Valorização dos Empregados

2.2.4.1 Ações voltadas aos Empregados

Como uma das prioridades da TRENSURB é a valorização do quadro funcional, a empresa oferece benefícios voltados à valorização dos seus empregados, que repercute na qualidade dos serviços prestados e no melhor atendimento ao usuário. Dessa forma, em 2010, ocorreu tudo conforme o planejado e foram realizadas as seguintes ações voltadas à valorização dos empregados: implantação do cartão SESIMAX Saúde, criação da Comissão de Cultura e Lazer, treinamento e desenvolvimento dos empregados, projeto Estação Educar, promoções por merecimento, Programa de Integração dos empregados de empresas contratadas, Programa de Integração, Programa de Atualização pós Afastamento – PAPA.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ - NÃO APLICÁVEL

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - NÃO APLICÁVEL

Os Programas inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA) não estão sob a responsabilidade da TRENSURB.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela Unidade

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
15	301	1295	20CW	A	3	Unidade	787	696	787
15	301	1295	2004	A	3	Unidade	3.102	2.703	3102
15	365	1295	2010	A	3	Unidade	192	145	180
15	306	1295	2012	A	3	Unidade	1.124	1.091	1186
15	331	1295	2011	A	3	Unidade	573	495	585
15	128	1295	6438	A	3	Unidade	800	780	960
15	122	1295	0110	OP	3	*NA	-	-	-
15	453	1295	7L64 -0056	P	1	% de execução física	39,00%	42,83	100%
15	453	1295	7L64 - 0060	P	1	% de execução física	6%	Ação proveniente de emenda parlamentar, não foi disponibilizada para TREN-SURB, não foi utilizada, apenas constou na dotação para 2010.	
15	453	1295	7L64 - 0101	P	1	RAP 2009	-	-	-
15	453	1295	2843	A	3	Unidade	157.267	160.946	164.239
15	122	1295	2272	A	3	*NA	-	-	-
15	453	1295	T0T9	P	3	% de execução física	1%	0,398%	4%
15	453	1295	5174	P	3	% de execução física	1%	0,280%	2%
15	131	1295	4641	A	3	*NA	-	-	-
15	453	1078	1O34	P	3	% de execução física	1%	0,314%	31%
28	846	0901	0022	OP	3	*NA	-	-	-
28	846	0901	002F	OP	3	*NA	-	-	-
15	451	0310	1D73	P	3	*NA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento).

*NA – Não aplicável.

Quadro A.2.2.1 - Execução Financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista R\$	Meta realizada R\$	Meta a ser realizada em 2011 R\$
15	301	1295	20CW	A	3	Unidade	141.605,00	116.868,65	141.605,00
15	301	1295	2004	A	3	Unidade	3.345.531,00	2.500.046,87	3.977.376,00
15	365	1295	2010	A	3	Unidade	414.510,00	367.914,03	402.288,00
15	306	1295	2012	A	3	Unidade	6.237.224,00	6.220.440,97	6.302.580,00
15	331	1295	2011	A	3	Unidade	551.364,00	422.800,49	490.368
15	128	1295	6438	A	3	Unidade	300.000,00	248.338,38	300.000,00
15	122	1295	0110	OP	3	*NA	2.693.976,00	2.489.145,11	2.600.000,00
15	453	1295	7L64 - 0056	P	1	Execução	285.429.000,00	227.838.837,57	178.500.000,00
15	453	1295	7L64 - 0060	P	1	Execução	21.523.892,00	Ação proveniente de emenda parlamentar, não foi disponibilizada para TRENSURB, não foi utilizada, apenas constou na dotação para 2010.	
15	453	1295	7L64 - 0101	P	1	RAP 2009	-	-	-
15	453	1295	2843	A	3	Unidade	134.554.390,00	123.943.774,67	137.895.666,00
15	122	1295	2272	A	3	*NA	17.646.155,00	11.124.784,50	15.708.340,00
15	453	1295	T0T9	P	3	Execução	100.000,00	45.497,36	50.000,00
15	453	1295	5174	P	3	Execução	7.497.087,00	5.638.071,59	40.000,00
15	131	1295	4641	A	3	*NA	800.000,00	790.063,29	600.000,00
15	453	1078	1O34	P	3	Execução	100.000,00	99.498,45	3.100.000,00
28	846	0901	0022	OP	3	*NA	21.044.446,00	21.035.711,00	15.500.000,00
28	846	0901	002F	OP	3	*NA	44.164,00	43.984,00	100.000,00
15	451	0310	1D73	P	3	*NA	3.000.000,00	3.000.000,00	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento).

*NA – Não aplicável.

A proposta orçamentária da TRENSURB para o exercício de 2010 objetivou o cumprimento das ações governamentais previstas para a empresa.

A Lei Orçamentária anual, de nº 12.214, publicada em 26/01/2010, estimou a receita e fixou a despesa para TRENSURB no montante de R\$ 345.248.904,00 para o exercício de 2010. No decorrer do ano com as movimentações correspondentes a créditos suplementares, remanejamentos e cancelamentos, totalizou o valor de R\$ 490.204.856,00 do qual executamos o montante de R\$ 476.305.753,00 correspondente a 97,16%.

A análise crítica de cada ação será elencada no decorrer do capítulo 2.3.3.

2.3.3 Programa 1295 – Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Tabela II – Dados gerais do programa 1295

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana e a integração à gestão do Sistema Nacional de Trânsito.
Objetivos Específicos	Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir suas gestões para os governos locais.
Gerente do programa	Elionaldo Maurício Magalhães Moraes
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Marco Arildo Prates da Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Número de passageiros transportados no sistema de trens urbanos de Porto Alegre.
Público-alvo (beneficiários)	População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Principais Ações do Programa na TRENSURB

20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados;
 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados;
 6438 – Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos;
 0110 – Contribuição à Previdência Privada;
 7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS;
 2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros;
 2272 – Gestão e Administração do Programa;
 10T9 – Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS.
 5174 – Modernizações do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS;
 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.

2.3.3.1. Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tabela III – Dados gerais da ação 20CW

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte – SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A presente ação passou a integrar o Programa 1295 a partir do ano de 2010.

No ano de 2010, 696 empregados realizaram o Exame Periódico, o que representou o cumprimento de 88,44% da previsão inicial. Importante salientar que devido a falta de sistema atualizado, as requisições de exames periódicos são emitidas de forma manual, resultando em dificuldades na execução dos mesmos em tempo hábil. Além das dificuldades operacionais do setor, em maio de 2010 foram realizados 94 exames admissionais (Concurso externo) e 78 exames admissionais (Concurso interno) o que causou uma sobrecarga na demanda do setor, fato que não permitiu que fossem reduzidas as pendências nos exames periódicos, prejudicados ainda pelas escalas de trabalho existentes na empresa, que indisponibiliza a imediata realização dos exames periódicos.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100% de realização. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 24.736,00.

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é pessoa beneficiada.

Tabela IV - Metas e Resultados da ação 20CW no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 141.605,00	R\$ 116.869,00	82,53%
FÍSICA	787	696	88,44%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.2. Ação 2004 – Assistência Médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tabela V – Dados gerais da ação 2004

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A Assistência Médica Complementar é realizada através de contrato com a UNIMED, onde são oferecidos aos empregados e dependentes, serviços e consultas em todas as especialidades médicas, exames laboratoriais, radiológicos e hospitalização em leitos semi-privativos, desde sua implantação, em novembro de 2008. A grande vantagem deste plano, além da qualidade dos serviços é a perspectiva de levá-lo, com todas as vantagens, para a aposentadoria.

A assistência odontológica é realizada pelo Serviço Social da Indústria - SESI em sua sede ou em uma Unidade Móvel instalada na empresa. O convênio com o SESI existe desde a fundação da empresa, há 25 anos, e, em outubro de 2010, houve a mudança no sistema de atendimento, passando a ser efetuado através de cartão magnético, o que trouxe mais comodidade ao empregado.

No ano de 2010, 2.703 empregados e dependentes, em média, utilizaram mensalmente o benefício, o que representou o cumprimento de 87,14% da previsão inicial. Este resultado demonstra que ainda não houve adesão total dos empregados no Plano de Saúde na modalidade de pré-pagamento, tendo em vista que a adesão ao plano não é obrigatória. Salientamos que na previsão para o orçamento de 2010 foram consideradas as admissões previstas para o ano, incluindo titulares mais 2 (dois) dependentes, o que acabou não se concretizando.

Sobre a meta financeira, foram executados 99,79% do orçamento previsto. Este resultado foi reflexo da adequação orçamentária inicial, que era de R\$ 3.945.531,00, para R\$ 3.345.531,00 uma diferença de R\$ 600.000,00, prevendo-se a não adesão total dos empregados no plano, além das admissões e demissões ocorridas durante o período.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução Orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 99,79% de realização. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 916.361,00.

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é pessoa beneficiada.

Tabela VI - Metas e Resultados da ação 2004 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 3.345.531,00	R\$ 2.500.046,00	74,73%
FÍSICA	3.102	2.703	87,14%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.3 Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tabela VII - Dados gerais da ação 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente na Remuneração do empregado, a partir do pedido de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Esta ação, controlada administrativamente pela empresa, contempla aos empregados que possuem filhos menores de 07 anos de idade, assim como dependentes com necessidades especiais em qualquer idade.

Em 2010 houve a previsão de benefícios a 192 empregados, com o valor definido na Lei Orçamentária de R\$ 414.510,00. A meta física cumpriu-se com a demanda existente no exercício de 75,52% do previsto e a execução financeira ficou em 89,80% da meta prevista, restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 4.330,00.

Os resultados devem-se ao fato da previsão orçamentária ter considerado a realização de concurso público em fevereiro de 2010 e, conseqüentemente, o aumento de beneficiários no programa. Como a perspectiva não se concretizou houve a redução nos valores executados.

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é a criança atendida.

Tabela VIII - Metas e Resultados da ação 2010 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 414.510,00	R\$ 367.914,00	88,76%
FÍSICA	192	145	75,52%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.4 Ação 2012 – Auxílio alimentação aos servidores e empregados

Tabela IX – Dados gerais da ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Esta Ação é controlada administrativamente pela empresa, na qual disponibiliza o auxílio alimentação aos seus empregados.

Em 2010 houve previsão de fornecimento de alimentação para 1.124 beneficiários, sendo que em média 1.091 usufruíram deste benefício, o que representa 97,06% de realização sobre a previsão. A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 5.637.224,00, com um acréscimo de dotação de R\$ 600.000,00 para esta ação, tendo sido realizado 100% do valor previsto, restando para RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de 17.030,00.

O resultado da execução física e financeira atingida é reflexo da previsão do número de empregados projetados para 2010, no qual a meta foi definida com base nas novas contratações ocorridas neste período.

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta ação é o servidor beneficiado.

Tabela X - Metas e Resultados da ação 2012 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 6.237.224,00	R\$ 6.220.441,00	99,73%
FÍSICA	1.124	1.091	97,06%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.5 Ação 2011 – Auxílio transporte aos servidores e empregados

Tabela XI – Dados gerais da ação 2011

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Ação controlada administrativamente pela empresa, na qual disponibiliza o auxílio-transporte para seus empregados.

Em 2010 houve a previsão de fornecimento mensal de auxílio-transporte para 573 empregados, sendo que em média 495 usufruíram deste benefício, representando 86,39% de realização sobre a previsão. Na previsão do orçamento de 2010 estão incluídas as admissões previstas para o ano, porém nem todos os novos contratados utilizam do benefício oferecido.

A Lei Orçamentária definiu o valor de R\$ 551.364,00 para esta ação, tendo sido realizado 100% do previsto, restando para RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 144.461,00.

A fonte de financiamento é a 100 (Recursos do Tesouro Nacional). O produto desta Ação é servidor beneficiado.

Tabela XII - Metas e Resultados da ação 2011 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 551.364,00	R\$ 422.801,00	76,68%
FÍSICA	573	495	86,39%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.6 Ação 6438 – Capacitação de recursos humanos para transportes coletivos urbanos

Tabela XIII – Dados gerais da ação 6438

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar e treinar empregados com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, da produtividade em suas atribuições, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos, bem como despesas relacionadas ao deslocamento e estadia de empregados, quando os eventos forem realizados em outras localidades, e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas e Gestão do Conhecimento.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

No ano de 2010 foram elaborados 99 projetos de treinamento, sendo que 88 foram executados, 04 ainda estão em execução e os demais 07 foram cancelados por impossibilidade de contratação. Os motivos do cancelamento foram a ausência da documentação dos fornecedores exigida na contratação ou por falta de fechamento de turmas para realização dos mesmos pelos contratados. Para 2011 estão programados 89 projetos para execução total.

Além dos projetos elaborados no ano, houve a continuidade de projetos de treinamento referente os anos de 2007 e 2009. Entre esses, considera-se os Cursos de Planejamento, Contratação, Fiscalização, Gestão e Precificação de Serviços – Terceirização na Administração Pública, Técnicos e de Pós Graduação. Em 2010, obteve-se a participação de 1.799 treinados, considerando a participação do servidor em mais de um treinamento realizado. No total, foram efetuadas 83.967 horas de treinamento que atingiram 780 empregados treinados. A previsão de 800 empregados treinados não cumpriu-se na sua totalidade, tendo em vista que 07 projetos de treinamento foram cancelados por impossibilidade de contratação, conforme citado no primeiro parágrafo e também devido a ocorrência de ausências (imprevistos profissionais, problemas de saúde) de alguns empregados inscritos.

Destacaram-se, entre os projetos executados, os treinamentos descritos abaixo:

Desenvolvimento Gerencial para Gerentes/Chefes/Supervisores;

- Contratação de Cursos de Capacitação Técnica para empregados da TRENSURB – SENAI: Treinamento para Lideranças, Pneumática Básica, Eletricidade Básica, Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10 Básico, Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - NR 10 Reciclagem, Curso Complementar-Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades - NR 10 Avançado, Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados - NR 33, Operação e Segurança no Guindaste Hidráulico, Operação de Moto Serra, Operação de Empilhadeira, Operação de Ponte Rolante.
- Desenvolvimento Comportamental (Auto Encontro e o Atendimento ao Público);
- Desenvolvimento Comportamental (Autoconhecimento na Gestão de Pessoas);
- Capacitação de Novos Empregados – Cargo: Assistente Operacional Padrão 1 – Estações;

- Capacitação de Novos Empregados - Cargo: Assistente Operacional Padrão 1 - Segurança Metroviária;
- Capacitação Assistente de Operação Padrão 2 (ASO 2)- Operador de Trem (Progressão Vertical);
- Capacitação Assistente de Manutenção Padrão 3 (Progressão Vertical);
- Capacitação Assistente de Operação Padrão 4 (ASO 4) - (Progressão Vertical);
- Integração de Novos Empregados - Cargos com Ocupação de Vagas;
- Programa de Atualização Pós Afastamento – PAPA;
- Capacitação para Operar no Centro de Controle de Operação (CCO);
- Brigada de Incêndio.

Além destes, a TRENSURB proporcionou diversos cursos voltados ao desenvolvimento e aprimoramento técnico-operacional dos empregados.

Ainda neste ano, no período de 12/01/2010 à 05/02/2010, a TRENSURB, em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), por intermédio da Agência de Cooperação (ABC), realizou a VIX edição do Curso Internacional de Treinamento em Sistema de Trens Urbanos, cujo objetivo é a troca de experiências e conhecimentos sobre a tecnologia atual utilizada na operação de sistema de trens urbanos e de transporte público coletivo. O evento reuniu engenheiros e técnicos de países da América Latina e da África de língua portuguesa.

Através das trocas de informações sobre novas tecnologias e materiais, expansão, planejamento, manutenção e operação de sistemas metro ferroviários, o curso promoveu uma grande contribuição para a melhoria do transporte público oferecido nos países participantes. Como anfitriões, nosso corpo técnico teve mais uma oportunidade de aperfeiçoar seu conhecimento, propiciando à TRENSURB, maior visão da situação dos serviços metro ferroviários no mundo. Através dessa troca, foi possível balizar o papel e atuação da empresa no contexto da gestão da mobilidade em nossa comunidade.

Agregado à troca de experiências técnicas entre bolsistas e instrutores, visitas técnicas, visitas a lugares históricos e eventos em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, fizeram do curso da JICA um importante meio de divulgação da cultura Rio Grandense e brasileira, bem como a integração de culturas de povos de tão diferentes países e continentes.

Os meses de janeiro e fevereiro são períodos de pouca disponibilidade de participantes em função de férias dos empregados.

Tabela XIV – Número de Empregados Treinados por Área

ÁREAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
OPERAÇÃO	3	9	133	24	105	156	37	52	81	61	75	88
MANUTENÇÃO	0	3	17	57	24	58	27	22	43	24	36	46
ADMINISTRATIVO	12	1	59	88	15	88	30	39	53	64	72	97
TOTAL	15	13	209	169	144	302	94	113	177	149	183	231

Fonte: SETRE (Setor de Seleção e Treinamento)

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 90,40%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 23.321,00. O produto desta Ação é empregado capacitado.

A fonte de financiamento é a 250 (Recursos próprios). O produto desta Ação é servidor beneficiado.

Tabela XV - Metas e Resultados da ação 6438 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 300.000,00	R\$ 248.339,00	82,78%
FÍSICA	800	780	97,50%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.7 Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada

Tabela XVI – Dados gerais da ação 0110

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações.
Descrição	Pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com o Decreto 606/92.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	GEREH – Gerência de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação dos empregados; Desenvolver política de gestão de pessoas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

É um plano de benefícios criado com a finalidade de proporcionar uma renda adicional ao empregado da TRENSURB que complemente sua previdência oficial. O Plano é administrado pelo Banco do Brasil.

A Lei orçamentária definiu o valor de R\$ 2.268.976 para esta ação e uma dotação suplementar de R\$ 425.000,00 foi realizada, com a execução de 92,40% do previsto. A necessidade de dotação suplementar deve-se ao fato do pagamento de um processo judicial e ao ingresso de novos participantes oriundos do concurso.

A única fonte de financiamento para essa Ação é a fonte 100 (Recursos do Tesouro Nacional). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XVII - Metas e Resultados da ação 0110 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 2.693.976,00	R\$ 2.489.146,00	92,40%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.8 Ação 7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS

Tabela XVIII – Dados gerais da ação 7L64

Tipo	Atividade
Finalidade	Concluir a implantação da Linha 1, estendendo a operação do metrô desde São Leopoldo até Novo Hamburgo (3ª etapa). A 1ª etapa, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul foi concluída em 1985 e a 2ª etapa, até São Leopoldo foi concluída em 2000. A geração de empregos e atração de indústrias, principalmente no setor calçadista, criou, na região metropolitana, um importante pólo econômico no eixo norte, compreendendo os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, e cidades vizinhas. Enquanto São Leopoldo e Canoas destacam-se como principais centros educacionais da região, Novo Hamburgo apresenta características industriais e forte setor de serviços. À necessidade de suprir os deslocamentos entre esses dois pólos, e deles com Porto Alegre, justifica esta ampliação da Linha 1, além de constituir-se em importante alternativa à BR-116, no que tange ao seu atual estado de saturação. Constituir-se-á ainda em importante fator de otimização dos investimentos anteriores, pelo maior aproveitamento das instalações e equipamentos existentes e redução dos custos operacionais.
Descrição	Implantação de 9,3 km de metrô, em via elevada, linha dupla, bitola 1,60 m, 4 estações. Inclui a execução das obras civis e o fornecimento e instalação dos sistemas fixos operacionais (energia, rede aérea, sinalização e controle, telecomunicação e sistemas auxiliares). As simulações operacionais realizadas apontam para a necessidade de prever a aquisição de 05 (cinco) TUE's, em acréscimo à frota existente de 25 (vinte e cinco) TUE's.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEPRO – GERÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Expandir a empresa.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Com início de execução efetiva em fevereiro de 2009, a partir da sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a obra tem se caracterizado por um ritmo notável, conforme destacado nos balanços periódicos das obras inscritas no PAC. Toda em elevado, a obra tem extensão de 9,3 km e 4 novas estações. Beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público e está gerando 1226 empregos diretos e indiretos. O custo total de implantação está orçado em R\$752.169.000 milhões de reais, sendo executado, até dezembro de 2010, 73,13% do total da obra (percentual acumulado).

Em janeiro de 2010 foi concluída a superestrutura do trecho 01; em fevereiro ocorreu o início das obras da Estação Rio dos Sinos; em março foi concluída a superestrutura das pontes sobre o Rio dos Sinos; em abril foram concluídas as moradias do loteamento Padre Orestes; em maio ocorreu o início da montagem da rede aérea; em junho iniciou-se o lançamento da cobertura metálica da Estação Liberdade; em julho foi iniciada a implantação da via permanente no trecho 04; em agosto foi concluída a superestrutura da Estação Rio dos Sinos; em setembro foi concluída a via permanente na V2 até a Estação Liberdade; em outubro foi concluída a rede aérea na V2 até a Estação Liberdade, culminando com a primeira viagem experimental até a Estação Liberdade realizada em 26/10/2010 com a presença do Ministro das Cidades Márcio Fortes; em novembro foi iniciada a

obra do corpo da Estação Rio dos Sinos e em dezembro foram instaladas as escadas rolantes da Estação Liberdade.

A operação comercial, para as duas primeiras estações (Rio dos Sinos e Liberdade), está prevista o início do segundo semestre de 2011 e o término das obras para fevereiro de 2012.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00%. Restando para RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 61.161.385,00.

O produto é projeto executado, sendo que a unidade de medida é a porcentagem de execução física. A obra tem se caracterizado por um ritmo notável, sendo considerada uma das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) executadas com maior rapidez, ultrapassando a meta estabelecida de 39% para o ano de 2010.

A fonte de financiamento: 100 (recursos do tesouro nacional) e 300 (recursos do tesouro nacional referente a exercícios anteriores).

Tabela XIX - Metas e Resultados da ação 7L64 – 0056 no exercício

Localizador: 7L64 – 0056

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 285.429.000,00	R\$ 227.838.839,00	79,82%
FÍSICA	39,00	42,83	109,82%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Tabela XX - Metas e Resultados da ação 7L64 - 0060 no exercício

Localizador: 7L64 - 0060

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 21.523.892,00	R\$ 0,00	0,00%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A ação 7L64-0060 – Projetos Executivos para Melhorias e Ampliações em Canoas e Porto Alegre-RS é proveniente de emenda parlamentar e não foi disponibilizada para a TRENSURB, não foi utilizada, apenas constou na dotação para 2010.

Tabela XXI - Metas e Resultados da ação 7L64 – 000101 (RAP 2009) no exercício

Localizador: 7L64 – 0101 (RAP 2009)

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 30.000.000,00	R\$ 30.000.000,00	100,00%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Crédito aprovado e empenhado para Obra de expansão no final do ano de 2009, sendo executado no ano de 2010.

2.3.3.9 Ação 2843 – Funcionamento dos sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros

Tabela XXII – Dados gerais da ação 2843

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Maceió, Natal e Porto Alegre, otimizar o atual padrão de serviço e atender as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.
Descrição	Operacionalização dos trens e das oficinas; manutenção preventiva e corretiva da via permanente, do material rodante, dos sistemas e dos prédios operacionais; conservação de estoque mínimo de peças de reposição e sobressalentes; contratação de mão-de-obra de terceiros para serviços de limpeza e segurança; aquisição de bilhetes de bloqueio automáticos; despesas de energia elétrica de tração, combustível e outros, serviços gerais de revitalização e de adequação do arranjo físico interno e externo das estações da Linha 1, objetivando a manutenção e preservação das condições de uso das instalações e a agregação de novos serviços e/ou funções, vinculados às demandas operacionais ou às estratégias de busca de novas receitas financeiras, pela exploração de espaços comerciais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEORF – GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Integrante em todos os Objetivos Estratégicos da TRENSURB.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A TRENSURB busca, constantemente, o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados aos seus usuários, tendo como finalidade a prestação de um serviço eficiente, com valorização e respeito às pessoas, provendo a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização do sistema.

Com 25 anos de funcionamento a TRENSURB prioriza a manutenção dos trens e dos serviços nas estações, obtendo-se altos índices de aprovação, conforme comprovado na pesquisa de satisfação. A manutenção dos TUE's (Trens de unidade elétrica) que prestam o serviço do transporte de passageiros contribui fortemente para o índice de regularidade do serviço, que em 2010 atingiu o percentual de 99,66%.

A medição do desempenho da manutenção é obtida através do Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota – MKBF, onde o resultado é expresso em quilômetros por avaria, o que significa que se busca aumentar sempre esse índice. A quilometragem média entre avarias demonstra a qualidade do serviço de manutenção dos trens, o que impacta diretamente no serviço ofertado à população e permite analisar e agir proativamente sobre avarias que se repetem e que passam a necessitar ações preventivas, alterando a programação das manutenções existentes. Em 2010 a média do índice MKBF - Níveis A, B e C foi de 3.442,00.

Foram revisados em 2010 sete trens, Recorde Histórico no número de trens que sofreram Revisão Geral realizadas na área de Manutenção (Setor de Oficinas). Esse número comprova a melhoria na qualidade dos serviços colocados à disposição dos usuários.

Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações. Os dados obtidos são utilizados para diversas análises gerenciais que permitem, por exemplo, redimensionar a oferta de trens, ajustar intervalos entre trens, aumentar o conforto e a segurança dos passageiros. Foram transportados 48.685.321 passageiros (bloqueios de entrada) em 2010, sendo 9,64% superior a quantidade de Passageiros Transportados em 2009, correspondendo a um incremento de 4.280.463 passageiros.

A utilização dos recursos destinados a Pessoal e Benefícios foi de R\$ 83.562.545,00, sendo empenhado R\$ 82.071.768,00 que corresponde à execução de 98,22%.

A utilização dos recursos destinados a Outros Custeios foi de R\$ 50.180.563,00, sendo empenhado R\$ 48.165.087,00. Devido ao contingenciamento de limites de empenho desta ação a execução corresponde a 95,98%.

A utilização dos recursos destinados a Investimentos foi de R\$ 811.282,00 sendo empenhado R\$ 778.487,00 que corresponde à execução de 95,96%, influenciado pelo contingenciamento de limites de empenho.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 97,37%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 10.227.414.

Os recursos para investimentos tiveram origem nas fontes 100 (recursos do tesouro nacional), 250 (recursos próprios) e 280 (Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente – Financeiros Diretamente Arrecadados).

O produto desta Ação é passageiro transportado (média / dia útil). A média de passageiros transportados no ano de 2010, em dias úteis, atingiu a marca de 160.946 passageiros, sendo 6,84 % superior a média de passageiros transportados, em dias úteis, no ano de 2009, correspondente a um incremento de 10.307 passageiros/dia. A maior média de passageiros transportados em 2010, em dias úteis (entrada), foi atingida em novembro, com o valor de 173.391 passageiros/dia útil, o que representa uma diferença de 29,54% com relação ao mês com menor demanda observada (fevereiro), refletindo a sazonalidade da variação da demanda do sistema. A variação positiva da demanda observada em relação às metas estabelecidas pode ser observada ao longo do ano, resultado direto da manutenção dos patamares tarifários do sistema, aliado à retomada do crescimento econômico dos municípios limieiros ao trem. Como resultado direto, desta ação, pode-se verificar o aumento de 9,64% da demanda total realizada em 2010 em relação a 2009, observando-se picos mensais específicos, consequência de antecipação ou adiantamento de feriados ou eventos geradores de demanda em relação aos últimos anos.

Tabela XXIII - Metas e Resultados da ação 2843 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 134.554.390,00	R\$ 123.943.774,00	92,11%
FÍSICA	157.267,00	160.946,00	102,34%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.10 Ação 2272 – Gestão e administração do programa

Tabela XXIV – Dados gerais da ação 2272

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEORF – GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Integrante em todos os Objetivos Estratégicos da TRENSURB.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Em termos de Investimentos a ação obteve uma dotação orçamentária de R\$ 2.067.511,00, sendo empenhado R\$ 2.066.442,00 que corresponde à execução de 99,95%.

Em Outros Custeios a ação obteve uma dotação orçamentária de R\$ 15.578.644,00, sendo empenhado R\$ 13.548.278,00 que corresponde à execução de 86,97%. Essa ação teve seu desempenho afetado por duas situações. Primeiramente pelo remanejamento de custeio para investimento no valor de R\$ 700.000,00. Outro fator de impacto foi o contingenciamento de limites de empenho.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 88,49%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 4.640.863,00.

Os investimentos foram executados com recursos da fonte 250 (recursos próprios). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXV - Metas e Resultados da ação 2272 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 17.646.155,00	R\$ 11.124.785,00	63,04%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.11 Ação 10T9 – Implantação do Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS

Tabela XXVI – Dados gerais da ação 10T9

Tipo	Atividade
Finalidade	Reduzir os custos de operação e manutenção dos sistemas operacionais e prediais, promovendo a melhoria de desempenho por meio da utilização de energia elétrica de modo racional e eficiente.
Descrição	Atualização tecnológica de sistemas operacionais e prediais com a implantação das melhorias no ajuste da contratação de Energia Elétrica, conversão de energia de frenagem dos trens para realimentação do sistema, sincronização de todo o sistema de tração dos trens, controle conjugado de demanda, e modernização predial.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEPRO – GERÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Reduzir e racionalizar gastos.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Esta ação envolve cinco contratos, que fazem parte do Programa de Eficientização Energética da TRENSURB.

- Serviços de reforma buscando a eficiência energética do 6º andar do prédio administrativo da TRENSURB.
- Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais para eficientização da iluminação das plataformas nas estações (Fátima e Petrobrás), em conformidade com o projeto básico.
- Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais para eficientização da iluminação das plataformas nas estações (Rodoviária, Niterói, Mathias Velho, Esteio), em conformidade com o projeto básico.
- Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais para eficientização da iluminação das plataformas nas estações, em conformidade com o projeto básico.
- Serviços de consultoria para elaboração de parecer técnico e especificações técnicas para reforma do sistema de climatização do prédio administrativo.

Em relação a ação do Projeto de Eficiência Energética, houve dificuldade na liberação de recursos financeiros, além de uma adequação do escopo do projeto, o que dificultou que as metas fossem atingidas no ano de 2010.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 97,21%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 52.682,00.

Os investimentos foram executados com recursos da fonte 250 (recursos próprios). O produto desta Ação é o projeto executado, sendo a unidade de medida em porcentagem de execução física.

Tabela XXVII - Metas e Resultados da ação 10T9 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 100.000,00	R\$ 45.497,00	45,50%
FÍSICA	1,000	0,398	39,80%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.12 Ação 5174 – Modernização do sistema de trens urbanos de Porto Alegre – RS

Tabela XXVIII – Dados gerais da ação 5174

Tipo	Projeto
Finalidade	Proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metro-ferroviário de superfície modernizado, visando à melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos.
Descrição	Substituição de equipamentos que estão no limite de obsolescência e agregação de novas tecnologias para melhoria da produtividade e qualidade dos serviços ofertados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEPRO – GERÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Modernizar instalações, equipamentos e sistemas.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Esta ação envolve três contratos, que fazem parte do programa de modernização do sistema TRENSURB:

- Fornecimento e implantação de um sistema microprocessado de freio nas unidades que integram a frota. Do total de 25 trens, 21 TUE's (Trens Unidades Elétricas) já estão com os freios microprocessado, até o final de 2010.
- Implantação de um novo sistema de bilhetagem eletrônica, em substituição ao sistema atual. Adequação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica ao sistema de transporte da RMPA (Região Metropolitana de Porto Alegre). Reuniões foram realizadas com ATP (Associação das Empresas de Transporte de Passageiros de Porto Alegre e ATM (Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros) objetivando viabilizar a interoperabilidade entre os sistemas de bilhetagem eletrônica (SIM, TRI e TEU), definição do layout do cartão SIM (Sistema Integrado Metropolitano), desenvolvimento de metodologia de controle e partição de viagens integradas, planejamento de sistema de controle financeiro e fiscal, definição de categorias do cartão SIM, elaboração de instrumento jurídico de gestão compartilhada, além de um processo de benchmarking com Metrô de São Paulo, SPTrans e CPTM. No 2º semestre de 2010 teve início a interoperabilidade entre os Sistemas TRI (Transporte Integrado) de Porto Alegre e o Sistema SIM (Sistema Integrado Metropolitano), o usuário idoso irá portar um único cartão para ter acesso gratuito ao transporte por ônibus em Porto Alegre e por trem na Região Metropolitana.
- O projeto multimídia é uma solução de telecomunicação baseada em conceito avançado de convergência digital. Trata-se de uma plataforma de comunicação eletrônica que abrange entre outros itens, a centralização do circuito fechado de TV no centro de controle operacio-

nal. A implantação do sistema multimídia encerrou o ano de 2010 com 90% de conclusão total do projeto. A projeção para 2011 é finalizar em 100%, mas com a condição de disponibilização de recursos.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 76,97%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 2.801.038,00.

Essa ação recebeu recursos provenientes de crédito adicional solicitado no valor de R\$ 7.432.087,00 (Fonte 650), contudo não foram totalmente utilizados em virtude da limitação orçamentária imposta. Além da demora na liberação dos recursos, a empresa vencedora da licitação do Projeto Multimídia, demorou a iniciar os serviços, que ainda estão em andamento no ano de 2011.

A fonte de financiamento é a 250 (recursos próprios) e 650 (Recursos de outras fontes – Exercícios anteriores - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados). O produto desta Ação é sistema modernizado, sendo a unidade de medida em porcentagem da execução física.

Tabela XXIX - Metas e Resultados da ação 5174 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 7.494.087,00	R\$ 5.638.072,00	75,23%
FÍSICA	1,000	0,280	28,00%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.3.13 Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tabela XXX – Dados gerais da ação 4641

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GECIN – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Aumentar a satisfação do cliente e da sociedade.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Com o objetivo de atender os propósitos da Missão, Visão e Valores, que compõe a Gestão Estratégica da TRENSURB, os setores de Comunicação Social e Relações Comunitárias, através da Gerência de Comunicação Integrada, buscaram, ao longo do ano, através da informação, dos pro-

gramas sociais, eventos e diversas ações desenvolvidas, contribuir para a promoção da mobilidade urbana e inclusão social.

O Setor de Comunicação Social, acompanha diariamente, as notícias veiculadas em jornais, emissoras de rádio e televisão da Região Metropolitana de Porto Alegre, considerando seu impacto sobre a imagem da empresa e o volume financeiro que a mídia espontânea representa para a TREN-SURB. Buscando divulgar as ações e realizações da empresa para a comunidade e a sociedade, foram produzidos textos, imagens e sugestões de pauta para os veículos de comunicação e mídia em geral, gerando mídia espontânea nos diversos veículos de comunicação da região, do Estado e do País.

O Informativo Institucional “Notícias na Linha” é fixado nos painéis das Estações e interior dos Trens, abordando temas de interesse dos usuários.

Notícias, informações operacionais, administrativas e institucionais são atualizadas na página da Internet da TREN-SURB, com o número de 273.287 acessos em 2010.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 10.588,00.

A fonte de financiamento é a 250 (recursos próprios). Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXXI - Metas e Resultados da ação 4641 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 800.000,00	R\$ 790.063,00	98,76%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.4 Programa 1078 – Nacional de Acessibilidade

Tabela XXXII – Dados gerais do programa 1078

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Fomentar a plena inclusão da pessoa com deficiência no processo de desenvolvimento do país, buscando eliminar todas as formas de discriminação e garantir o acesso aos bens e serviços da comunidade
Objetivos Específicos	Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida
Gerente do programa	Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Marco Arildo Prates da Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Principais Ações do Programa na TREN-SURB

1034 – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS à Acessibilidade Universal;

2.3.4.1 Ação 1034 – Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS à Acessibilidade Universal

Tabela XXXIII - Dados gerais da ação 1034

Tipo	Projeto
Finalidade	Propiciar aos sistemas de trens urbanos, administrados e operados pelo Governo Federal, condições de acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e portadoras de deficiências.
Descrição	<p>Adequação dos sistemas de trens urbanos nas(os):</p> <p>Estações: Adequação das rampas, instalação de elevadores, adequação de corrimões, peitoris, comunicação visual, sonora, comunicação em braile, diferenciação de piso (piso tátil direcional e de alerta), adequação de telefones públicos e bebedouros, revisão de normas operacionais, criação de sanitários acessíveis, altura de balcões de atendimento, treinamento dos empregados em linguagens por sinais (Libras), assentos preferenciais, área especial para embarque, eliminação de espaço e altura diferenciada entre trens e plataformas.</p> <p>Entornos das Estações e Terminais: Calçadas (largura, condições de manutenção, rampas de acesso), eliminação/remanejamento de barreiras (telefones públicos, árvores, gelo baiano, barreiras tipo "capa cegos", lixeiras, extintores de incêndio, placas de comunicação), travessias com sinais sonoros.</p> <p>Trens: Assentos especiais e locais para cadeiras de rodas, melhorias nas comunicações visuais e sonoras, nivelamento trem x plataforma, piso diferenciado, eliminação do espaço entre o trem e a plataforma.</p> <p>Prédios Administrativos e Oficinas: Vagas de estacionamento preferenciais, calçadas de acesso, eliminação de barreiras, rampas de acesso, comunicação visual (braile e libras), piso diferenciado, sanitários acessíveis, mobiliário de recepção, assentos preferenciais, bebedouros.</p> <p>Capacitação de Pessoal Operacional e Recepcionistas: Treinamento em Braile, Libras, atendimento a deficientes, revisão de normas incluindo acessibilidade ao cão guia.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEMOB – GERÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Oferecer soluções de mobilidade urbana e contribuir para a inclusão social.

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal contempla os projetos e as obras necessárias para atender o Decreto 5.296 de 2004 e prover a todos os cidadãos plenas condições de acesso e utilização do sistema através da reforma e adequação das estações, acessos, terminais, sistemas e áreas administrativas.

Para 2010, considerou-se a conclusão das obras de acessibilidade da Estação Mercado, a conclusão da acessibilidade em 04 (quatro) TUE's (Trens de Unidade Elétrica), do total de 25 (vinte e cinco). A conclusão dos projetos executivos das estações-tipo (8 estações), a conclusão das obras de acessibilidade do pátio da TRENSURB (área administrativa) e o início da execução das obras das estações tipo. Com relação à acessibilidade dos Trens, o projeto contemplou basicamente as seguintes alterações no TUE: recomposição e revitalização do piso, realocação e fixação dos bancos, locação e fixação dos nichos para cadeirantes, fixação de corrimão vertical, locação e fixação de estrutura para bicicletas.

Essa ação teve a sua meta física comprometida, visto a limitação de recursos financeiros. No exercício de 2010 foram priorizados os Projetos Executivos das Estações Tipo em consonância com os recursos disponíveis. Esta medida permite pra o próximo exercício executar as obras de acessibilidade nestas estações, desde que haja condições financeiras para isso.

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00%. Restando para o RAP 2011 (valor empenhado – valor pago) o valor de R\$ 2.615,00.

A fonte de financiamento é a 250 (recursos próprios). O produto desta ação é o projeto executado, sendo a unidade de medida em porcentagem da execução física.

Tabela XXXIV - Metas e Resultados da ação 1034 no exercício

META	LOA + Crédito	REALIZADO	REALIZADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 100.000,00	R\$ 99.498,00	99,50%
FÍSICA	1,000	0,314	31,40%

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.5 Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tabela XXXV – Dados gerais do programa 0901

Tipo de programa	Operação Especial
Objetivo geral	Cumprimento de Sentença Judicial
Objetivos Específicos	Cumprimento de Sentença Judicial
Gerente do programa	-
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Marco Arildo Prates da Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados	-
Público Alvo	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.5.1 Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Tabela XXXVI – Dados gerais da ação 0022

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Transitadas em Julgado, devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
Descrição	Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença Judicial Transitada em Julgado.
Objetivo Específico	Pagamento de decisões judiciais relativas a sentenças transitadas em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-

Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEJUR – GERÊNCIA JURÍDICA

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A Ação 0022 é uma operação especial.

Cumpriu-se 99,96% da meta financeira prevista, executando-se R\$ 21.035.711,00 de orçamentariamente previsto de R\$ 21.044.446,00.

Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXXVII - Metas e Resultados da ação 0022 no exercício

META	LOA + Crédito	EXECUTADO/EMPENHADO	EXECUTADO /LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 21.044.446,00	R\$ 21.035.711,00	99,96%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.5.2 Ação 002F – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Tabela XXXVIII – Dados gerais da ação 002F

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Pagar condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
Descrição	Pagamento de condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
Objetivo Específico	Pagamento de decisões pecuniárias vincendas a cargo de Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	TRENSURB
Coordenador Nacional da Ação	-
Unidade Executora	-
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	GEJUR – GERÊNCIA JURÍDICA

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

A Ação 002F é uma operação especial.

Cumpriu-se 99,59% da meta financeira prevista, executando-se R\$ 43.984,00 de orçamentariamente previsto de R\$ 44.164,00.

Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XXXIX - Metas e Resultados da ação 002F no exercício

META	LOA + Crédito	EXECUTADO/EMPENHADO	EXECUTADO /LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 44.164,00	R\$ 43.984,00	99,59%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.6 Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Tabela XL – Dados gerais do programa 0310

Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas sociais
Objetivo geral	Promover a inclusão social e a redução das desigualdades
Objetivos Específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.
Gerente do programa	-
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Marco Arildo Prates da Cunha
Indicadores ou parâmetros utilizados	-
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.3.6.1 Ação 1D73 – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Tabela XLI – Dados gerais da ação 1D73

Tipo	Projeto
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento urbano, mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento à população aos serviços saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outros caracterizados como desenvolvimento urbano.
Descrição	Formulação e implementação, por meio de projetos demandados pelos entes federados, de ações de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outras caracterizadas como desenvolvimento urbano.
Unidade Orçamentária Responsável	Ministério das Cidades

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

Considerando o Orçamento Anual Financeiro 2010, a Execução orçamentária da ação do Valor Empenhado sobre a Dotação Orçamentária (LOA+Créditos) apresentou 100,00%. Restando para o RAP 2011 o valor de R\$ 240.545,00.

Essa ação resulta de destaque do Ministério das Cidades para TRENSURB, destinada a atender ao Projeto de Implantação do Aeromóvel em Porto Alegre no valor de R\$ 3.000.000,00.

Esta Ação não tem produto, pois não existe previsão física.

Tabela XLII - Metas e Resultados da ação 1D73 no exercício

META	LOA + Crédito	EXECUTADO/EMPENHADO	EXECUTADO / LOA+Crédito
FINANCEIRA	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	100,00%
FÍSICA	-	-	-

Fonte: SIGPLAN (Sistema de Informações Gerenciais Planejamento)

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	56201	275060/27208

Fonte: SIAFI

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	258.968.404	344.666.276			72.272.911	78.647.602	
	PLOA	95.459.841	90.021.521			72.272.911	78.647.602	
	LOA	95.459.841	90.021.521			70.910.474	78.647.602	
CRÉDITOS	Suplementares	3.600.000	16.891.242			4.713.858	34.207	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados(dotação)					3.970.000	700.000		
Outras Operações								
Total		99.059.841	106.912.763	0	0	71.654.332	77.981.809	

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	9.600.000	172.440.793				
	PLOA	9.600.000	172.440.793				
	LOA	174.600.000	176.579.781				
CRÉDITOS	Suplementares	101.730.000	149.061.087				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	30.000.000				
		Reabertos					
Créditos Cancelados (dotação)	42.550.000	23.330.584					
Outras Operações (Destaque)		1.020.217	3.000.000				
Total		264.800.217	305.310.284	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	167.732.752	168.669.123	9.600.000	172.440.793		
	PLOA	167.732.752	168.669.123	9.600.000	172.440.793		
	LOA	166.370.315	168.669.123	174.600.000	176.579.781		
CRÉDITOS	Suplementares	8.313.858	16.925.449	101.730.300	149.061.087		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos			30.000.000		
		Reabertos					
Créditos Cancelados	3.970.000	700.000	42.550.000	23.330.584			
Outras Operações (destaque)				1.020.217	3.000.000		
Total		170.714.173	184.894.572	264.800.217	305.310.284	0	0

Fonte: SIAFI

Análise Crítica da Programação Orçamentária 2010

Programação de Despesas

Analisando a programação orçamentária para o exercício de 2010, verifica-se que os recursos disponibilizados inicialmente através da Lei 12.214/10 não cobriram plenamente as despesas de pessoal e encargos sociais sendo necessária a suplementação desta ação através de créditos

adicionais. No total foram R\$ 16.891.242,00 acrescidos ao orçamento original, resultando no montante de R\$ 106.912.763,00. Foram utilizados 98,24% dos recursos disponíveis para pessoal/funcionamento e 99,96% dos recursos destinados ao Cumprimento de Sentenças Transitada em Julgado demonstrando, a plena utilização dos recursos creditados.

Comparando com o exercício de 2009, constata-se que o principal acréscimo concentra-se em Cumprimento de Sentenças Transitadas em Julgado, já que os valores de Despesas de Pessoal/Funcionamento do Sistema de Transporte Ferroviário e Previdência Privada mantiveram-se próximos nos dois exercícios.

Outra consideração diz respeito ao cancelamento de créditos solicitado para transferir o recurso que estava alocado no GAP/Custeio para GAP/Investimento sendo utilizado em sua integralidade, atingindo plenamente a meta orçamentária.

Já nas despesas de capital, evidencia-se a manutenção da ação Expansão e Melhoria da Malha Ferroviária, tendo sido previsto inicialmente o limite de R\$ 144.500 mil e ao final do exercício, através da liberação de créditos adicionais, chegou-se ao montante de R\$ 285.429 mil, sendo este recurso totalmente utilizado.

Outro ponto que cabe salientar é a descentralização de recurso ocorrida no mês de setembro com objetivo de iniciar o projeto de implantação do Aeromóvel. Dos R\$ 9 milhões previstos, foi realizado o destaque de R\$ 3 milhões para cobrir a fase de projetos de implantação, o restante deverá ser atendido no orçamento de 2011.

Conclui-se que neste grupo de despesa, a programação orçamentária atendeu plenamente as necessidades previstas, uma vez que todos os recursos disponibilizados foram alocados em atividades e projetos definidos na LOA 2010.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	56003	15.453.1295.2843.0043	10.810.000		
		56003	15.122.1295.0110.0043	425.000		
		56003	28.846.0901.0022.0001	5.656.242		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	56003	15.453.1295.5174.0043	7.432.087		
		56003	15.453.1295.7L64.0056	140.929.000		
		56003	15.451.0310.1D73.0001	3.000.000		

Fonte: SIAFI

Análise Crítica Movimentação Orçamentária

As movimentações orçamentárias recebidas para despesas atender correntes fizeram-se necessárias, pois os limites disponibilizados inicialmente não cobriam o valor necessário para todo o exercício. Foram solicitados créditos para pagamento de folha e encargos e também para o cumprimento de sentenças transitadas em julgado que tinham sua data limite para o mês de dezembro. Como se tratam de obrigações legais, não poderiam ser prorrogadas para o exercício seguinte, cabendo a solicitação de suplementação orçamentária.

Já as movimentações orçamentárias para atender às despesas de capital, foram recebidas para atender projetos específicos. O valor de R\$ 140.929.000,00 foi totalmente aplicado na obra de extensão da linha – eixo norte. Inicialmente foi aprovado o limite de R\$ 144.500.000,00, entretanto como as condições de execução da obra propiciaram a antecipação de etapas foi necessária a suplementação desta ação. Outra ação que recebeu recursos foi a de modernização do sistema. Estes recursos foram empregados na aquisição e instalação de novo sistema de freios, substituindo o sistema desgastado e obsoleto por equipamento mais moderno e seguro denominado freio microprocessado.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	209.926,77	695.475,30	65.225,60	299.488,30
Tomada de Preços	5.221.822,92	1.458.991,88	469.175,14	345.903,60
Concorrência	244.165.150,00	282.924.945,69	177.469.173,68	232.386.757,30
Pregão	31.830.571,23	32.726.654,45	25.734.957,52	27.795.689,46
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	3.426.487,23	3.001.831,04	2.026.159,41	1.993.420,07
Inexigibilidade	25.422.947,86	29.061.590,24	19.332.684,30	26.349.421,75
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		10.319,68	0	8.310,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	52.907.079,48	0	73.157.392,95	84.170.389,40
Diárias	94.875,76	336.310,00	94.875,76	325.046,00
Outros				

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	44.648.489	53.471.563	44.648.489	53.471.563	0,00	0,00	44.494.505	52.427.368
2º elemento de despesa	23.253.934	19.751.814	23.253.934	19.751.814	0,00	0,00	23.253.934	19.751.814
3º elemento de despesa	12.368.717	16.003.851	12.368.717	16.003.851	0,00	0,00	12.368.717	14.659.519
Demais elementos do grupo	15.203.488	15.986.336	15.203.488	15.986.336	0,00	0,00	14.821.816	15.986.336
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	56.122.961	61.193.389	47.324.370	52.905.092	8.798.591	8.288.296	45.909.897	52.066.833
2º elemento de despesa	8.633.519	8.485.383	4.558.979	6.564.776	4.074.539	1.920.607	4.473.011	6.436.880

3º elemento de despesa	1.295.632	1.181.559	1.191.296	840.546	561.911	341.013	1.181.296	834.796
Demais elementos do grupo	2.167.927	2.299.213	1.966.275	2.543.705	268.479	448.459	1.919.950	2.511.013

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesas	236.309.794	271.495.087	173.829.041	229.719.459	62.480.753	41.775.628	171.904.558	226.113.472
2º elemento de despesas	17.000.000	13.000.000	5.147.685	6.789.916	17.000.000	13.000.000	2.039.480	4.110.761
3º elemento de despesas	8.651.858	7.719.965	711.918	1.083.971	3.504.174	3.696.760	568.613	1.041.411
Demais elementos do grupo	17.223.882	5.024.643	101.873	24.202	2.013.201	1.149.758	100.759,54	24.202
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesas								
2º elemento de despesas								
3º elemento de despesas								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesas								
2º elemento de despesas								
3º elemento de despesas								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A lei orçamentária Anual (LOA), que estimou a receita e fixou as despesas da TREN-SURB, estabeleceu valores que em sua maioria foram suficientes para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da organização.

Devemos destacar na execução orçamentária algumas alterações que foram significativas para que pudéssemos encerrar o exercício com todas as metas cumpridas. Entre elas, citamos os créditos adicionais atendidos no valor total de R\$ 168.286.536,00 e também, o cancelamento de dotação na ação para Expansão e Melhoria da Malha Metroferroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – Projetos Executivos, no valor de R\$ 23.330.584, sendo este recurso oriundo de emenda parlamentar. Elencamos também a troca de grupo de despesa de recursos da ação de Gestão e Administração do Programa –GAP (que foram retirados do grupo 3 - custeio e alocados no grupo 4- investimento) e também o cancelamento de recursos originários da ação destinada à prestação de serviços médicos - grupo 3, para que a Empresa pudesse honrar compromisso assumido com a compra de vales alimentação a empregados, pagamento de almoço para aprendizes do projeto Estação Educar e também estagiários, através de contrato firmado com empresas terceirizadas.

Quanto aos aspectos negativos na gestão orçamentária, relacionamos a não liberação de limite orçamentário no valor de R\$ 1.725.531, decorrente da solicitação de crédito adicional para pagamento da instalação do sistema de freios microprocessados nos trens no valor global de R\$ 7.432.087,00. O crédito foi atendido, publicado em decreto, mas não foi totalmente disponibilizado orçamentariamente. Temos também a relatar o não atendimento em sua totalidade, do crédito solicitado para a expansão do sistema de trens até o município de Novo Hamburgo. Foi lançado no sistema o valor de R\$ 38.100.000, e disponibilizado R\$ 24.407.000. Estes créditos que não foram atendidos em sua plenitude, deverão ser objeto de novas solicitações no exercício seguinte.

No que diz respeito a eventos positivos na gestão orçamentária, podemos incluir o destaque concedido pelo Ministério das Cidades para a implantação do projeto Aeromóvel e, o atendimento de todos os créditos solicitados, mesmo que alguns não em sua totalidade e por fim, devemos destacar a execução de 97,36% dos recursos disponibilizados para o exercício, como um fato de relevância em uma economia estável.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	209.927	695.475	65.226	299.488
Tomada de Preços	5.221.823	1.458.992	469.175	345.904
Concorrência	244.165.150	282.924.946	177.469.174	232.386.757
Pregão	31.830.571	32.726.654	25.734.958	27.795.689
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	3.426.487	3.001.831	2.026.159	1.993.420
Inexigibilidade	25.422.948	29.061.590	19.332.684	26.349.422
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos		10.320		8.310
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	52.907.079		73.157.393	84.170.389
Diárias	94.876	336.310	94.876	325.046
Outras				

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	44.648.489	53.471.563	44.648.489	53.471.563	0,00	0,00	44.494.505	52.427.368
2º elemento de despesa	23.253.934	19.751.814	23.253.934	19.751.814	0,00	0,00	23.253.934	19.751.814
3º elemento de despesa	12.368.717	16.003.851	12.368.717	16.003.851	0,00	0,00	12.368.717	14.659.519
Demais elementos do grupo	15.203.488	15.986,336	15.203.488	15.986,336	0,00	0,00	14.821.816	15.986.336
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	56.122.961	61.193.389	47.324.370	52.905.092	8.798.591	8.288.296	45.909.897	52.066.833
2º elemento de despesa	8.633.519	8.485.383	4.558.979	6.564.776	4.074.539	1.920.607	4.473.011	6.436.880
3º elemento de despesa	1.295.632	1.181.559	1.191.296	840.546	561.911	341.013	1.181.296	834.796
Demais elementos do grupo	2.167.927	2.299.213	1.966.275	2.543,705	268.479	448.459	1.919.950	2.511.013

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	236.309.794	271.495.087	173.829.041	229.719.459	62.480.753	41.775.628	171.904.558	226.113.472
2º elemento de despesa	17.000.000	13.000.000	5.147.685	6.789.916	17.000.000	13.000.000	2.039.480	4.110.761
3º elemento de despesa	8.651.858	7.719.965	711.918	1.083.971	3.504.174	3.696.760	568.613	1.041.411
Demais elementos do grupo	17.223.882	5.024.643	101.873	24.202.	2.013.201	1.149.758	100.759,54	24.202
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A execução orçamentária manteve comportamento uniforme em comparação com o exercício anterior, haja vista não haver grandes diferenças em termos percentuais de um exercício para outro.

As licitações na modalidade convite tiveram uma queda na despesa liquidada comparando o realizado de 2009 e 2010. Diferença esta, que em parte foi compensada na modalidade concorrência, que sofreu um incremento em sua execução. Já na modalidade inexigibilidade, as despesas pagas sofreram uma alteração significativa, em parte devido a liberação de recursos no final do exercício.

As despesas do grupo 1, foram executadas de forma continuada. Houve a necessidade de solicitação de crédito adicional, para fazer frente ao compromisso com a folha de pagamento do mês de dezembro, seus encargos e também o adiantamento de férias dos empregados. Percebe-se um aumento em relação aos valores praticados no exercício anterior, devido às obrigações assumidas com o aumento salarial no dissídio coletivo, promoções por merecimento e antiguidade, e rescisões contratuais de empregados.

As despesas do grupo 2, não estão presentes no orçamento anual de TRENSURB.

Já as despesas do grupo 3, no que tange aos elementos de despesa 1, 2 e 3, evidencia-se um aumento natural, que deu-se pelo fato da TRENSURB ter diversos contratos de manutenção e operação do sistema, que contemplam aumentos de ordem legal por terem em seu escopo prestação de serviços de mão-de-obra. Também devemos levar em conta, o aumento de outros contratos continuados, como a energia elétrica que é parte fundamental na operação do trem assim como água, telefone e outras despesas essenciais ao funcionamento da empresa.

Tanto as despesas do grupo 1, quanto as despesas do grupo 3, tiveram uma execução dentro dos recursos disponíveis. Não podemos deixar de salientar que, ainda faltam recursos para que a empresa possa executar muitos projetos que estão parados por falta de orçamento, trabalha-se sempre com uma margem muito pequena frente às necessidades existentes.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Com o uso do BSC, a tradução da estratégia da organização em objetivos estratégicos específicos permitiu o entendimento claro das suas prioridades, e ainda, organizado em um mapa estratégico representou a importância das unidades organizacionais e da participação individual na definição dos indicadores, estabelecimento das metas e respectivos planos de ação.

Os objetivos representam o que deve ser alcançado e o que é crítico para o sucesso da empresa. Para cada objetivo é estabelecido um conjunto de indicadores que demonstram como será medido e acompanhado o sucesso no alcance dos mesmos. Cada indicador possui metas que representam o nível de desempenho ou a taxa de melhoria necessária. A partir do desempenho dos indicadores, e para que as suas metas possam ser alcançadas, são definidos planos de ação/projetos.

Todos os planos de ação são inseridos no SGE – Sistema de Gestão Estratégica, tornando a estratégia perceptível na medida em que simplifica o processo, ligando a estratégia aos planos tático e operacional, e traduzindo-a em indicadores globais, gerenciais e setoriais. Estes indicadores devem ser motivadores com possibilidades concretas de alcance e superação, considerando os recursos necessários para tal.

Os indicadores abaixo relacionados são denominados "indicadores globais" aplicado no atual modelo de gestão.

Tabela XLIII – Indicadores Globais

INDICADOR	TIPO
ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES POR MILHÃO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	GLOBAL
TEMPO DE RESPOSTA DA CENTRAL DE ATENDIMENTO	GLOBAL
DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS TOTAL	GLOBAL
DESPESAS COM SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA TOTAL	GLOBAL
OUTRAS DESPESAS TOTAL	GLOBAL
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	GLOBAL
DESPESAS COM VIAGENS	GLOBAL
ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS ATIVOS DE TI	GLOBAL
DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DOS TRENS	GLOBAL
MKBF - QUILOMETRAGEM MÉDIA ENTRE AVARIAS - NIVEIS: A, B e C	GLOBAL
GRAU DE ATENDIMENTO Á LEGISLAÇÃO DE ACESSIBILIDADE	GLOBAL
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	GLOBAL
RECEITA OPERACIONAL DE TRANSPORTES TOTAL	GLOBAL
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DO SISTEMA AEROMOVEL	GLOBAL
RECEITA COMERCIAL (Regime de Competência)	GLOBAL
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA DE TRACÇÃO	GLOBAL
ÍNDICE DE PONTUALIDADE DO SERVIÇO - VIAGENS REALIZADAS NO HORÁRIO	GLOBAL
ÍNDICE DE REGULARIDADE DO SERVIÇO - VIAGENS REALIZADAS	GLOBAL
ÍNDICE SATISFAÇÃO USUÁRIOS QUANTO AO ATENDIMENTO	GLOBAL
RECEITA FINANCEIRA TOTAL	GLOBAL
COMPROMETIMENTO DA RENDA DOS USUÁRIOS COM TRANSPORTE	GLOBAL
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO GERAL	GLOBAL
TAXA DE COBERTURA OPERACIONAL	GLOBAL
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MULTIMÍDIA- CFTV	GLOBAL
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DA L1 SO-NH	GLOBAL
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	GLOBAL
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE INTEROPERABILIDADE	GLOBAL
DESPESAS COM PESSOAL TOTAL	GLOBAL
ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO – TRENSURB	GLOBAL
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS EMPREGADOS	GLOBAL
NÚMERO DE HORAS DE TREINAMENTO POR EMPREGADO	GLOBAL
DISPONIBILIDADE OPERACIONAL DOS SISTEMAS FIXOS	GLOBAL
DESPESAS COM CONSUMO DE MATERIAIS TOTAL	GLOBAL

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Todos indicadores devem ser mensuráveis e especificar quantidades, prazos, estágios de projetos, qualidade, índices, valores, etc. Neste contexto, destacam-se do conjunto de indicadores globais aqueles que melhor representam o resultado operacional da empresa, os quais:

- **Passageiros transportados:** Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações. Esses são repassados diariamente ao centro de controle operacional (CCO) que os disponibiliza no Diário Operacional, estratificados por horários e estações. Os dados obtidos são utilizados para diversas análises gerenciais que permitem, por exemplo, redimensionar a oferta de trens, ajustar intervalos entre trens, aumentar o conforto e a segurança dos passageiros;
- **Índice Satisfação dos usuários:** A TRENSURB realiza anualmente a Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários da TRENSURB, através de empresa contratada. Em 2010 o estudo foi desenvolvido junto a uma amostra de usuários nas dezessete estações que compõe a linha da TRENSURB. A pesquisa apresenta a análise quantitativa dos dados da pesquisa, em forma de estatística descritiva (tabelas e gráficos) e qualitativa que é focada em multimétodos, e em cada bateria de questões, apresentam-se as lógicas discutidas, os principais debates e avaliações dos usuários, bem como suas sugestões, tendo em vista seu cotidiano de utilização do trem;
- **Receitas e despesas:** Em 2010, a empresa conduziu sua gestão com foco para a definição de formas mais eficientes a fim de reduzir desperdícios, racionalizar o uso dos recursos e organizar o planejamento de todas as suas estruturas organizacionais. A receita operacional de transportes é a receita obtida com a venda de bilhetes (unitários e de integração), sendo a principal receita da TRENSURB, representando 90% do total de receitas. A receita comercial tem a finalidade de ampliar as receitas da empresa, sendo obtida através de exploração publicitária e comercial, além de serviços como fibra óptica e máquinas dispensadoras de produtos e valores. A receita financeira são receitas decorrentes de aplicações financeiras, operações de crédito, alienação de ativos e outras. As despesas públicas correspondem a “dependência” de recursos, e devem necessariamente constar no orçamento anual para permitir a sua execução. O acompanhamento dessas despesas é realizado mensalmente através da contabilidade da Empresa, (Sistemas SIAFI e PLACOMP), atendendo as legislações de Empresa de Economia Mista e de Sociedade Anônima. Com esses dados (ou informações) são calculados dois outros indicadores que dimensionam o custo e a receita por passageiro transportado, necessário para comparar desempenhos, da empresa ao longo do tempo e também com outras operadoras de metrô. Além disso, permitem a análise individual da evolução das despesas, principalmente as de maior relevância, como por exemplo, custo de pessoal e de energia de tração;
- **Taxa de Cobertura:** O índice da taxa de cobertura é a relação entre receitas e despesas, sendo que busca, através da sua análise permanente, a sustentabilidade econômica, ou seja, equilibrar receitas e despesas, reduzindo a dependência ao Governo Central, demonstrando a eficiência dos processos da empresa, perante sua atividade fim, ou seja, o transporte de passageiros. É também, o principal índice financeiro da TRENSURB e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. A tarifa é definida pelo Governo Federal que possui uma política tarifária que contempla a inclusão social dos cidadãos de menor renda;
- **Índice de Regularidade:** mede o grau de atendimento das necessidades operacionais, relacionando o número de viagens realizadas com viagens programadas, controladas e registradas pelo Centro de Controle Operacional. É de extrema utilidade, pois permite analisar a eficiência do sistema operacional como um todo, controlando a oferta de trens e, em conjunto com a área de

manutenção, buscar soluções para problemas que tendem a se repetir e causar atrasos e perdas de viagens, que em última análise causam transtornos aos usuários do sistema;

- **MKBF:** é a quilometragem média entre avarias que demonstra a qualidade do serviço de manutenção dos trens, o que impacta diretamente no serviço ofertado à população. É obtido pela relação entre as avarias constatadas e o total de quilômetros rodados no mês. Sua análise permite analisar e agir proativamente sobre avarias que se repetem e que passam a necessitar ações preventivas, alterando a programação das manutenções existentes;
- **Deseconomias:** indicador que trata dos benefícios sócio-ambientais com a existência da TREN-SURB como modal estruturador do transporte público no eixo norte da Região Metropolitana de Porto Alegre. O trabalho sintetiza o quanto exigiria do governo se não houvesse o sistema metro-ferroviário (Deseconomias).

2.4.3.1 Passageiros Transportados

Em 2010 foram transportados 48.685.321 passageiros (bloqueios de entrada), sendo 9,64% superior a quantidade de Passageiros Transportados em 2009, correspondendo a um incremento de 4.280.463 passageiros.

A média de passageiros transportados no ano de 2010, em dias úteis, atingiu a marca de 160.946 passageiros, sendo 6,84 % superior a média de passageiros transportados, em dias úteis, no ano de 2009, correspondente a um incremento de 10.307 passageiros.

A tabela XLIV demonstra a evolução do número de passageiros transportados ao longo dos anos, média de dias úteis, média sábado e média domingo.

Tabela XLIV - Evolução dos Passageiros Transportados pela TREN-SURB

PERÍODO	NÚMEROS PASSAGEIROS	VARIAÇÃO PERCENTUAL	MÉDIA DIA ÚTIL	MÉDIA SÁBADO	MÉDIA DOMINGO
1985 - 2000	545.229.293	-	122.824	75.652	49.200
2001	39.552.401	4,81%	130.784	80.883	51.465
2002	41.293.660	4,40%	133.866	83.706	52.915
2003	44.683.279	8,21%	144.844	89.884	54.666
2004	48.984.940	9,63%	158.783	99.936	62.804
2005	47.251.208	-3,54%	155.064	96.597	57.175
2006	45.787.217	-3,10%	151.460	89.857	53.940
2007	45.334.541	-0,99%	149.068	88.495	50.673
2008	47.035.760	3,75%	154.111	90.256	52.368
2009	44.404.858	-5,59%	150.640	85.925	50.396
2010	48.685.321	9,64%	160.946	93.121	53.949
TOTAL	998.242.478	-	146.581	88.574	53.596

Fonte: Diário Operacional TREN-SURB

2.4.3.2 Satisfação dos Usuários

A Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários foi realizada entre os dias 03 e 09 de novembro de 2010, onde a metodologia consistiu em uma pesquisa quantitativa estratificada, com aplicação de um questionário estruturado e padronizado composto por questões fechadas, dicotômicas, escalares e de múltipla escolha. Foram entrevistados 500 usuários, sendo 415 delas realizadas em dias úteis e 85 em dias não úteis que avaliaram a TRENSURB com os seguintes resultados: 15,9% Muito Satisfeito, 76,0% Satisfeito, 7,1% Pouco Satisfeito e 1,0% Insatisfeito.

A evolução ao longo dos anos da Satisfação Geral apresentou os seguintes resultados:

Tabela XLV - Histórico do Grau de Satisfação com a TRENSURB

Avaliação	Percentual					
	2003	2005	2007	2008	2009	2010
Insatisfeito	1,80%	-	0,20%	0,60%	1,50%	1,00%
Pouco Satisfeito	2,90%	3,30%	3,40%	6,40%	11,50%	7,10%
Satisfeito	76,30%	68,30%	67,50%	71,00%	68,60%	76,00%
Muito Satisfeito	19,00%	28,50%	28,00%	22,00%	18,40%	15,90%
Satisfação Geral	95,30%	96,70%	95,50%	93,00%	93,60%	91,90%

Fonte: IPO (Instituto Pesquisas de Opinião)

Obs.: O índice de Satisfação Geral é uma pergunta formulada diretamente.

Em relação ao perfil socioeconômico dos usuários do sistema TRENSURB, são considerados os itens de gênero, faixa etária, grau de escolaridade, estado civil, situação ocupacional, renda individual e familiar. A composição de perfil dos usuários da TRENSURB, identificada na pesquisa de satisfação e perfil, realizada em 2010, é em sua maioria composto por pessoas de até 24 anos, ensino médio completo que trabalham com carteira assinada e possuem renda individual de até três salários mínimos, conforme figura abaixo.

Figura III – Perfil dos usuários

Fonte: IPO (Instituto de Pesquisa de Opinião)

Para efeito de análise comparativa da evolução dos principais serviços, compilaram-se os resultados de pesquisas de satisfação realizadas em 2007, 2008, e 2009, com os dados da pesquisa de satisfação realizada em 2010.

Os itens mostrados na tabela XLVI são referentes ao nível de satisfação dos usuários proposto de forma individual e ao final foi solicitada a avaliação sobre sua satisfação com todo o sistema, resultando em um índice de satisfação geral.

Tabela XLVI - Grau de Satisfação dos Atributos Pesquisados

Atributos	Anos			
	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)
Tempo espera p/ compra bilhetes nos guichês	75,2	83,7	87,0	88,0
Atendimento funcionários da bilheteria	-	88,7	91,8	91,5
Atendimento funcionários da segurança	80,2	91,8	90,2	92,8
Atendimento funcionários catraca	-	91,8	91,0	92,4
Atendimento dos trens (piloto)	-	92,8	93,0	91,1
Segurança nas estações	*66,6	*84,9	*79,2	*81,6
Segurança interior dos trens	*71,2	*86,9	*83,6	*78,8
Segurança nas passarelas	-	*56,4	*60,6	*51,2
Segurança entradas e saídas	-	*65,5	*69,6	*61,7
Intervalos dos trens	80,6	72,1	78,6	69,1
Lotação nos trens	-	43,7	35,6	32,2
Limpeza nas estações	95,6	94,6	90,6	90,0
Limpeza no interior dos trens	95,4	96,8	92,0	91,4
Infra-Estrutura	-	83,9	78,6	75,3
Instalações Comerciais	-	91,9	86,6	84,5
Satisfação geral	95,5	93,0	93,6	91,9

Fonte: IPO (Instituto Pesquisas de Opinião)

* Para essa análise foram considerados apenas os dados relativos à violência.

** Média dos atributos referentes à infra-estrutura.

Nota: (-) Questionamentos não contemplados na pesquisa realizada em 2007.

Os usuários entrevistados apontam a TRENSURB como um meio de transporte rápido/ágil, seguro, espaço físico (maior número de passageiros), mais econômico e pontual. O principal motivo que justifica a utilização do trem é a “rapidez” (73,6%), e isso tem sido o principal argumento dos usuários ao longo dos anos, conforme a tabela a seguir.

Tabela XLVII - Satisfação dos motivos para escolha do Metrô

Motivos	Anos			
	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)
Rapidez	38,0	24,9	34,6	73,6
Preço	25,8	23,3	23,0	45,6
Regularidade/pontualidade	8,0	14,7	9,9	19,2
Proximidade da estação	7,4	12,9	10,7	18,2
Segurança pessoal	9,9	11,0	5,6	13,6
Conforto	7,2	8,4	8,5	9,2
Limpeza	2,4	4,0	2,6	3,0
Outro/Única opção	0,8	0,8	5,1	10,4

Fonte: IPO (Instituto Pesquisas de Opinião)

2.4.3.3 Receitas no Exercício

Os indicadores de receitas extra-operacionais e de receita operacional medem o quanto a empresa obtém de suas atividades. Os dados são obtidos a partir dos controles contábeis e englobam o cálculo para o indicador da Taxa de Cobertura. Esses números são analisados pelas áreas estratégicas da empresa que acompanham o seu desempenho mensalmente.

Em 2010 a Receita Operacional de Transportes obteve um aumento de 19,75% em relação ao ano de 2009. Os quadros a seguir demonstram a evolução dos itens que compõem a receita da empresa (operacional e comercial).

Tabela XLVIII – Bilhetes Vendidos Comparativo 2009-2010

Mês	UNITÁRIO			INTEGRAÇÃO			Unitário + Integração			% Integração	
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010
jan	1.660.362	1.717.635	3,45%	1.459.138	1.677.264	14,95%	3.119.500	3.394.899	8,83%	46,77%	49,41%
fev	1.258.861	1.624.905	29,08%	1.363.221	1.714.509	25,77%	2.622.082	3.339.414	27,36%	51,99%	51,34%
mar	1.978.553	1.858.289	-6,08%	2.170.749	1.878.359	-13,47%	4.149.302	3.736.648	-9,95%	52,32%	50,27%
abr	1.594.595	2.003.804	25,66%	1.847.150	2.083.921	12,82%	3.441.745	4.087.725	18,77%	53,67%	50,98%
mai	1.839.325	2.040.339	10,93%	1.699.490	2.208.055	29,92%	3.538.815	4.248.394	20,05%	48,02%	51,97%
jun	1.371.336	1.955.304	42,58%	1.652.453	2.043.483	23,66%	3.023.789	3.998.787	32,24%	54,65%	51,10%
jul	1.826.317	1.362.024	-25,42%	1.897.391	2.379.213	25,39%	3.723.708	3.741.237	0,47%	50,95%	63,59%
ago	1.709.131	2.191.173	28,20%	1.612.581	2.368.547	46,88%	3.321.712	4.559.720	37,27%	48,55%	51,95%
set	1.986.085	2.077.956	4,63%	1.958.027	1.893.994	-3,27%	3.944.112	3.971.950	0,71%	49,64%	47,68%
out	1.992.842	2.066.480	3,70%	1.798.000	1.807.729	0,54%	3.790.842	3.874.209	2,20%	47,43%	46,66%
nov	1.853.619	2.125.902	14,69%	1.924.157	2.174.914	13,03%	3.777.776	4.300.816	13,85%	50,93%	50,57%
dez	1.960.314	2.152.197	9,79%	1.672.864	1.934.885	15,66%	3.633.178	4.087.082	12,49%	46,04%	47,34%
Totais	21.031.340	23.176.008	10,20%	21.055.221	24.164.873	14,77%	42.086.561	47.340.881	12,48%	50,03%	51,04%

Fonte: SEPAR (Setor de Pagamentos e Receitas)

As tarifas integradas sofreram reajustes no ano de 2010, devido ao aumento das tarifas dos ônibus urbanos e intermunicipais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A tarifa unitária da TRENSURB não sofreu reajuste.

O quadro a seguir demonstra os valores de tarifa praticados no exercício de 2010 em todas as linhas integradas, em relação ao ano de 2009, bem como as parcelas que remuneram os operadores das linhas e a TRENSURB.

Tabela XLIX – Valor das Tarifas Comparativo 2009-2010

Bilhete	Ano	Tarifa	Valor TRENSURB	Valor Ôni- bus
Unitário TRENSURB	2010	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 0,00
	2009	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 0,00
Porto Alegre (Carris / Conorte)	2010	R\$ 3,75	R\$ 1,54	R\$ 2,21
	2009	R\$ 3,60	R\$ 1,53	R\$ 2,07
Canoas (Vicasa)	2010	R\$ 2,85	R\$ 1,13	R\$ 1,72
	2009	R\$ 2,70	R\$ 1,06	R\$ 1,64
Esteio/Sapucaia (Real)	2010	R\$ 3,20	R\$ 1,17	R\$ 2,03
	2009	R\$ 3,00	R\$ 1,06	R\$ 1,94
Unisinos (Central)	2010	R\$ 1,70	R\$ 1,27	R\$ 0,43
	2009	R\$ 1,70	R\$ 1,27	R\$ 0,43
Nova Santa Rita (Via Nova)	2010	R\$ 3,55	R\$ 1,20	R\$ 2,35
	2009	R\$ 3,40	R\$ 1,15	R\$ 2,25
Novo Hamburgo (Central)	2010	R\$ 4,20	R\$ 1,70	R\$ 2,50
	2009	R\$ 4,10	R\$ 1,70	R\$ 2,40

Fonte: GEORF (Gerência de Orçamento e Finanças)

A tabela abaixo demonstra a vantagem tarifária para os usuários que varia de 1,56% a mais de 100%, decorrentes de convênios firmados entre a TRENSURB e as empresas de ônibus que operam as integrações.

A maior parte dos usuários utiliza o sistema de integração, 54,0%, conforme apresentado na Pesquisa de Satisfação e Perfil dos usuários da TRENSURB de 2010.

Tabela L – Benefícios Tarifários com os Bilhetes de Integração

Município / Empresa	Tarifa Integração TRENSURB	Tarifa Ônibus Intermunicipal	Economia para o usuário
Integração Porto Alegre (Caris e Conorte)	R\$ 3,75	R\$ 4,15	10,67%
Integração Canoas (Vicasa)	R\$ 2,85	R\$ 2,95	3,51%
Integração Nova Santa Rita (Via Nova)	R\$ 3,55	R\$ 4,25	19,72%
Integração Esteio e Sapucaia do Sul (Real)	R\$ 3,20	R\$ 3,25	1,56%
Integração Unisinos (Central)	R\$ 1,70	R\$ 4,05	138,24%
Integração Novo Hamburgo (Central)	R\$ 4,20	R\$ 5,45	29,76%

Fonte: GEORF (Gerência de Orçamento e Finanças)

Os estudantes da instituição UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) possuem um benefício tarifário maior que 100,0% em relação ao ônibus intermunicipal Porto Alegre – São Leopoldo. Esse benefício é decorrente de contrato que a Universidade mantém com a Empresa Central, que permite que a tarifa dessa integração seja igual à tarifa do bilhete unitário.

A TRENSURB segmentou o seu mercado de clientes em dois tipos: Pagantes e Isentos. Os usuários que possuíram isenção tarifária em 2010 representaram 7% do total de passageiros transportados, que entre eles são considerados os próprios empregados da TRENSURB, pessoas com deficiência física, idosos e crianças, oficiais de justiça, fiscais e auditores do trabalho e policiais militares. Os usuários pagantes representaram 93% passageiros transportados.

O aumento da Receita Operacional de Transportes se deve ao aumento no número de passageiros que corresponde a 9,64% e o aumento de 12,48% no número de bilhetes vendidos. O alto índice no mês de agosto é reflexo do Evento Expointer (Exposição Internacional de animais, máquinas, implementos e produtos agropecuários), realizado entre os dias 27 de agosto a 1º de setembro de 2010.

A tabela abaixo demonstra os resultados do ano de 2010, mês a mês, comparados com os mesmos períodos de 2009.

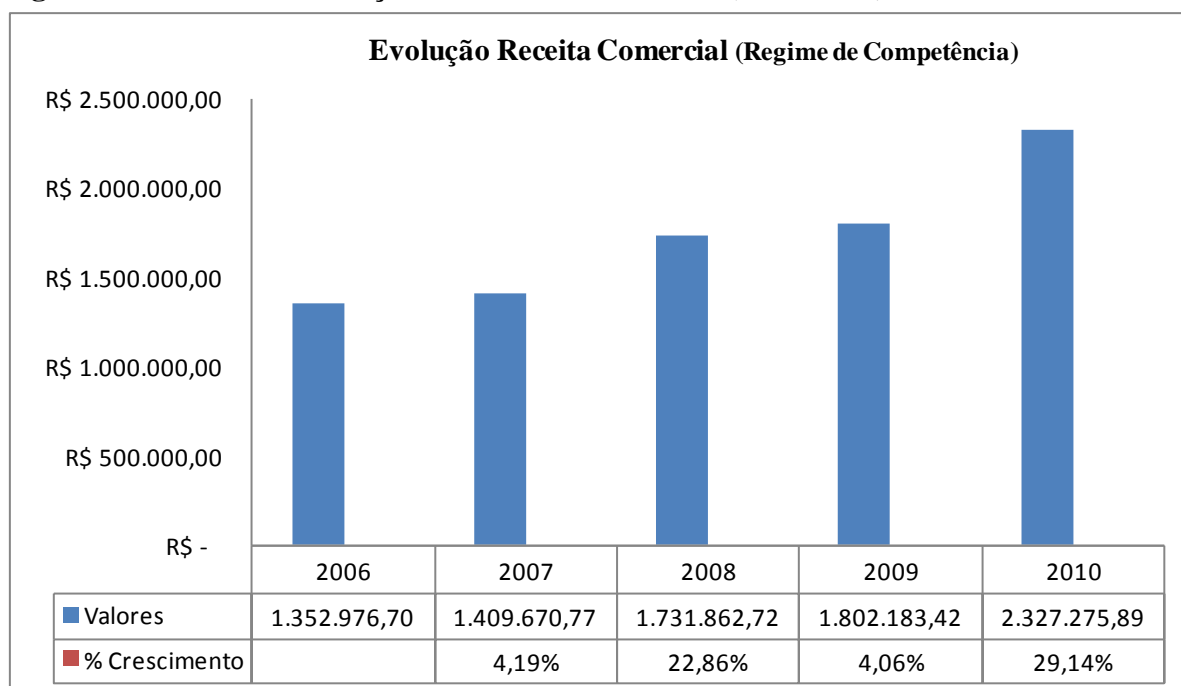
Tabela LI – Total da Receita Operacional de Transportes

Receita Operacional de Transportes	2009	2010	VARIAÇÃO
jan	4.151.719,19	4.863.231,81	17,14%
fev	3.483.437,11	5.243.028,16	50,51%
mar	5.945.999,17	5.008.776,88	-15,76%
abr	4.643.742,04	6.247.484,50	34,54%
mai	4.691.416,53	6.487.477,61	38,28%
jun	4.466.442,05	5.900.160,45	32,10%
jul	5.252.292,75	5.047.289,80	-3,90%
ago	4.428.738,50	7.032.365,00	58,79%
set	5.761.463,99	5.884.809,43	2,14%
out	5.197.174,94	5.462.376,47	5,10%
nov	5.455.147,14	6.562.116,36	20,29%
dez	5.051.459,84	6.350.284,20	25,71%
Totais	58.529.033,25	70.089.400,67	19,75%

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

A receita comercial (contabilizada através do Regime de Competência) é o somatório das receitas de exploração publicitária e comercial, além de serviços como fibra óptica e máquinas dispensadoras de produtos e valores.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da Receita Comercial e seu percentual de crescimento dos últimos cinco anos.

Figura IV – Gráfico Evolução da Receita Comercial (2006-2008)

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

2.4.3.4 Despesas no Exercício

As despesas são obtidas através dos controles contábeis. Após a sua análise pelas áreas responsáveis são tomadas as medidas necessárias para a redução e/ou racionalização.

As principais despesas da TRENSURB estão alocadas em Despesa com Pessoal que englobam as seguintes contas: salários e encargos (remuneração), despesas com horas extras e despesas de assistência médica, Serviços de Terceiros e Energia de Tração (energia que move os trens).

Em 2010 as despesas para funcionamento cresceram 15,65% em relação ao ano de 2009. As Despesas com Pessoal aumentaram 19,74% (realização de concurso e Acordos Coletivos). Serviços de Terceiros tiveram um aumento de 17,30% (despesas de maior relevância: Manutenção e Conservação dos TUES, em consequência de maior acréscimo de serviços realizados com a finalidade de concluir a modernização dos TUE's e Custo de implantação e interoperabilidade do sistema SIM).

A Tabela abaixo apresenta o total das Despesas com Pessoal e sua variação ao longo dos dois últimos anos.

Tabela LII - Despesas com Pessoal

Total de Despesas com Pessoal	2009	2010	Varição
Jan	R\$ 5.707.203,40	R\$ 7.631.083,43	33,71%
Fev	R\$ 5.361.226,29	R\$ 6.560.211,73	22,36%
Mar	R\$ 6.574.714,59	R\$ 7.131.154,26	8,46%
Abr	R\$ 6.252.881,07	R\$ 7.545.452,03	20,67%
Mai	R\$ 5.781.290,73	R\$ 7.618.762,99	31,78%
Jun	R\$ 7.005.592,56	R\$ 8.220.865,62	17,35%
Jul	R\$ 5.938.390,22	R\$ 7.689.100,27	29,48%
Ago	R\$ 6.822.772,52	R\$ 8.150.082,38	19,45%
Set	R\$ 8.796.370,00	R\$ 9.859.942,60	12,09%
Out	R\$ 8.061.593,01	R\$ 8.210.922,92	1,85%
Nov	R\$ 7.644.488,54	R\$ 9.265.002,30	21,20%
Dez	R\$ 8.115.367,04	R\$ 8.485.147,36	4,56%
Totais	R\$ 82.061.889,97	R\$ 96.367.727,89	17,43%

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Demonstramos abaixo as contas que compõem as Despesas com Pessoal. O aumento nas Remunerações é reflexo de Acordos Coletivos com todos os Sindicatos que atuam na TRENSURB, abonos e reflexos nos respectivos encargos sociais, provisões de férias e 13.º Salário.

Tabela LIII - Despesas com Pessoal

Descrição	2009	2010	Variação
Despesas com Pessoal (remuneração)	R\$ 74.691.863,31	R\$ 89.438.451,04	19,74%
Despesas com Horas Extras	R\$ 4.287.389,57	R\$ 4.050.694,24	-5,52%
Despesas com Assistência Médica	R\$ 2.176.150,35	R\$ 1.908.983,53	-12,28%
Despesas com Assistência Odontológica	R\$ 594.088,00	R\$ 449.797,50	-24,29%
Outras Despesas com Assistência Médica	R\$ 312.398,74	R\$ 519.801,58	66,39%
Total	R\$ 82.061.889,97	R\$ 96.367.727,89	17,43%

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

Em 2010 a Despesa com Serviços de Terceiros obteve um aumento de 17,30% em relação ao ano de 2009 (acréscimo de R\$ 4.330.255,53). No ano de 2009 houve um acréscimo de 52,24% em relação ao mesmo período de 2008.

Despesas de maior relevância:

Manutenção e conservação dos TUE's, em consequência de maior acréscimo de serviços realizados com a finalidade de concluir a modernização e o custo de implantação e interoperabilidade do sistema SIM.

Tabela LIV – Despesas com Serviços de Terceiros

Serviços de Terceiros	2009	2010	Variação
Serv.Tec.Prof. Asses.,Cons. E Auditoria	1.495.177,15	1.580.710,50	5,72%
Serviço de Vigilância	1.368.769,14	1.541.154,37	12,59%
Serviço de Tranp. De Valores	1.357.764,81	1.335.450,64	-1,64%
Serviço de Limpeza	4.234.615,02	4.153.643,25	-1,91%
Serviço de Manut. E Conservação	9.557.229,21	11.169.574,77	16,87%
Manut. Sistema Proc. de Dados	1.993.743,46	2.172.333,77	8,96%
Propaganda e Publicidade	3.181.643,20	1.333.991,86	-58,07%
Custo de Implantação e operação BE	-	3.244.458,52	-
Outros Serviços de Terceiros	1.839.711,47	2.827.591,31	53,70%
TOTAIS	25.028.653,46	29.358.908,99	17,30%

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

O custo com Energia de Tração em 2010 obteve um aumento de 3,50% em relação ao ano de 2009 (acréscimo de R\$ 577.896,68), tendo em vista o reajuste de tarifas.

O custo com a energia de tração figura-se entre as três maiores despesas da TREN-SURB.

A Tabela a seguir demonstra a comparação em relação ao ano de 2009-2010.

Tabela LV - Total do Custo em Energia de Tração

Custo Energia de Tração	2009	2010	Varição
janeiro	R\$ 1.079.143,99	R\$ 1.351.571,13	25,24%
fevereiro	R\$ 1.157.487,20	R\$ 1.345.886,83	16,28%
março	R\$ 1.243.999,63	R\$ 1.342.153,83	7,89%
abril	R\$ 1.283.703,67	R\$ 1.492.708,99	16,28%
maio	R\$ 1.450.910,29	R\$ 1.440.955,63	-0,69%
junho	R\$ 1.357.789,06	R\$ 1.444.663,29	6,40%
julho	R\$ 1.459.126,15	R\$ 1.500.834,42	2,86%
agosto	R\$ 1.556.343,62	R\$ 1.510.004,57	-2,98%
setembro	R\$ 1.548.729,98	R\$ 1.388.755,43	-10,33%
outubro	R\$ 1.501.626,43	R\$ 1.481.300,94	-1,35%
novembro	R\$ 1.508.041,27	R\$ 1.454.847,93	-3,53%
dezembro	R\$ 1.367.796,25	R\$ 1.338.911,23	-2,11%
Totais	R\$ 16.514.697,54	R\$ 17.092.594,22	3,50%

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

2.4.3.5 Taxa de Cobertura

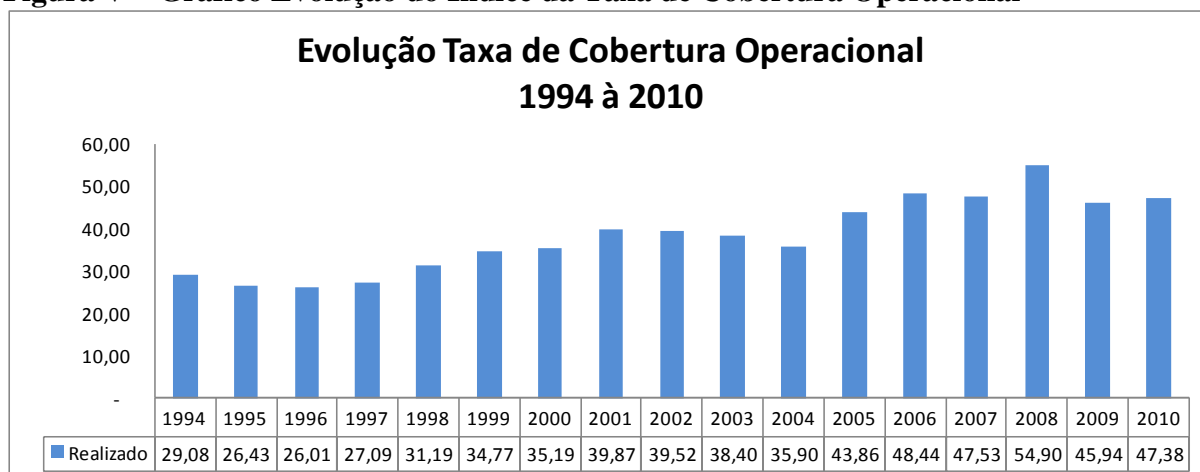
O Índice da Taxa de Cobertura representa a sustentabilidade econômica da TREN-SURB na relação entre suas receitas próprias e as despesas para seu funcionamento. Este índice demonstra a eficiência dos processos da empresa, perante sua atividade fim, ou seja, o transporte de passageiros.

A forma de cálculo de obtenção do Índice da Taxa de Cobertura é o Total de Receitas, exceto as de subvenção, dividido pelo Total de Despesas de Funcionamento, desconsiderando as depreciações, amortizações e provisões. É medido em percentual de cobertura.

Esses dados são obtidos a partir dos balancetes mensais, sob a responsabilidade da Gerência de Contabilidade e Patrimônio.

No ano de 2010 houve um aumento no índice da Taxa de Cobertura Operacional, que passou de 45,94% em 2009 para 47,38% em 2010. Esse aumento se deve ao aumento das Receitas, principalmente a Receita Comercial e a Receita Operacional de Transportes.

O acréscimo no total das receitas excetuando-se as receitas de subvenções fixou-se em 19,69%, no ano de 2010, enquanto as despesas para funcionamento cresceram 15,65% em relação ao ano de 2009. O gráfico abaixo demonstra a evolução da taxa de cobertura operacional desde o ano de 1994.

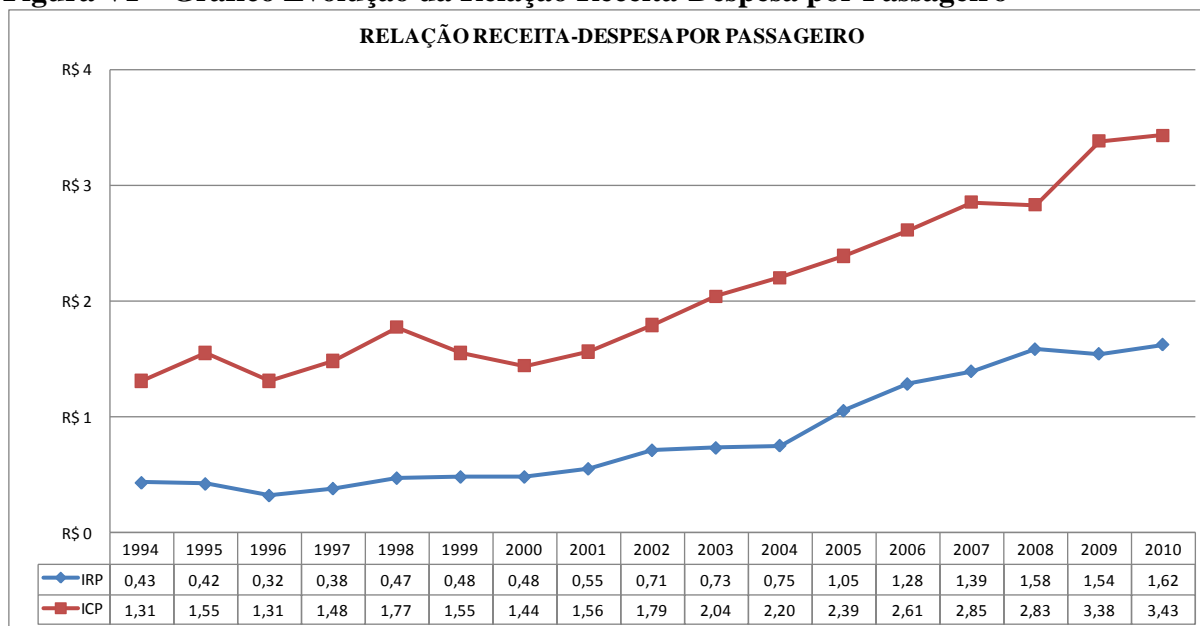
Figura V – Gráfico Evolução do Índice da Taxa de Cobertura Operacional

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

A representação da receita e da despesa pode ser expressa pelo Índice de Receita por Passageiro (IRP) e pelo Índice de Custo por Passageiro (ICP).

A forma de cálculo da receita por passageiro transportado é a divisão do total de receita própria, exceto a receita de subvenção, pelo total de bilhetes vendidos. Sendo da mesma forma o cálculo da despesa por passageiro transportado, com a divisão do total de despesa de funcionamento pelo total de bilhetes vendidos. Esses dados são obtidos dos controles existentes na GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio) e na GEORF (Gerência de Orçamento e Finanças).

O gráfico abaixo apresenta a evolução ao longo dos anos desta relação.

Figura VI – Gráfico Evolução da Relação Receita-Despesa por Passageiro

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

2.4.3.6 Dados da Operação

Em 2010 os indicadores operacionais do Índice de regularidade do serviço - viagens realizadas e MKBF registraram 99,66% de índice de regularidade e 3.442,00 de quilometragem percorrida pelo número de falhas constatadas nos níveis A, B e C.

Das 80.593 viagens programadas, foram executadas efetivamente 80.321.

Este índice reflete a confiabilidade do serviço prestado, seu resultado é expresso em percentual de cumprimento de programação. Sua medição é efetuada dividindo-se o valor das viagens realizadas pelas viagens programadas.

A tabela abaixo demonstra a variação no Índice de Regularidade do serviço – viagens realizadas desde o ano de 2003.

Tabela LVI – Índice de Regularidade do Serviço - Viagens Realizadas

Período	Índice de Regularidade do Serviço - Viagens Realizadas	Variação
2003	99,77	
2004	99,71	-0,06%
2005	99,73	0,02%
2006	99,61	-0,12%
2007	99,62	0,01%
2008	99,68	0,06%
2009	99,62	-0,06%
2010	99,66	0,04%

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Um dos aspectos que contribui fortemente para o índice de regularidade é a manutenção dos trens de unidade elétrica (TUE) que prestam o serviço do transporte de passageiros. A medição do desempenho da manutenção é obtida através do Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota, o Índice MKBF.

O resultado é expresso em quilômetros por avaria, o que significa que se busca aumentar sempre esse índice. O índice de agosto/2010 foi o melhor índice histórico. Esse indicador é calculado pela Gerência de Manutenção e leva em consideração falhas de diversas naturezas, controladas pelo Setor de Oficinas e Setor de Manutenção Leve.

A tabela a seguir demonstra a comparação de 2010 em relação ao ano de 2009.

Tabela LVII - MKBF Comparativo 2009-2010

MKBF - Níveis A, B e C	2009	2010	Variação
jan	3767,00	3767,00	0,000
fev	3154,00	3586,00	0,137
mar	3629,00	3413,00	-0,060
abr	3402,00	3506,00	0,031
mai	3405,00	3177,00	-0,067
jun	2674,00	3336,00	0,248
jul	3732,00	3242,00	-0,131
ago	3649,00	4493,00	0,231
set	3984,00	3294,00	-0,173
out	4024,00	3136,00	-0,221
nov	3231,00	3246,00	0,005
dez	4119,00	3108,00	-0,245
Média	3564,17	3442,00	-0,034

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

O crescimento do indicador MKBF está sendo gradual, de modo consistente, e em razão do tempo de vida útil dos componentes que começam a sofrer falhas.

2.4.3.7 Levantamento Socioambiental

O sistema de transporte metroviário caracteriza-se como um meio estruturador do transporte público. Devido a sua alta capacidade e a sua via exclusiva, possibilita que os demais modos de transporte, que transitam nas vias rodoviárias, tenham uma maior velocidade e para tanto, menor consumo de combustível. Paralelamente contribui com a redução do número de acidentes, com a diminuição de mortes nos acidentes fatais, com os gastos de manutenção das vias públicas, com a redução da expansão das vias, com a economia de queima de combustíveis não renováveis (petróleo) e com a redução da poluição, entre outros benefícios.

Ao desenvolver seu serviço de transporte, a TRENSURB utiliza energia limpa e renovável contribuindo para a redução da poluição ambiental. Paralelamente a empresa contribui com a redução do número de acidentes, também contribui com a diminuição dos gastos de manutenção das vias públicas, custos com saúde pública e diretamente junto ao usuário, nas economias de benefício tarifário e de gratuidade, para determinada camada da população.

Os indicadores econômicos de um sistema de transporte estão vinculados às externalidades que são geradas e que agridem ou possam influenciar o meio ambiente.

Em 25 anos de operação com o uso do modal ferroviário houve uma economia para a sociedade de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões.

A TRENSURB somente no ano de 2010 transportou 48.685.321 milhões de passageiros, deixando de ser executadas um total de 967.220 mil viagens/ano de ônibus, o que corresponde a 3.838 viagens em dia útil.

Evitou-se a emissão de 3.011 toneladas de dióxido de carbono, 512 toneladas de hidrocarbonos, 196 toneladas de óxido de nitrogênio, 5,86 toneladas de óxido de enxofre e 6,51 toneladas de particulados.

Concretizou-se uma economia de 9.901 milhões de litros de óleo diesel e 8.685 milhões de horas em tempo de viagem.

Contabilizou-se uma economia total de R\$ 104,61 milhões a partir da estimação dos custos unitários das externalidades. O valor médio do óleo diesel passou de R\$ 1,99 para R\$ 1,98 (valor médio em Porto Alegre, no dia 31/12/2010).

A tabela abaixo apresenta, para efeito comparativo, as economias auferidas pela comunidade provenientes das economias geradas pela introdução do modal metroviário.

Tabela LVIII - Quadro Resumo Indicadores Econômicos

Itens considerados	Unidade	2009		2010	
		Quantidades	R\$	Quantidades	R\$
Demanda anual	passageiros/ano	44.404.858,00		48.685.321,00	
Demanda média mensal	passageiros/mês	3.700.404,83		4.057.110,08	
Necessidade de frota adicional de ônibus sem o trem	km/mês	1.980.389,32		2.171.291,48	
Dióxido de carbono	toneladas/ano	2.746,01	R\$ 8.743.838,14	3.010,71	R\$ 9.201.039,29
Hidrocarbonos	toneladas/ano	466,74	R\$ 19.287.954,27	511,73	R\$ 20.296.490,17
Nox	toneladas/ano	178,71	R\$ 24.220.361,16	195,94	R\$ 25.486.804,63
Sox	toneladas/ano	5,35	R\$ 893.636,62	5,86	R\$ 940.363,43
Partículas	toneladas/ano	5,94	R\$ 9.092.981,34	6,51	R\$ 9.568.438,61
Custo dos Acidentes com Ônibus					
Danos Materiais			R\$ 1.488.619,05		R\$ 1.566.456,53
Custo dos Acidentes com Automóveis					
Danos materiais			R\$ 1.281.866,40		R\$ 1.348.893,12
Vítimas não fatais			R\$ 724.461,27		R\$ 762.342,18
Vítimas Fatais			R\$ 164.988,61		R\$ 173.615,60
Economia tempo de viagem	horas	7.921.557,29	R\$ 14.886.190,46	8.685.165,92	R\$ 15.664.565,25
Economia de litros de Diesel	Milhões de litros	9.030.575,31	R\$ 17.970.844,86	9.901.089,15	R\$ 19.604.156,52
TOTAIS EM MILHÕES - R\$			R\$ 98,76		R\$ 104,61

EM 2009 US\$ 1 = R\$ 1,74. Em 31/12/2010, US\$ 1 = R\$ 1,67. Valor do diesel em dez/10 = R\$ 1,98

FONTE: GEPLA (Gerência de Planejamento)

Cabe lembrar que não estão calculadas as economias provenientes da redução dos custos dispensados pela manutenção do sistema viário e da redução do consumo de combustível dos veículos particulares.

3 INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212111100		FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
275060	33.060.708/0001-97	0,00	2.010.589,93	2.010.589,93	0,00
<p>Razões e Justificativas: Os lançamentos registrados são referente ao contrato 08.005.040/05 - FAIVELEY TRANSPORT DO BRASIL S/A. As providências foram tomadas ainda no exercício de 2010 e os lançamentos regularizados na ocasião da liberação da dotação orçamentária.</p>					

Fonte: SIAFI

Quadro A.3.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

 Valores em
R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
212121100		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
275060	290.767.900-78	0,00	146.611,00	146.611,00	0,00
275060	289.395.490-15	0,00	138.186,60	0,00	138.186,60
275060	221.793.210-15	0,00	85.704,91	0,00	85.704,91
275060	400.384.080-15	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00
275060	296.417.130-00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
275060	420.021.170-04	0,00	44.038,51	0,00	44.038,51
275060	295.787.360-53	0,00	288.023,00	0,00	288.023,00
275060	411.109.009-53	0,00	85.266,37	0,00	85.266,37
275060	254.678.320-34	0,00	128.179,27	0,00	128.179,27
275060	400.384.080-15	0,00	161.460,06	0,00	161.460,06
275060	239.148.900-53	0,00	337.705,93	0,00	337.705,93
275060	296.417.130-00	0,00	140.953,34	0,00	140.953,34
275060	209.850.370-91	0,00	9.756,83	0,00	9.756,83
275060	378.883.820-53	0,00	32.891,75	0,00	32.891,75
275060	414.753.050-87	0,00	223.121,62	0,00	223.121,62
275060	163.549.310-20	0,00	37.022,94	0,00	37.022,94
TOTAL			2.158.922,13	446.611,00	1.712.311,13
<p>Razões e Justificativas: Registramos no SIAFI estes valores na referida conta, pois os mesmos foram penhorados da receita própria (receita da venda de bilhetes) e depositados junto a Justiça do Trabalho - VT para garantia a causas trabalhistas. O correto pagamento acontece com recursos disponibilizados pelo Tesouro e como a penhora aconteceu com valores de recursos próprios é responsabilidade do contador fazer o registro, como forma de evidenciar a situação contábil correta da unidade, tanto para atender a contabilidade Societária (Lei n. 6.404/76) como a Contabilidade Pública (Lei n. 4.320/64).</p>					

Fonte: SIAFI

3.2 Análise Crítica

As providências do lançamento registrado por insuficiência de créditos/recursos a fornecedores foram tomadas ainda no exercício de 2010 e os lançamentos regularizados na ocasião da liberação da dotação orçamentária.

Quanto aos lançamentos registrados por insuficiência de créditos/recursos a pessoal, os valores foram penhorados da receita própria (receita da venda de bilhetes) e depositados junto a Justiça do Trabalho - VT para garantia a causas trabalhistas, quando o correto pagamento acontece com recursos disponibilizados pelo Tesouro. A TRENSURB busca o ressarcimento destes valores junto ao Tesouro, afim, de regularizar a pendência de orçamento realizada pelo fato da penhora ocorrer em receitas próprias, quando as despesas judiciais (sentenças, taxas, recursos, etc.) são arcadas com recursos provenientes da União.

4 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	7.407.244,94	-	7.303.528,49	103.716,45
2008	9.055.062,97	287,52	8.945.624,07	109.151,38
2007	445.859,68	-	228.522,20	217.337,48
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	98.701.649,18	1.485.578,81	88.352.974,64	10.652.907,08
2008	28.886.798,04	972.481,64	26.514.212,62	1.818.376,29
2007	11.971.081,27	521.149,60	10.987.695,72	677.884,22
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

A inscrição em restos a pagar tem origem nas contratações efetuadas no final do ano, e que serão liquidadas no decorrer do próximo exercício, ou ainda em anos subsequentes. Tratam-se principalmente de aquisição de materiais, equipamentos e contratações de obras, reformas ou modernizações para melhoria do sistema. Muitos dos valores inscritos também estão relacionados à obra de extensão da Linha 1 - Trecho norte São Leopoldo / Novo Hamburgo e referem-se tanto ao reassentamento das famílias, quanto aos processos de desapropriações que estão sendo discutidos judicialmente. Já com relação ao impacto na execução financeira da UJ estes valores estão previstos, e devidamente inscritos, não havendo prejuízo algum à TRENSURB.

Os cancelamentos de restos a pagar processados e não processados são oriundos de fornecedores que não estão em dia com sua documentação e por isso não puderam dar andamento a con-

tratação ou também pela devolução de materiais fora das especificações solicitadas. Os demais que não foram cancelados permanecem inscritos, pois os processos que os originaram a contratação permanecem ativos conforme consulta realizada as áreas gestoras e aguardam a conclusão de etapas para sua liquidação.

5 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1186	1180	213	61
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		13	0	2
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		3	2	1
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		2		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		2		
2.2.4 Sem vínculo	23	24	4	2
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	135	134	52	38
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
3 Total	1209	1204		

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

O provimento dos Cargos de Confiança de Gabinete da Presidência e Gerência Jurídica estão autorizadas em duas modalidades: servidor de carreira vinculado ao órgão ou empregado sem vínculo.

Atualmente a Função Gratificada Gabinete da Presidência é ocupada por servidor de carreira vinculado ao órgão e Gerência Jurídica é ocupada por empregado sem vínculo.

A soma refere-se aos servidores de carreira item 1.2.1 provimento cargo efetivo e provimento de cargo em comissão item 2.2.4

Quadro A.5.2- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	207	111	341	342	28
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	0	4	11	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	7	5	6	1
2.3. Funções gratificadas	14	9	65	45	2

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			77	98	661	184	13		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					5	7	1		
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1	1	6	15	1		
2.3. Funções gratificadas				6	71	35	22		

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

LEGENDA

Nível de Escolaridade

- 1 – Analfabeto
- 2 - Alfabetizado sem cursos regulares
- 3 - Primeiro grau incompleto
- 4 - Primeiro grau

5 - Segundo grau ou técnico

6 - Superior

7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação

Obs.: Estes dados estão sendo atualizados no Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

8 – Mestrado

9 – Doutorado

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas - NÃO APLICÁVEL

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 - NÃO APLICÁVEL

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010 - NÃO APLICÁVEL

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral		
2. Proporcional		

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
· Área Meio	217	193	170	166	419.040,65
Nível Médio					
· Área Meio	157	176	190	197	237.675,50

Fonte: Sistema do CIEE para pagamento da Bolsa Auxílio aos estagiários.

Obs.: A taxa administrativa do CIEE está inclusa.

5.4 Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7- Quadro de custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações				
Membros de poder e agentes políticos									
2008	22.220.121,69	340.288,07	3.293.015,14	9.588.719,94	498.243,15	0	8.775.293,95	44.715.681,94	
2009	23.897.364,92	325.238,12	4.045.035,61	9.291.805,62	513.315,02	0	9.129.037,65	47.201.796,94	
2010	28.986.196,82	435.040,64	4.432.824,62	12.149.773,63	735.288,89	0	7.667.359,54	54.406.484,14	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão									
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores com Contratos Temporários									
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
2008	130.114,33	0	11.876,22	15.079,05	0	0	6.227,54	163.297,14	
2009	234.423,03	0	25.969,76	32.236,14	1375,08	0	8.428,29	302.432,30	
2010	287.719,77	0	27.840,38	36.762,59	0	0	126.845,64	479.168,38	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial									
2008	0	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2008	0	560.644,30	0	0	0	0	0	560.644,30	
2009	0	742.670,51	0	0	0	0	0	742.670,51	
2010	0	1.126.122,79	0	0	0	0	0	1.126.122,79	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas									
2008	0	1.259.387,89	0	0	0	0	0	1.259.387,89	

2009	0	2.123.324,40	0	0	0	0	0	2.123.324,40
2010	0	4.275.456,00	0	0	0	0	0	4.275.456,00

Fonte: SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

5.5 Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A													
UG/Gestão: Setor de Administração de Contratos - SEACO						CNPJ: 90.976.853/0001-56							
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	07.120.030/2008	07.725.673/0001-58	24/11/2008		12	12					P
2008	L	O	07.120.006/2008	00.976.595/0001-15	13/05/2008		11	11					P
2009	L	O	07.120.002/2009	00.976.595/0001-15	03/02/2009		14	14					P
2007	V	O	07.120.002/2007	92.653.666/0001-67	31/01/2007	31/01/2011	20	20					E
2008	V	O	07.120.001/2008	92.653.666/0001-67	18/01/2008		26	26					P

Fonte: GEORF (Gerência de Orçamento e Finanças)

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – NÃO OCORREU NO PERÍODO

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra – NÃO OCORREU NO PERÍODO

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras. 			

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O índice de absenteísmo tem como objeto medir percentualmente a quantidade de horas em que o empregado deixa de exercer suas funções por faltas justificadas ou não, com exceção dos seguintes eventos: aposentadoria por invalidez, afastados por doenças e acidentes (atestados maiores que 15 dias), liberados para o sindicato, contratos suspensos e licenças não remuneradas.

Meta – Manter o decréscimo do índice em análise.

Tabela LIX - Índice de Absenteísmo

Ano	2008	2009	2010
Absenteísmo (%)	3,64	1,52	1,35

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores: Taxa de frequência e Taxa de Gravidade de acidentes de trabalho.

Tem como objetivo classificar a empresa utilizando-se a taxa de frequência e a taxa de gravidade, conforme o número de acidentes do trabalho e dias perdidos de acordo com os padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Meta – Manter o conceito MUITO BOA na taxa de frequência e taxa de gravidade e redução da quantidade de acidentes de trabalho.

Padrão – Organização Internacional do Trabalho – OIT

Tabela LX - Padrões OIT para acidentes de trabalho.

CONCEITO	TAXA DE FREQUÊNCIA	TAXA DE GRAVIDADE
MUITO BOA	0 A 20	0 A 500
BOA	20 A 40	500 A 1000
REGULAR	40 A 60	1000 A 2000
PÉSSIMA	ACIMA DE 60	ACIMA DE 2000

Fonte: Organização Internacional do Trabalho – OIT

Classificação da empresa conforme padrão – OIT.

Tabela LXI - Histórico Taxa de frequência e de gravidade de acidentes de trabalho

ANO	TAXA DE FREQUÊNCIA	CONCEITO	TAXA DE GRAVIDADE	CONCEITO
2008	13,15	MUITO BOA	137	MUITO BOA
2009	13,19	MUITO BOA	217,58	MUITO BOA
2010	13,68	MUITO BOA	287,17	MUITO BOA

Fonte: Organização Internacional do Trabalho – OIT

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de Acidentes de Trabalho por Ano, Tipo, Número absoluto e Número de empregados.

Tabela LXII - Quantitativo de Acidentes por Tipo

ANO	C/ AFASTAM.	S/AFASTAM.	TRAJETO	DOENÇAS DO TRABALHO	TOTAL	MÉDIA DE EMPREGADOS
2008	7	11	11	0	29	1068
2009	18	13	7	0	38	1128
2010	23	12	11	0	46	1091

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

Rotatividade

O indicador de rotatividade de pessoal mede a relação entre desligamentos (voluntários ou involuntários) e admissões.

Tabela LXIII - Rotatividade anual

Ano	2008	2009	2010
Rotatividade (%)	4,96	9,52	12,55

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Tabela LXIV - Admissões e Demissões

Ano	2008	2009	2010
Admissões	39	47	213
Demissões	74	13	61

Fonte1: CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregado)

Fonte 2 : SIGAM WEB (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

A visão da empresa tem como pilares ser estruturadora da mobilidade urbana, referência no transporte de passageiros, atuando com responsabilidade socioambiental, em permanente expansão e atualização tecnológica. Considerando esta visão estratégica e limites orçamentários a empresa delineou seus projetos de desenvolvimento. As expansões projetadas exigiram a adoção maior estrutura administrativa (área meio) e (área operacional) mais adequada às respectivas demandas respeitando o limite total de 1186 empregados, delimitado através de portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A gerência de operações que obteve maior efetivo funcional no ano de 2010 totalizando 153 admissões em face de sua linha de atuação. Os desligamentos ocorridos no ano em análise foram em sua maioria de forma voluntária (pedidos de demissão) e motivados pelo grande número de vagas abertas em concursos públicos na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

O percentual de Rotatividade (%) no ano de 2009 e 2010 trata-se de percentual acumulado.

Meta – Redução do índice.

Satisfação e Motivação dos empregados

A pesquisa de clima organizacional auferiu o índice de satisfação dos empregados. O resultado da pesquisa é obtido através de pergunta direta e segmentada por área (Administrativo, Operacional e Manutenção). Os objetos mensurados são: relações de trabalho, condições físicas de trabalho, comunicação interna, benefícios, salário, imagem da empresa, liderança, motivação, valorização do empregado, desenvolvimento e Gestão Superior.

No ano de 2010, a TRENSURB alcançou a marca de 70 % de satisfação dos empregados, sendo que os itens que apresentaram melhora significativa em relação aos anos anteriores foram: Relações de Trabalho, Liderança Imediata, Motivação (Administrativo).

Após tabulação e análise de dados de pesquisas anteriores a empresa desenvolveu alguns planos de ação entre eles podemos citar no ano de 2010 a implantação do Centro de Saúde e Bem Estar o qual disponibiliza aulas de Ioga, Musculação, Pilates, entre outros com o acompanhamento de professores especializados que visa proporcionar melhor a qualidade de vida ao empregado.

Meta – Manter/Aumentar os índices alcançados.

Tabela LXV - Índice de satisfação dos empregados

ANO	MÉDIAS (%)
2008	58
2009	58
2010	70

Fonte 1 : SGE (Sistema de Gestão Estratégica)

Fonte 2 : Pesquisa de Clima

Desempenho Funcional

A avaliação é realizada anualmente nos empregados com mais de 12 (doze) meses no cargo padrão, processo com desempenho satisfatório.

O desempenho dos empregados é medido através de 21 (vinte um) modelos diferentes de “Instrumento Aferidor de Desempenho” - IADE, onde são indicados fatores para o desempenho das atividades de cada cargo, padrão, processo sendo três deles considerados imprescindíveis em ordem de importância, através do qual o empregado é avaliado por seu superior imediato, de acordo com regras estabelecidas em Resolução da Diretoria Executiva.

Demandas Trabalhistas

Esse indicador tem o objetivo de acompanhar a evolução de demandas junto à Justiça do Trabalho, estratificando por empregados, ex-empregados e empregados de empresas contratadas pela TRENSURB, para terceirização de serviços. Sua importância está na análise dos fatos geradores e no bloqueio das razões que levam a essas demandas trabalhistas. Existe na Gerência Jurídica formas simples de elaboração e acompanhamento desse indicador.

O número total de demandas judiciais ajuizadas em 2010 (284), sendo 23 cíveis e 261 reclamationárias trabalhistas contra TRENSURB, conforme se depreende do quadro abaixo, se mostrou superior ao apurado durante o ano de 2009 (148) e 2008 (164). Tal aumento expressivo decorreu fundamentalmente pelo ingresso de ex-empregados (182) solicitando em sua grande maioria a complementação de aposentadoria, estando ainda a União no pólo passivo. Em relação a demandas ajuizadas por empregados tivemos novamente uma redução significativa no ano de 2010 (8) contra 2008 (35) e 2009 (33). Isso decorreu das ações implementadas pela empresa para inibir e estancar os fatos gerados do passivo trabalhista, bem como pela atuação do Grupo de Trabalho para Demandas Trabalhistas, instituído pela REP 109/2008. Observou-se ainda um aumento de ações propostas pelos Sindicatos representantes da categoria no ano 2010, totalizando 28 (vinte e oito) ações judiciais.

Verifica-se, numa apuração mais detalhada do quadro, que o número de ações ajuizadas por ex-empregados da empresa ao longo do ano de 2010, cresceu de forma significativa, totalizando 182 (cento e oitenta e duas) reclamationárias trabalhistas. Tal fato decorre em razão do processo de aposentadoria dos empregados e seu desligamento da empresa, em que postulam, entre outros pedidos, a complementação de aposentadoria.

Em relação aos pedidos de empregados terceirizados no ano de 2010 ingressaram 35 (trinta e cinco) reclamationárias trabalhistas, contra 37 em 2008 e 22 ao longo do ano de 2009, resultado de ações concretas de bloqueio dos fatos geradores e controle junto a empresas terceirizadas. O aumento de reclamationárias trabalhistas em 2010 em relação ao mesmo período de 2009 decorre do ingresso de ações oriundas do Consórcio Nova Via, empresa que está construindo a expansão da TRENSURB à cidade de Novo Hamburgo.

Apresentamos abaixo tabelas correspondentes aos anos de 2008 a 2010 em relação aos quantitativos de reclamationárias trabalhistas e a sua composição.

No ano de 2010 encerrou-se também o número de 275 (duzentos e setenta e cinco) processos judiciais contra a empresa, estando os mesmos devidamente arquivados.

Tabela LXVI - Ações Ajuizadas e Encerradas no ano de 2008.

Ações Ajuizadas					Encerrados
2008	Empregados	Ex-empregados	Terceirizados	Total	
jan	1	1	0	2	32
fev	6	3	3	12	1
mar	2	2	0	4	6
abr	2	2	7	11	4
mai	4	10	6	20	1
jun	5	7	5	17	5
jul	0	13	4	17	8
ago	2	22	8	32	5
set	0	0	0	0	0
out	5	12	3	20	28
nov	5	13	0	18	10
dez	3	7	1	11	42
Total	35	92	37	164	142

Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Tabela LXVII - Ações Ajuizadas e Encerradas no ano de 2009.

Ações Ajuizadas					Encerrados
2009	Empregados	Ex-empregados	Terceirizados	Total	
jan	2	5	3	10	0
fev	0	1	3	4	0
mar	0	9	1	10	4
abr	9	6	3	18	46
mai	11	10	0	21	8
jun	1	3	4	8	0
jul	3	0	0	3	0
ago	2	6	2	10	13
set	1	8	2	11	220
out	0	10	1	11	0
nov	4	25	3	32	9
dez	0	10	0	10	6
Total	33	93	22	148	306

Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Tabela LXVIII - Ações Ajuizadas e Encerradas no ano de 2010.

Ações Ajuizadas							Encerrados
2010	Empregados	Ex-empregados	Terceirizados	Sindicatos	Outros	Total	
jan	1	4	1	3	0	9	143
fev	0	9	2	4	0	15	1
mar	1	17	4	6	0	28	36
abr	1	23	4	2	1	31	10
mai	0	31	0	2	0	33	0
jun	0	39	3	5	0	47	2
jul	0	16	1	1	0	18	1
set	0	25	3	3	1	32	2
ago	0	7	5	1	1	14	8
out	1	7	3	1	3	15	2
nov	0	3	7	0	2	12	5
dez	4	1	2	0	0	7	65
Total	8	182	35	28	8	261	275

Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Dessa forma, por todos os ângulos em que se análise o comparativo, é possível verificar que com o adimplemento de algumas medidas administrativas, o número geral de reclamações trabalhistas propostas por empregados da empresa vêm substancialmente decaindo, ao passo que as demandas de ex-empregados está em movimento contrário. Afora essa conclusão, os dados trazidos

a exame, possibilitam também concluir que o número de processos encerrados mantém a tendência do ano anterior.

Outro ponto a ser ressaltado é que a Gerência Jurídica no final (último trimestre) do ano de 2010 estruturou o indicador de Êxito Judicial, que corresponde ao quantitativo de resultados favoráveis da empresa junto ao Judiciário. Classificou-se em Improcedente, Procedente e Procedente Parcial, sendo que o indicador procedente corresponde a mais de 50% de perda, e o indicador Procedente Parcial, menos de 50% de perda, para a TRENURB.

O resultado do último trimestre do ano de 2010, conforme demonstrado na tabela abaixo corresponde ao total de 49,61% de decisões (sentenças e Acórdãos) julgados improcedentes contra a Empresa, e 23,26% de Procedente Parcial e 27,13% de Procedente. Se compararmos somente as sentenças do período o percentual de Improcedente para a Empresa foi de 61,54%.

Tabela LXIX - Indicador de êxito judicial da Gerência Jurídica, em relação a todas as decisões Cíveis e Trabalhistas

Competência Outubro à Dezembro de 2010										
Sentenças					Acórdãos					Total Geral
	Improcedente	Procedente Parcial	Procedente	Sub-Total		Improcedente	Procedente Parcial	Procedente	Sub-Total	
Trabalhistas	31	12	8	51	Trabalhistas	32	18	27	77	128
Cível	1	0	0	1	Cível	0	0	0	0	1
Total	32	12	8	52	Total	32	18	27	77	129
Percentual Parcial	61,54	23,08	15,38	100,00	Percentual Parcial	41,56	23,38	35,06	100,00	

Percentual Total			
Improcedente	*Procedente Parcial	*Procedente	Total
49,61	23,26	27,13	100,00

* O conceito de Procedente Parcial corresponde a - 50% de ganho de causa

* O conceito de Procedente corresponde a + 50% de ganho de causa

Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Assim sendo, conclui-se, com clareza, diante dos dados agora trazidos à análise, que as medidas administrativas adotadas pela empresa, com vistas a prevenir e/ou reduzir seu passivo trabalhista e demais ações judiciais ajuizadas vêm se mostrando adequadas aos fins e efeitos a que se propuseram as diretrizes do planejamento estratégico, ou seja, a redução dos fatos geradores de passivo trabalhista.

6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

6.1 Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A									
CNPJ: 90.976.853/0001-56					UG/GESTÃO: 275060/27208				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
5	001/09	89814693/0001-60	30.000.000		13.000.000	30.000.000	14/12/09	13/12/11	1

LEGENDA				
Modalidade:				
1 - Convênio				
2 - Contrato de Repasse				
3 - Termo de Parceria				
4 - Termo de Cooperação				
5 - Termo de Compromisso				
Situação da Transferência:				
	1 - Adimplente			
	2 - Inadimplente			
	3 - Inadimplência Suspensa			
	4 - Concluído			
	5 - Excluído			
	6 - Rescindido			
	7 - Arquivado			

Fonte: SIAFI

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebradas e valores repassados nos três últimos exercícios.

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALÇEGRE S/A						
CNPJ: 90.976.853/0001-56				UG/GESTÃO: 275060/27208		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso		01	01		17.000.000	13.000.000
Totais						

Fonte: SIAFI

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALÇEGRE S/A					
CNPJ: 90.976.853/0001-56			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso	01	01	01	01	30.000.000
Totais					

Fonte: SIAFI

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. NÃO OCORREU NO PERÍODO

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse – NÃO OCORREU NO PERÍODO Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
	Montante repassado (R\$)				
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

6.2 Análise Crítica

O Termo de Compromisso legaliza o recurso do Governo Federal para a prefeitura, onde a TRENSURB é a interveniente, ou seja, é quem realiza os repasses.

A partir do Termo de Compromisso foi constituído um Plano de Trabalho para o acompanhamento de todos os itens contratuais gerados pelo processo de licitação realizado pela prefeitura de São Leopoldo/RS. A execução destes itens são acompanhadas por uma equipe técnica, composta por Administradores, Engenheiros e Assistentes Sociais.

No que tange as transferências realizadas no último exercício, estas se referem-se aos custos da obra de reassentamento das famílias que tiveram suas moradias desapropriadas para a execução da obra de extensão da Linha 1 Norte - São Leopoldo/ Novo Hamburgo. A execução da despesa tem sido realizada conforme programação da área gestora e mantêm-se dentro do planejado. As transferências são realizadas somente após a entrada da fatura na TRENSURB, acompanhada da medição do período, assinada pelos gestores e Diretor Financeiro.

7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL SOBRE SIASG



Ministério das
Cidades



Declaração

Eu, Vanessa Gonçalves Pompermayer Menezes, portadora do CPF 978.326.180-00, declaro para os devidos fins, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art.19 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008.

Porto Alegre 21 de fevereiro de 2011.



Vanessa Gonçalves Pompermayer Menezes
Gerente de Orçamento e Finanças

8 INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS COM A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS



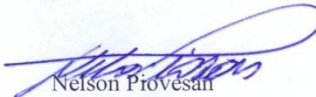
Ministério das
Cidades



DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS

Declaramos para os devidos fins, que os responsáveis pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB, estão em dia com exigência de apresentação da Declaração de Bens e Rendias de que trata a Lei nº 8.730 de 10 de novembro de 1993.

Porto Alegre, 17 de maio de 2011.



Nelson Provésan
Gerente de Recursos Humanos

9 INFORMAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS

9.1 Estrutura de Controles Internos da TRENSURB

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da TRENSURB

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: As análises foram realizadas pela área de Planejamento Estratégico em conjunto com o corpo gerencial da TRENSURB.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento)

10 INFORMAÇÕES QUANTO A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>A TRENSURB nas aquisições que envolvam processos de extração prevê no processo licitatório inspeção técnica das instalações e local de extração da rocha e exige que a pedra deve estar dotada de laboratório e pessoal para acompanhar a faixa granulométrica da pedra britada a ser fornecida. Já no descarte ambientalmente correto de baterias chumbo ácido e alcalinas requer fornecedor homologado junto ao Ibama, através do Cadastro Técnico Federal (CTF) para apresentar um plano de gerenciamento e destinação ambientalmente adequada às baterias chumbo ácido e alcalinas, conforme prevê a Resolução 401/08 do Conama.</i>		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>A TRENSURB utiliza em suas instalações lâmpadas fluorescentes que propiciam maior luminosidade e durabilidade com menor consumo de energia em relação às lâmpadas de filamento. Implementado processo de reaproveitamento de água da chuva para lavagem dos trens.</i>					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <i>SIM. Os veículos são locados, observando-se a tecnologia disponível da montadora bem como o tempo da vida útil.</i>					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <i>SIM. A TRENSURB na contratação de empresa prestadora de serviços de Recarga em Extintores de Incêndio requer o credenciamento do fornecedor na Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, bem como, do responsável técnico pelos serviços.</i>			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? <i>SIM. Palestras, SIPAT.</i>					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? <i>SIM. Comunicações oficiais, SIPAT.</i>					X
<i>Considerações Gerais:</i>					
Os quesitos foram respondidos pela área de Suprimentos e setor de Higiene e Segurança do Trabalho relacionado à Gestão Ambiental.					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte 1: GESUP (Gerência de Suprimentos)

Fonte 2: COPEL (Comissão Permanente de Licitação)

11 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União – NÃO APLICÁVEL

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – NÃO APLICÁVEL

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil			
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regi-me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
275060		10	4	n/a	n/a	n/a	R\$ 3.634,40	0,00
Total							R\$ 3.634,40	R\$ 0,00

Especificações:

Município de Porto Alegre – RS
 Processo Administrativo TRENSURB - Nº 1637/99
 Processo SPU - GRU/RS Nº 04902.001076/2008-13
Cessão de Uso - Pátio Diretor Pestana – RFFSA
 Portaria Nº 308/MPO, de 29.09.2008 - DOU, Seção I de 1º.10.2008

03 Terrenos - Área Total com Benfeitorias - 108.692.658 m²

Área I - 70.194.188m², junto à Av. Ernesto Neugebauer, com:
 Prédio - A - 634.00m²
 Prédio - B - 1.166.00m²
 Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154959

Área II - 12.910.00m², nesga central com confrontação com o lado Oeste da Área de Lazer da TRENSURB
 Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154960

Área III -25.588.47m², nesga do lado Leste (antigo Depósito de Trilhos e Prédio da Estação Diretor Pestana)
 Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154961

Análise Crítica:

- A TRENSURB está na iminência de receber a Cessão de Uso definitiva das áreas acima mencionadas.
 - Os valores registrados nas despesas de manutenção referem-se à taxa de coleta de lixo da área.
 - Em virtude de deficiências no Sistema de cadastro dos bens do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, os bens da TRENSURB não estão cadastrados no SPIUnet. As pendências para permitir os registros estão sendo tratadas em conformidade com o requerido no Acórdão 7273/2010 do TCU, 2ª Câmara.
- OBS: Há um único bem cadastrado para teste, que será retificado assim que o sistema for modificado.

Fonte 1: Portaria Nº 308/MPO, de 29.09.2008 - DOU, Seção I de 1º.10.2008

Fonte 2: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

REGIME

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aqüicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

1 – Novo
2 – Muito Bom
3 – Bom
4 – Regular

5 – Reparos Importantes
6 – Ruim
7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

12 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TI

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					

1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	8 Analistas de sistemas e 2 administrativos (servidores) e 8 terceirizados on site				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Respondido pelo Gerente de Informática, subsidiado de informações pelo quadro de Analistas de Sistemas da unidade, quando necessário. 2. Nos itens 10 e 11, acima, ainda existem contratos mais antigos que não contemplam a exigência de acordos de nível de serviço. Na medida em que estão sendo substituídos por novos estão acrescentadas estas exigências e sua gestão. 					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

13 NÃO APLICÁVEL A NATUREZA JURÍDICA DA TRENSURB

14 RENÚNCIAS TRIBUTÁVEIS

Não aplicável à natureza jurídica da TRENURB.

15 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU DE UNIDADE DE CONTROLE

15.1 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Externo

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.582/2008-6	151/2010-1ªC.	1.5..1	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.1 Aperfeiçoe seus processos e rotinas, especialmente as relacionadas ao planejamento e programação de suas futuras licitações, de modo a evitar contratação direta com fundamento em situação emergencial, embasada no art. 24, inciso IV, da Lei no 8.666/93, que decorra de evento incerto e imprevisível, consoante entendimento deste Tribunal consubstanciado na Decisão nº 347/1994 – Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRESIDÊNCIA, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>Visando o aperfeiçoamento das rotinas, bem como dos processos, em especial quanto aos de licitação, definimos que para todo processo cujo contrato deva ser renovado, enviaremos consulta ao Setor de Contratos para avaliação do prazo de encerramento do contrato vigente antes da definição da nova modalidade de licitação. Além do acompanhamento dos tempos de análise do edital nas áreas.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A área aprimorou seus controles internos para que as deficiências fossem sanadas, criando uma metodologia para acompanhamento dos contratos em andamento, corroborando para que a determinação seja atendida.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.582/2008-6	151/2010-1ªC.	1.5..2	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.2 Envide esforços no sentido da adoção de medidas que assegurem a indispensável segregação de funções na Unidade, evitando que a designação de responsável pelo recebimento de materiais, ainda que em substituição, recaia sobre empregado titular de cartão de pagamento, bem como macular o segundo estágio da despesa estabelecido nos arts. 62 e 63 da Lei no 4.320/64.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRESIDÊNCIA, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>Foram cancelados os cartões corporativos existentes na Empresa. Solicitamos novo cartão corporativo em nome do servidor Gilberto Marques Maria, comprador lotado no Setor de Compras. Após aquisição o material juntamente com a respectiva nota fiscal será entregue no Setor de Materiais para os devidos registros.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área acatou e implementou de imediato a determinação, corrigindo a falha existente.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	020.582/2008-6	151/2010-1ªC.	1.5..3	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.3 Aprimore seus sistemas de controles internos, implantando os mecanismos necessários para que os compromissos da empresa sejam quitados na data em que são devidos, evitando despesas com encargos moratórios por atraso nos pagamentos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>De forma a atender as recomendações dessa Controladoria, para evitar o pagamento de juros e multas, os empregados da GEORF, envolvidos nas atividades de pagamentos foram orientados a:</p> <ol style="list-style-type: none"> 19. controlar as datas de vencimentos das despesas de caráter continuado, tais como água, luz e telefone, verificando mensalmente se todas as contas já foram recebidas na empresa e, caso haja alguma pendência, verificar a possibilidade de emissão de 2ª via pela Internet, de forma a evitar o pagamento dos encargos por atraso; 20. efetuar contato com o fornecedor, solicitando prorrogação de prazo para qualquer cobrança que seja recebida na empresa, fora da data limite de pagamento; 21. fazer conferência diária dos pagamentos a serem realizados, através de consulta ao Confluxo /Siafi; 22. intensificar a cobrança aos gestores para que os Atestados de Serviços sejam encaminhados em prazo hábil para efetivação do pagamento sem ônus. 					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área aprimorou seus controles internos para que as deficiências fossem sanadas, criando check-list para controlar os vencimentos dos pagamentos e uma metodologia para o fluxo de trabalho.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	020.582/2008-6	151/2010-1ªC.	1.5..4	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.4 Abstenha-se de utilizar o instituto da inexigibilidade de licitação quando não ficar inquestionavelmente caracterizada a inviabilidade de competição, de que trata o caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em conformidade ao entendimento firmado na Decisão nº 427/1999 - Plenário – TCU.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento a recomendação acima, sempre que ocorrer necessidade para aquisição de novo equipamento, executaremos através de licitação, a inexigibilidade será utilizada para aquisição de peças de reposição.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área está atenta para atendimento da Lei nº 8.666/93 no que se refere ao tipo de enquadramento de licitação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	020.582/2008-6	151/2010-1°C.	1.5..5	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.5 Adote ações necessárias à melhoria dos controles relativos aos prazos de vigência contratual, de forma a evitar invocar a excepcionalidade para contratos, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, bem como celebrar prorrogações que extrapolem o limite legal de 180 dias e que apresentem solução de continuidade no prazo de vigência.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>Acatadas as recomendações, não sendo mais renovados contratos fora dos prazos permitidos na Lei. 2. Implementar melhorias no sistema de controle e acompanhamento de contratos, de forma a atuar mais efetivamente junto ao gestor nas providências de renovação contratual, quando houver interesse da Administração</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A área aprimorou seus controles internos para que as deficiências fossem sanadas, criando uma metodologia para acompanhamento da vigência dos contratos em andamento, corroborando para que a determinação seja atendida</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	020.582/2008-6	151/2010-1°C.	1.5..6	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.6 Efetue processo licitatório conforme disposto nos art. 22 e 23 da Lei no 8.666/93 para despesas de mesma natureza que excedam globalmente o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), no caso de serviços e compras, evitando fracionamento de despesas.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
Readequamos as famílias de compras para mobiliários, realizamos um Pregão Eletrônico para Registro de Preços de cadeiras, esse já concluído. Doravante licitaremos os bens que apresentem similitude.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área está atenta para atendimento da Lei nº 8.666/93 no que se refere ao tipo de enquadramento de licitação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	020.582/2008-6	151/2010-1ªC.	1.5..7	DE	Of.203/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício 2007.</p> <p>1.5.7 Adote as ações necessárias para conter o volume de reclamações trabalhistas de empregados, identificando os principais fatos geradores para atuação visando à redução de seus efeitos de forma efetiva.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>informamos que foram implementadas pela Diretoria ações visando à identificação de fatores geradores bem como encaminhamentos de medidas para sua elisão.</p> <p>1) Ações visando à redução das demandas judiciais: Entre as medidas adotadas a criação do Grupo de Trabalho nomeado pela REP-0109/2008 cujo objetivo é a análise das demandas administrativas o que possibilitou o encaminhamento e solução de número significativo de demandas evitando ações judiciais. Ao longo dos últimos anos o número de ações propostas por Empregados contra a TRENSURB vem reduzindo significativamente passando de 180 em 2004 para 36 em 2009 o que demonstra a efetividade das ações que foram levadas a feito.</p> <p>2) Ações visando à redução do passivo trabalhista: As ações de identificação e elisão de fatos geradores implementadas pela Gestão resultaram em uma redução significativas do número de ações conforme demonstrado. Do mesmo modo com vistas à redução do passivo trabalhista foram encaminhadas ações como por exemplo: cumprimento de Sentenças judiciais com trânsito em julgado a fim de estancar as parcelas vincendas e evitar que a execução se perpetue.</p> <p>Assim com as medidas implementadas mais os pagamentos realizados pela Gestão ao longo dos últimos 03 anos houve uma redução significativa do passivo trabalhista. Em janeiro de 2007 o passivo trabalhista era de R\$ 245.997.504,00 passando para R\$ 136.656.994 89 em dezembro de 2009. Assim têm-se como plenamente atendido do Acórdão.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área criou grupo de trabalho para identificação dos fatos geradores de passivos e implementou ações para sua redução, corroborando para que a determinação seja atendida.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	015.362/2009-0	1566/2010-1ªC.	1.5.1.1	DE	Of. 621/2010 – TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 2008.</p> <p>1.5.1 Determinar à Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. que:</p> <p>1.5.1.1 proceda à divulgação de qualquer modificação em edital de licitação, capaz de afetar a formulação das propostas, pela mesma forma que se deu a publicação do texto original, atentando para a necessidade de reabertura de prazos disciplinada no art. 21, § 4º, da Lei n. 8.666/1993.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>No que se refere às providências implementadas, informamos que tal procedimento está sendo adotado, ou seja, mantemos um controle rígido no tocante as publicações legais bem como na eventualidade de reabertura de prazo para recebimento de propostas, observado o prazo de Lei, como já realizado em licitação recente.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área está alerta ao atendimento do artigo nº 21 da Lei nº 8.666/93.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	015.362/2009-0	1566/2010-1ªC.	1.5.1.2	DE	Of. 621/2010 – TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas - Exercício de 2008.</p> <p>1.5.1.2 Nos procedimentos para terceirização de atividades, observe as disposições previstas no Decreto n. 2.271/1997 nas Instruções Normativas ns. 02/2008 e 04/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeitando a exigência constitucional de realização de concurso público para prover as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da entidade consoante o estabelecido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>Em relação ao contrato nº 01.120.071/2004 temos a informar que o contrato foi rescindido em novembro de 2009. Ressalta-se que já foi transferido para a auditoria interna um servidor concursado e que o mesmo encontra-se em treinamento para integrar o quadro de empregados da Auditoria. Relativamente aos contratos de prestação de serviços na área de informática, uma vez que não se tratavam de atividades fins da empresa com a aprovação do novo SIRD pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o cargo de Assistente de Gestão – Tecnologia da Informação foi colocado em extinção, já o cargo de Analista de Gestão – Tecnologia de Informação passou a ter as seguintes atribuições: Planejar, projetar, coordenar, fiscalizar e participar de ações para a implementação de soluções de Tecnologia da Informação, bem como prover e manter em funcionamento esta estrutura tecnológica, composta por sistemas, serviços, equipamentos e programas de informática necessárias ao funcionamento da empresa.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área seguiu a determinação exarada e tomou as providências necessárias para o atendimento do acórdão, ou seja, alocou um servidor concursado do quadro e efetuou as alterações devidas no SIRD.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	015.362/2009-0	1566/2010-1ªC.	1.5.1.3	DE	Of. 621/2010 – TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício de 2008.</p> <p>1.5.1.3 Adote medidas visando ao aprimoramento de seus sistemas de controles internos, implantando os mecanismos necessários para que os compromissos da empresa sejam quitados na data em que são devidos, evitando despesas com encargos moratórios por atraso nos pagamentos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>Em relação ao pagamento de contas de energia elétrica e água com atraso, os gestores responsáveis pelos controles das contas foram orientados a emitir a segunda via pela Internet, antes do vencimento, caso não tenham recebido a via original no prazo hábil. Outrossim, o Setor de Contrato, SEACO, acompanhará os vencimentos das contas de água e luz, visando auxiliar os gestores para evitar atrasos.</p> <p>Por fim, foi orientação do Diretor da DIRAF, que se fizesse um histórico, nos próximos pagamentos com multas e juros, visando identificar os possíveis responsáveis, pelos atrasos correspondentes.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área aprimorou seus controles internos para que as deficiências fossem sanadas, criando check-list para controlar os vencimentos dos pagamentos e uma metodologia para o fluxo de trabalho e apuração de responsáveis pelos atrasos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	015.362/2009-0	1566/2010-1ªC.	1.5.1.4	DE	Of. 621/2010 – TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício de 2008.</p> <p>1.5.1.4 Proceda a um planejamento rigoroso com vistas a não fracionar despesas quando da aquisição de bens e serviços de natureza similar, atentando para o limite previsto no art. 24, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993 e promovendo a instauração de procedimento licitatório adequado.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>O processo para contratação de treinamentos, cursos e congressos foi revisto, com a participação de todas as áreas envolvidas - SETRE, GEREH, SECOM e SEORC, buscando dar maior agilidade, segurança e transparência em cada fase.</p> <p>Além disso, a grande maioria dos treinamentos está vinculado à matriz de treinamentos aprovada pela DIREX e aos objetivos da empresa, constantes do Planejamento Estratégico, tornando a atividade de planejamento dos treinamentos essencial para a aprovação dos mesmos. Há ainda, uma análise conjunta entre SECOM e GEJUR no sentido de enquadrar certos tipos de treinamentos, congressos ou similares, de forma mais precisa, como por exemplo, combinando o art. 25, inciso II com o Art. 13, inciso VI da Lei 8.666/93 que trata da notória especialização, permitida em alguns casos. Desta forma, os cuidados com a similitude dos treinamentos também estão presentes, desde a elaboração do plano de treinamento até a sua contratação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área está atenta para atendimento do artigo nº 24 da Lei nº 8.666/93 no que se refere ao tipo de enquadramento de licitação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	015.362/2009-0	1566/2010-1ªC.	1.5.1.5	DE	Of. 621/2010 – TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Prestação de Contas – Exercício de 2008.</p> <p>1.5.1.5 Abstenha de utilizar o instituto da inexigibilidade de licitação quando não ficar inquestionavelmente caracterizada a inviabilidade de competição, de que trata o art. 25, caput, da Lei n. 8.666/1993, em conformidade ao entendimento firmado na Decisão n. 427/1999 - Plenário - TCU.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>O aprimoramento dos processos, especialmente no que tange aos cuidados na escolha adequada da modalidade de licitação a ser utilizada e sobre ela a obediência escrita às suas exigências, está sendo realizado. Em cada processo existe um check-list em que mostra todas as exigências no cumprimento das mesmas.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área está atenta para atendimento da Lei nº 8.666/93 no que se refere ao tipo de enquadramento de licitação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	000.390/2010-0	1.603/2008-PL	9.9	DE	Of. 225/2010-TCU/SEFTI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti					
Descrição da Deliberação:					
9.9 Determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti que realize fiscalizações nas áreas consideradas mais críticas da governança de TI nos órgãos/entidades fiscalizados e organize outros levantamentos com o intuito de acompanhar e manter base de dados atualizada com a situação da governança de TI na Administração Pública Federal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEINF					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES – 0111/2010 e 0121/2010 para atendimento da solicitação com o questionário sobre o Perfil de Governança de TI-2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.291/2008-6	927/2010-PL	1.4	DE	Of. 230/2010 TCU/SECOB-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Solicita alterações no Relatório Mensal de andamento Obra Extensão.</p> <p>1.4 Alertar a TRENSURB que, ao encaminhar Relatório Mensal de Desenvolvimento das Obras e Serviços em atendimento ao item 9.3.2 do Acórdão 2.450/2007-Plenário, o faça vir acompanhados também de cópias dos boletins de medição, e não somente dos quadros demonstrativos das medições, bem como que deixe de encaminhar a documentação contendo os ensaios de controle tecnológicos, desnecessários ao cumprimento do referido item 9.3.2, dos quais poderão vir a ser verificados oportunamente por ocasião das futuras fiscalizações realizadas por esta Corte no âmbito do Fiscobras.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES nº 0143/2010 – Enviado Relatório Mensal de Desenvolvimento das Obras e Serviços com as alterações solicitadas ref. da obra de expansão São Leopoldo – Novo Hamburgo.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área procedeu a adequação do relatório, incluindo as novas solicitações e excluindo as desnecessárias.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	002.969/2010-6	3291/2010-1ªC.	1.6	-	Of. 1080/2010 TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Assunto: Representação sobre aquisição e transporte de trilhos. Determinações/Recomendações não há. O ofício deu conhecimento do Acórdão 3291/2010 que conheceu a representação para no mérito julgar improcedente, a Representação do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos Fluviais do Rio Grande do Sul; - Consórcio Nova Via importou da Espanha 2.876 trilhos via rodoviária.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, GEPRO, SUDEX.					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado para conhecimento das áreas pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria) a Deliberação do referido Acórdão					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	002.969/2010-6	4892/2010-1ªC.	1.5	-	Ofício 22151/2010 TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinações/Recomendações não há. Dar conhecimento do Acórdão 4892/2010 – que considera legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal Sr. Roberto Arim Lopes.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEREH, SEPES.					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado para conhecimento da área responsável pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria).					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	012.792.2010-1	4556/2010-2ªC	1.5	-	Of. 1486/2010 TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinações/Recomendações não há. Representação sobre abuso no preenchimento de cargos em comissão. O ofício deu conhecimento do Acórdão 4556/2010 que deu conhecimento à representação, para, no mérito, considerá-la improcedente.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, DIRAF e GEREH.					958
Síntese da providência adotada:					
<p>Enviado para conhecimento das áreas responsáveis pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria) da deliberação do referido Acórdão.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	000.559/2010-5	917/2010 PL	1.5		Of. 1465/2010 TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
Determinações/Recomendações não há. O ofício deu conhecimento do Acórdão 917/210 e não reconheceu a denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no caput do referido art. 235, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES, GAPRE e COPEL					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado para conhecimento das áreas responsáveis pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria) da deliberação do referido Acórdão e também do Acórdão 1932/2010 que retificou a Secex/BA para Secex/RS.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	018.451/2010-1	-	-	-	Of. 1562/2010 TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
Solicita listagem atualizada dos contratos de concessão ou permissão de uso de espaços comerciais.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUDEC e GENOV.					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES nº 0201/2010 com as informações solicitadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	026.291/2008-6	2285/2010-PL	1.6	DE	Of. 0735/2010 TCU/SECOB-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Monitoramento do item 9.5 do Acórdão 2.450/2007 Dar conhecimento do Acórdão 2.285/2010 que determinou a adoção de providências dos itens 1.6 e subitens 1.6.1 e 1.6.2. 1.6 Determinar à TRENSURB que:</p> <p>1.6.1. faça constar, ao elaborar os Boletins de Medição referentes à obra, todos os itens e subitens objeto de medição e pagamento expandidos em todos os seus componentes, bem como que faça constar o percentual de execução para todos os itens medidos e pagos;</p> <p>1.6.2. envie a este Tribunal, no prazo máximo de trinta dias a contar da ciência, cópia dos Boletins de Medição referentes a maio e junho de 2010, contendo todos os itens e subitens objeto de medição e pagamento expandidos em todos os seus componentes, em especial os componentes do grupo 1.1 - Projeto Executivo da Obra, bem como que faça constar naqueles Boletins de Medição o percentual de execução para todos os itens medidos e pagos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEPRO					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES 0209/2010 com o atendimento das determinações.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área procedeu a readequação do relatório, incluindo as novas solicitações.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	025.715/2008-7	7001/2010 1ªC.	1.5		Of. 1845/2010 TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Corregedoria Setorial do Ministério das Cidades					
Descrição da Deliberação:					
<p>Falta de Atendimento de diligências por parte da Corregedoria Setorial do Ministério das Cidades</p> <p>1.5 Dar conhecimento do Acórdão 7001/2010 que determinou a referida Corregedoria que mantenha o Tribunal informado acerca do andamento das novas apurações de responsabilidade com relação aos contratos 8.093.725/96 e 8.061.884/00 bem como o edital da CC 04/2001.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado para conhecimento das áreas responsáveis pelo SICAU (Sistema de Controle de Auditoria) da deliberação do referido Acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	018.005/2010-1	-	-	-	Of. 749-07/2010-SEPROG/TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
Assunto: Auditoria Operacional sobre Mobilidade Urbana Solicita informações sobre a participação da SEMOB nas ações e planejamento do TCU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEMOB					958
Síntese da providência adotada:					
Enviado CE PRES nº 0011/2011 com as informações solicitadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
ATENDIMENTO TOTAL					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	007.077/2010-6	7273/2010 2ª C	1.4.4	DE	Of. 557/2010 TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
<p>Dar conhecimento e adoção de medidas do Acórdão 7273/2010 no item 1.4.4 que determinou à CBTU e à TRENSURB que façam inventário completo e individualizado de todos os bens imóveis ainda não cadastrados no SPIUnet, adotando as providências legais e/ou administrativas cabíveis para sua regularização jurídica, de acordo com as características próprias de cada bem e de forma que eles se tornem aptos a serem cadastrados no SPIUnet. Ato contínuo, procedam aos devidos cadastramentos dos imóveis no SPIUnet, na medida em que sua situação jurídica for sendo regularizada, informando a este Tribunal, nos próximos relatórios de gestão, as medidas que estão sendo adotadas.</p>					
Justificativa apresentada pelo não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRES e GECOP.					958
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Informa-se que algumas ações foram providenciadas, mas há outras que impedem o cumprimento de imediato do solicitado no Acórdão:</p> <p>Os procedimentos adotados até o presente momento foram de reavaliação dos bens imóveis da TRENSURB, independentemente de terem a regularização jurídica ou não, através da contratação de empresa de engenharia especializada no tema (LAUTECH), que nos apresentou os laudos contendo os valores dos bens a mercado e a nova vida útil estimada, cujos documentos nestes dias estão sendo validados pela engenharia da TRENSURB.</p> <p>Estão sendo tratados em separado, bens que possuem documentação regularizada daqueles com pendências de escrituras e/ou registros de imóveis, montando planilha para que as limitações de tempo no site, apontado como dificuldade para executar os registros, item 28.b do Acórdão do TCU, sejam superados. Planeja-se executar essa atividade entre 01 de março até 30 de abril de 2011.</p> <p>Nos meses de março e abril devem ser tratadas as pendências administrativas e jurídicas daqueles bens ainda não regularizados, não se descartando a contratação de empresa especializada para tal, conforme fora citado no item 37 do Acórdão do TCU.</p> <p>Considerando as dificuldades encontradas na tentativa de cadastramento no SPIUNET, tratados nos itens 29 e 30 do Acórdão 7273/2010 em questão, onde a SPU admite alterações pontuais no SPIUNET, em momento oportuno será feito contato para tratar dessas modificações que permitirão os registros devidos. Imagina-se que isto ocorra nos primeiros dias de abril de 2011. Na seqüência serão feitos os registros solicitados, mantendo-os atualizados em acordo com a evolução patrimonial da TRENSURB</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Conforme detalhado acima, as dificuldades que prejudicaram o cumprimento pleno do Acórdão foram análise de valor dos bens, da grande quantidade de imóveis, a existência de pendências de regularização e a necessidade de ajustes no portal do SPIUnet, mas se prevê superá-las, uma vez que há encaminhamentos nesse sentido.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	002.497/2010-7	3290/2010	1.5.1	DE	Of. 1077/2010 TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
1.5.1. à Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A que informe, no próximo relatório de gestão da entidade, sobre a ocorrência do eventual dano ao erário decorrente de pagamentos, a qualquer título, originados pelo não-cumprimento tempestivo de decisões judiciais.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GEJUR.					958
Justificativa para o seu não cumprimento:					
CI-GEJUR 320/2011, informa que constatou pesquisado os pagamentos realizados pela TRENSURB no ano de 2010, no que se refere a disposição da certidão dos cálculos emitidos pelas Secretarias das Varas do Trabalho, encontrando um processo trabalhista com pagamento de multa com evidências de descumprimento de sentença judicial, nos termos do despacho de fls. 389 dos autos. Refere-se a reclamatória trabalhista nº 0093200-37.2001.5.04.0019, promovida por Paulo Roberto Correa, que tramita na 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. O pagamento restou efetuado na data de 19 de maio de 2010, nos termos da CI GEJUR 581/2010, no valor de R\$ 8.086,83 (oito mil reais, oitenta e seis centavos).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área esta tomando as medidas cabíveis para verificação da origem de tal multa.					

15.2 Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria CGU nº 245991	1.1.2.1	OF. 4507/2011/GAB/CGU-REGIONAL/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Descrição da Deliberação:			
Item nº: 1.1.2.1 Contratação de serviços terceirizados cujas atribuições estão previstas no plano de cargos da TRENSURB			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRES, DIRAF e GEREH.			958
Síntese da providência adotada:			
A providência adotada consiste no encerramento do Contrato de Terceirização de Serviço de Secretária Executiva e contratação para o quadro de Pessoal da TRENSURB, novas Secretárias Executivas provenientes do último concurso público realizado pela empresa.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A área está atenta às disposições contidas no Decreto nº 2.271/1997, referentes à terceirização de atividades na Administração Pública.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria CGU nº 245991	1.2.2.1	OF. 4507/2011/GAB/CGU-REGIONAL/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Descrição da Deliberação:			
<p>Item 1.2.2.1 Ausência de registro acerca do detalhamento das alterações promovidas no Projeto Básico em processo de licitação na modalidade Tomada de Preços, descumprindo o disposto no art. 7º, §2º, in I e II da lei 8.666/93.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.			958
Síntese da providência adotada:			
<p>A partir das recomendações da CGU, as alterações nos projetos básicos, constam dos processos de contratação acompanhadas dos respectivos orçamentos atualizados, visando amparar possíveis alterações de valor e buscando o pleno atendimento aos inc. I e II do inc. I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A área está atenta para atendimento aos inc. I e II do inc. I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93 no que se refere ao tipo de enquadramento de licitação.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria CGU nº 245991	1.3.2.1	OF. 4507/2011/GAB/CGU-REGIONAL/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Descrição da Deliberação:			
<p>Assunto: Auditoria das contas relativas ao exercício 2009. Item nº: 1.3.2.1 Falhas quanto ao enquadramento legal de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação e na formalização dos documentos de homologação dos procedimentos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRES, DIRAF e DIROP.			958
Síntese da providência adotada:			
<p>Quanto ao enquadramento legal, tem-se tomado sempre por base para contratação dos referidos serviços a inexigibilidade de licitação, conforme orientação desta CGU.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A área está atenta para atendimento da Lei nº 8.666/93 no que se refere ao tipo de enquadramento de licitação. Inclusão no "check list" de passos solicitando: conferência da compatibilidade do artigo na hora da publicação (em processos de inexigibilidade); impressão do registro feito no "Acompanhamento de Processos no Sistema Notes" (para todas as modalidades).</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria CGU nº 245991	2.1.1.1	OF. 4507/2011/GAB/CGU-REGIONAL/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			958
Descrição da Deliberação:			
Assunto: Auditoria das contas relativas ao exercício 2009. Ausência de registro de dispensas e inexigibilidade de licitação em controles internos utilizados pela TRENSURB.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRES, DIRAF e DIOP.			958
Síntese da providência adotada:			
Acrescentou-se nos "check list" das diferentes modalidades de compra um novo passo, o qual solicita que se imprima o registro feito no "Acompanhamento de Processos no Sistema Notes".			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A área aprimorou seus controles internos para que as deficiências fossem sanadas, criando check-list para controlar os registros.			

16 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA TRENSURB

Das 48 recomendações emanadas por esta auditoria 50% (cinquenta por cento) das recomendações foram atendidas, as demais seguem em acompanhamento até a sua efetiva implementação. Cabe destacar que estes dados são de 31.12.10, sendo que os relatórios 323 e 324/2010, somente foram encaminhados para área em 2011, sendo assim distorcem o índice de atendimento das recomendações sendo que até aquela data era de 73% (setenta e três por cento).

Tabela LXX – Cumprimento das recomendações no âmbito da Unidade de Auditoria Interna da TRENSURB

Processo	Relatório	Atividade	Recomendação	Atendimento	
				TOTAL	PARCIAL
299/2010	317/2010	Balanço 31/12/2009	4	0	4
893/2010	318/2010	RH - Benefícios	5	5	0
1217/2010	319/2010	Contratos e Convênios	12	7	5
1276/2010	320/2010	Manutenção de Trens	3	3	0
1671/2010	321/2010	Licitações e Compras	7	7	0
2096/2010	322/2010	Obras de Expansão	2	2	0
225/2010	323/2010	Receita Operacional e Extra-operacional	10	0	10
008/2011	324/2010	Sistemas de Informação	5	0	5
			48	24	24

Fonte: AUDIN (Auditoria Interna)

Com vista ao acompanhamento da implementação das recomendações, a AUDIN utiliza um sistema de gestão informatizado, denominado de Sistema de Controle de Auditoria - SICAU, onde são registrados todos os Relatórios de Auditoria e encaminhadas para as áreas as respectivas constatações e recomendações, sendo que as respostas dos gestores aos apontamentos realizados por ocasião da auditagem, retornam eletronicamente, sendo impressas e arquivadas nos referidos processo, ficando uma cópia armazenada, para fins de acompanhamento dos relatórios até a sua finalização.

Durante o exercício, a AUDIN (Auditoria Interna) deu ciência ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal sobre as auditagens realizadas, as recomendações feitas e as respostas ou atitudes desenvolvidas pelos gestores em cada um dos itens apontados.

17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Listamos abaixo, ações que foram desenvolvidas pela TRENSURB, durante o exercício de 2010.

Implantação da Gestão da Qualidade

Para o ano de 2010 a TRENSURB se propôs a dar continuidade na implantação da Gestão da Qualidade com a finalidade de alcançar a excelência na prestação de seus serviços. Para isso foi criado o PRÊMIO QUALIDADE TRENSURB que tem como objetivo estimular e envolver as Unidades Organizacionais da empresa na busca da excelência dos serviços prestados e na melhoria da qualidade do transporte da gestão empresarial. Dessa forma, esse prêmio forneceu aos setores um referencial atualizado e compatível com suas realidades e recursos que possibilitaram a análise crítica e a melhoria do seu sistema de gestão. Por outro lado, em 2009 a TRENSURB foi finalista no Prêmio ANTP de Qualidade. Diante disso, a empresa assume formalmente a adesão ao Prêmio ANTP em 2010 para concorrer ao Prêmio em 2011. Esse plano demonstrou a preocupação por parte da Alta Administração na modernização do seu método de gestão.

Gestão de Processo

Para tanto, em 2006, deu-se início a uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para o desenvolvimento institucional no que tange a análise e o aprimoramento dos processos de gestão, bem como o planejamento estratégico da organização. O resultado desse trabalho foi o mapeamento dos macros processos da empresa. Essa parceria também teve como propósito gerar informações acuradas relativas ao planejamento e ao controle de custos subsidiando o processo de tomada de decisões. Portanto, o trabalho realizado pela UFRGS teve como resultado a identificação dos processos principais da TRENSURB. A fim de dar continuidade ao mapeamento de processos, a GEPLA – Gerência de Planejamento realizou o trabalho de identificação dos subprocessos da organização, dando prosseguimento ao trabalhado iniciado pela UFRGS. Inicialmente, esse estudo teve início no setor de manutenção com o objetivo de dar suporte para a revisão de seus processos internos. Esse trabalho iniciou em Setembro de 2010 e teve como resultado, os seguintes Relatórios Técnicos: do Setor de Sinalização (SESIN) e do Setor de Manutenção Leve (SEMEL).

Por outro lado, para o desenvolvimento institucional no que tange a análise e o aprimoramento dos processos de gestão o mapeamento dos processos e rotinas de trabalho e demandou a necessidade de atualização dos instrumentos normativos. A TRENSURB através do Regimento Interno fixou sob a forma de Sistemas os chamados Manuais de Processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as seguintes atividades: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Dessa forma, os Manuais de Processos são constituídos por um conjunto de Normas de Procedimentos Gerais (NPG).

Metrô de Porto Alegre

Para execução das soluções indicadas no PITMurb, a TRENSURB, deu continuidade aos trabalhos com o desenvolvimento dos estudos de viabilidade econômico-financeira, incluindo diversos cenários, para a implantação da linha de metrô na Capital, como parte da rede integrada de

transporte urbano, visando apresentar proposta e subsidiar decisões para uma licitação na modalidade de Parceria Público Privada (PPP), incluindo contrapartidas dos governos regionais.

A TRENSURB, através de seu quadro técnico e com o apoio de uma consultoria especializada, prestou assessoramento técnico para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre para que esta elaborasse um projeto com viabilidade econômico-financeira para encaminhar ao Ministério das Cidades, de uma rede integrada de transporte urbano para Porto Alegre, tendo como principal estruturadora, uma linha de metrô, atendendo, desta forma, as diretrizes estabelecidas para a inclusão do projeto no PAC da Mobilidade.

Nível de Satisfação dos Serviços

O sucesso de uma organização está diretamente relacionado à sua capacidade de atender às necessidades e expectativas dos clientes, as quais devem ser identificadas, atendidas e superadas. No atual cenário as atitudes devem ter como base o conhecimento pleno das necessidades dos clientes para, além de atendê-las, poder exceder suas expectativas através da excelência no desempenho, e com isso, reter seus clientes atuais e conquistar os clientes potenciais.

Com base nessas afirmações a TRENSURB realiza anualmente a Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários da TRENSURB, instrumento pelo qual identifica potencialidades do seu sistema operativo como também as suas fragilidades. Após essa análise são tomadas as providências necessárias para a solução dos problemas. Essa Pesquisa foi realizada em 2010, entre os dias 03 e 09 de novembro, com a finalidade de verificar o grau de satisfação do usuário do sistema, bem como comparar com os resultados obtidos em anos anteriores. Os entrevistados avaliaram uma série de itens relacionados a diversos requisitos e também a satisfação geral com todo o sistema. Como resultado desta Pesquisa, obteve-se o índice de 91,9% de satisfação geral considerada um excelente índice no serviço prestado à população.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

Em continuidade ao programa de treinamento para terceiros países (TCTP), foi realizado nos meses de Setembro e Outubro de 2010, na sede da TRENSURB, o X Curso Internacional de Treinamento em Sistemas de Trens Urbanos, atividade desenvolvida através do convênio celebrado com a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA. Esse treinamento tem como objetivo proporcionar aos técnicos metroferroviários uma visão teórica e prática dos principais processos atualmente utilizados no gerenciamento da operação de trens, dar conhecimentos específicos nas áreas de via permanente, sinalização, material rodante, rede aérea, energia elétrica de tração, custos operacionais e outros, propiciando condições de melhoria dos conhecimentos da operação metroferroviária em países da América Latina e da África de língua portuguesa.

A edição do treinamento que ocorreu em 2010, contou com a participação de 15 bolsistas de nove países: Angola, Brasil, Colômbia, México, Moçambique, Peru e Venezuela. Como anfitriões, nosso corpo técnico teve, mais uma vez, não só a oportunidade de transmitir aos participantes os conhecimentos adquiridos ao longo destes mais de 25 anos de operação, mas também aperfeiçoar seu conhecimento sobre tecnologias de transporte, propiciando à TRENSURB, maior visão da situação dos serviços metroferroviários no mundo. Através dessa troca, foi possível balizar o papel e atuação da empresa no contexto da gestão da mobilidade em nossa comunidade.

A troca de experiências técnicas entre os participantes e os instrutores, as visitas técnicas e os eventos técnicos em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, fizeram desta 10ª edição do treinamento, um importante meio de divulgação das mais modernas técnicas de transporte existentes nos países participantes. Além dos aspectos técnicos, houve a oportunidade de divulgação da cultura rio-grandense e brasileira, aliada à integração das culturas de povos de tão diferentes países e continentes.

Programa Estação Educar

Ao longo dos últimos anos, a TREN SURB contrata adolescentes aprendizes, através de um programa específico denominado Programa Estação Educar. A partir de 2009, o Programa realizado em parceria com o SENAI/RS teve novas mudanças. Passou de um programa de iniciação profissional para a aprendizagem profissional. Os jovens aprendizes selecionados realizam durante o ano um curso de Assistente Administrativo. O curso tem 800 horas-aula, e prepara os jovens para executar rotinas de organização de documentos e atividades de apoio na área administrativa, com aulas sobre os seguintes conteúdos: organização de escritório, português aplicado, informática básica, comunicação e expressão, atendimento ao cliente, gestão de pessoas e departamento de pessoal, legislação, estrutura organizacional, fundamentos básicos de logística e processos de compras. Os adolescentes contratados desenvolvem atividades na empresa de fevereiro a dezembro, no turno inverso ao da escola, quatro horas por dia. Os requisitos básicos para a permanência no programa são a comprovação de frequência e o desempenho escolar, além do cumprimento das normas da Empresa. Durante o período de trabalho, os jovens recebem o equivalente a meio salário mínimo mensal, vale-transporte, passe livre no Metrô e alimentação no restaurante da empresa (café da manhã, almoço e lanche da tarde).

Em 2010 o Programa Estação Educar iniciou com a participação de 20 aprendizes no turno da manhã e 20 aprendizes no turno da tarde, formando, no final do ano, 39 adolescentes com uma carga horária de 800 horas aula. Contemplaram atividades como a Oficina de Fotografia (40 horas) e Oficina de Comunicação (40 horas), contribuindo assim na formação profissional dos adolescentes, no desenvolvimento de potencialidades e reflexão sobre uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Essa ação já é histórica na Empresa, está vinculada à sua Responsabilidade Social e vincula-se ao objetivo de “Aumentar a satisfação do cliente e da sociedade”.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ SOBRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIAFI



Ministério das
Cidades



Declaração do Contador Responsável

Plena

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado pela unidade gestora 275060 – EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A – TRENSURB, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que presta contas referente ao exercício de 2010.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Porto Alegre, 28 de Fevereiro de 2011.



Sonia Maria de Moura
Analista de Gestão
Contadora CRC/RS 75.055
CPF 961.086.060-53
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

2 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 4.320/64) – NÃO APLICÁVEL

Não aplicável à natureza jurídica da TRENURB.

3 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (LEI 6.404/76)



Ministério
das Cidades



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DIRETORIA EXECUTIVA
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2011.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A
 Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56



Ministério
das Cidades



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	NOTA	2010	NOTA	2010
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4a	41.117.656	Fornecedores	5.606.221
Créditos pela venda de serviços		6.285.951	Impostos e taxas a recolher	1.556.678
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto.	5	12.142.167	Contribuições sociais a recolher	6.235.376
Adiantamento de férias e débitos de empregados	6	2.587.030	Obrigações trabalhistas	223.252
Empreiteiros - parcelas contratuais		80.566	Provisão de férias e encargos	9.975.862
Direitos a receber		365.445	Adiantamento de Clientes	74.723
IRPJ e CSLL a recuperar	14	3.254.353	Credores por convênios	1.601.477
Estoques	7	7.477.171	Credores por depósitos	315.173
Despesas do exercício seguinte		348.698	Provisão para contingências trabalhistas	79.855.851
		73.659.037	Provisão para contingências cíveis	77.278
			Plano de previdência e pensão a empregados	1.621.167
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				107.143.058
Aplicação em títulos e valores mobiliários		18.764		
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios		12.307.626		
Depósitos judiciais sobre aplicação financeira	4b	46.607	Parcelamento de contribuições previdenciárias	441.846
Parcelamento de débito de empregados	6	1.448.653	IR/CS diferido	31.098.429
		13.821.650	Provisão para contingências cíveis	-
			Provisão para contingências trabalhistas	53.051.951
Investimentos em participações societárias	8	23.371	Plano de previdência e pensão a empregados	848.087
Imobilizado	9	980.450.590		85.440.313
Intangível		1.798.758		
		982.272.719		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
			Capital social	699.092.193
			Adiantamentos para aumento de capital	329.540.624
			Ajuste avaliação patrimonial	60.367.538
			Prejuízos acumulados	(211.830.320)
				877.170.035
TOTAL DO ATIVO		1.069.753.406	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.069.753.406
				673.540.929

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

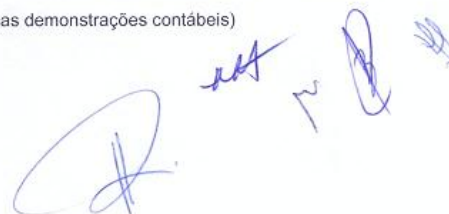


EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2010	2009
RECEITA BRUTA			
Serviço de transporte metroviário		70.089.401	58.529.217
Aluguéis, arrendamentos e concessões		2.327.276	1.902.183
		72.416.677	60.431.400
Tributos sobre a receita bruta		(4.325.219)	(3.609.818)
RECEITA LÍQUIDA		68.091.458	56.821.582
Custo dos serviços prestados		(116.041.945)	(103.085.002)
LUCRO BRUTO		(47.950.487)	(46.263.420)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(55.467.820)	(47.268.815)
Receitas financeiras		4.401.320	4.325.856
Despesas financeiras		(32.057.125)	(7.368.260)
Outras receitas e despesas			
Provisão/reversão ações trabalhistas	11a	(58.007.794)	111.695
Provisão/reversão ações cíveis	11b	5.306.429	(28.241)
Reversão (provisão) contingências fiscais	11c		78.099.372
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	674.233	3.324
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL		112.182.857	96.923.178
PREJUÍZO/LUCRO OPERACIONAL		(70.918.387)	78.534.689
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(70.918.387)	78.534.689
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	-	-
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(70.918.387)	78.534.689
Prejuízo/Lucro líquido por ação do capital social		-0.0311	0.0563

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56



Ministério
das Cidades



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		469.505.570	14.435.111	-	(223.564.830)	260.375.851
Créditos para futuro aumento de capital	13b	-	215.151.512	-	-	215.151.512
Recursos recebidos		-	207.897.080	-	-	207.897.080
Atualização financeira		-	7.254.432	-	-	7.254.432
Aumento de Capital		14.435.111	(14.435.111)	-	-	-
Por incorporação de créditos		14.435.111	(14.435.111)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	78.534.689	78.534.689
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		483.940.681	215.151.512	-	(145.030.141)	554.062.052
Créditos para futuro aumento de capital	13b	-	329.540.624	-	-	329.540.624
Recursos recebidos		-	297.515.394	-	-	297.515.394
Atualização financeira		-	32.025.230	-	-	32.025.230
Aumento de Capital		215.151.512	(215.151.512)	-	-	-
Por incorporação de créditos		215.151.512	(215.151.512)	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	60.367.538	(66.800.180)	(6.432.641)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(70.918.387)	(70.918.387)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	60.367.538	4.118.207	64.485.745
Constituição de reserva do custo atribuído	8	-	-	95.584.173	-	95.584.173
Constituição IRPJ/CSLL diferidos		-	-	(32.498.619)	-	(32.498.619)
Realização da reserva do custo atribuído	8	-	-	(4.118.207)	4.118.207	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	-	1.400.191	-	1.400.191
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		699.092.193	329.540.624	60.367.538	(211.830.320)	877.170.035

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Ministério
das CidadesPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 09.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(70.918.387)	78.534.689
AJUSTADO POR:			
Depreciação e amortização		12.196.926	12.958.636
Baixa de bens do ativo imobilizado		47.295	16.392
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	13	32.025.230	7.254.432
Provisão contribuições sociais sobre subvenções	11c	-	(78.099.372)
Constituições/Reversão provisões trabalhistas e cíveis	11	52.701.365	(83.454)
		<u>26.052.429</u>	<u>20.581.323</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(1.494.633)	342.729
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		1.652.695	(5.062.696)
Estoques		(450.101)	(822.172)
IRPJ e CSLL a recuperar		(976.145)	(277.941)
Demais contas de Ativo		(913.498)	(330.800)
		<u>(2.181.682)</u>	<u>(6.150.880)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		514.738	(2.959.054)
Impostos e taxas a recolher		659.011	73.373
Contribuições sociais a recolher		3.164.070	780.167
Obrigações trabalhistas e provisões para férias		1.102.080	1.392.027
Credores por convênios e depósitos		1.566.205	40.392
Provisão para IRPJ e CSLL	14	-	(613.038)
Plano de previdência e pensão a empregados	12	(1.394.364)	(882.333)
Pagamento de contingências trabalhistas e cíveis	11	(16.307.041)	(20.436.244)
		<u>(10.695.301)</u>	<u>(22.604.710)</u>
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		13.175.446	(8.174.267)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		<u>(306.192.147)</u>	<u>(196.706.511)</u>
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(306.192.147)	(196.706.511)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital		297.515.394	207.897.080
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		297.515.394	207.897.080
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	4.498.693	3.016.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		36.618.963	33.602.661
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período		41.117.656	36.618.963

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Ministério
das CidadesEMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	2010	2009
RECEITAS		
Receita de transporte metroviário	70.089.401	58.529.217
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	2.327.276	1.902.183
Outras receitas e despesas (líquidas)	674.233	3.324
Reversão provisões trabalhistas e cíveis	(52.701.365)	83.454
Reversão provisões fiscais	-	78.099.372
	20.389.545	138.617.550
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(8.051.803)	(6.171.123)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(51.110.067)	(45.417.054)
	(59.161.870)	(51.588.177)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(38.772.325)	87.029.373
Depreciação e amortização	(12.196.926)	(12.958.636)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(50.969.251)	74.070.737
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Subvenções para custeio	112.182.857	96.923.178
Receitas financeiras	4.401.320	4.325.856
	116.584.177	101.249.034
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	65.614.926	175.319.771
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	65.614.926	175.319.771
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	63.823.600	53.697.240
Benefícios	11.001.552	10.043.107
FGTS	6.191.674	6.569.255
	81.016.826	70.309.602
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	20.772.063	16.596.976
Estaduais	1.702.681	1.497.598
Municipais	309.351	236.247
	22.784.095	18.330.821
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	31.895	113.828
Aluguéis	675.267	776.399
	707.162	890.227
Juros sobre adiantamento de capital	32.025.230	7.254.432
Prejuízo/Lucro retidos	(70.918.387)	78.534.689

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Ministério
das Cidades**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	2010	2009
	R\$	R\$
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(70.918.387)	78.534.689
Depreciação do custo atribuído	4.118.207	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(66.800.180)	78.534.689

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



Ministério
das Cidades



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e exploração de serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul;
- b) desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com as normas internacionais de contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão das demonstrações contábeis.

2.2 O *Pronunciamento Técnico 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40* estabelece que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ocorrerá em duas etapas. A primeira etapa, ocorrida em 2008, com a edição de Pronunciamentos Técnicos do CPC, culminando com o *Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08*, foi implementada pela Sociedade na adoção de suas práticas contábeis. A segunda etapa, realizada durante 2009, com a edição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 (com exceção do CPC 34) e Interpretações diversas, foi implementada em 2010. Conseqüentemente, o ano de 2009 foi regido pelas normas da primeira etapa, que não foram adotadas de maneira antecipada na forma prevista pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade que aprovaram tais normas.

De acordo com decisão da Administração da Companhia, as demonstrações contábeis e financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de alguns itens do imobilizado a partir da data de 01/01/2010, sendo à base de transição para IFRS/CPCs, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

2.3 A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28 de fevereiro de 2011.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:



Ministério
das Cidades



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas quando da venda das passagens; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

c) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

d) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

e) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

f) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

g) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto no CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

h) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

i) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis críticas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e

Ministério
das CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

premissas incluem as provisões no valor recuperável de direitos e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à incerteza inerente ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa	8.200	8.200
Valores em trânsito	481.624	560.476
Aplicações de liquidez imediata	40.627.832	36.050.287
	41.117.656	36.618.963

a) Caixa e equivalentes de caixa

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

b) Valores não disponíveis para uso

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira de R\$ 46.607 (R\$ 794.445 em 2009) correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

5. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

6. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS

	2010		2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.250.109		2.355.407	
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	166.186		183.855	
(-) Provisão para valor realizável	-86.639		-96.465	
Parcelamento de débitos de empregados	275.455	1.784.245	347.722	1.949.882
(-) Provisão para valor realizável	-18.082	-335.591	-22.867	-333.667
	2.587.029	1.448.654	2.767.652	1.616.215

a) Adiantamento de férias, Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Além dos adiantamentos de férias, os Adiantamentos a empregados constituem valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários; sendo tais valores

Ministério
das CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

ajustados por provisão para cobrir possíveis perdas na realização dos mesmos, conforme critérios estabelecidos pela área de recursos humanos.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TREN SURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante (R\$ 275.455) e não circulante (R\$ 1.784.245), ajustado por provisão quando a probabilidade de realização é considerada remota ou possível.

7. ESTOQUES

Estoques de materiais de consumo e bilhetes	2010	2009
Materiais de manutenção de TUES e veículos	3.383.625	2.987.980
Material da via permanente	1.014.360	486.717
Sistemas operacionais	1.426.460	1.455.792
Peças e acessórios de equipamentos	804.100	1.273.302
Materiais de expediente e administrativos	421.888	346.072
Bilhetes	426.738	477.207
	7.477.171	7.027.070

8. IMOBILIZADO

Contas	Custo	Depreciação	Valor	Tx média	Valor	Taxa
	Corrigido	Acumulada	líquido 2010	deprec. (%a.a)	líquido 2009	deprec. (%a.a)
Terrenos	17.020.179	-	17.020.179	-	14.201.426	-
Edificações, estações e depósitos	86.469.890	(28.284.439)	58.185.451	4	60.004.514	2
Obras de arte (passarelas e viadutos)	128.745.489	(40.079.467)	88.666.022	3	91.088.064	2
Via permanente	112.715.947	(34.529.714)	78.186.233	3	54.944.953	2 a 5
Sistemas operacionais	67.512.275	(40.766.018)	26.746.257	9	11.014.967	4 a 10
Veículos ferroviários	122.319.061	(65.810.126)	56.508.935	5	13.283.781	3,33
Veículos rodoviários	1.230.732	(1.070.266)	160.466	33	189.713	20
Equip. processamento de dados	6.419.395	(4.859.825)	1.559.571	22	1.371.645	20
Equip., máquinas e instrumentos	27.728.909	(16.431.939)	11.296.970	13	4.004.852	10
Instalações	1.619.348	(1.397.876)	221.473	11	174.185	10
Móveis e utensílios	3.987.191	(2.444.544)	1.542.647	10	1.329.363	10
Benfeitorias em bens de terceiros	13.587.234	(5.289.148)	8.298.086	17	8.750.146	10
Imobilizado em curso	628.427.965	-	628.427.965	-	326.873.891	-
Importações em andamento	63.040	-	63.040	-	-	-
Almojarifado de bens imobilizados	3.567.297	-	3.567.297	-	3.567.297	-
	1.221.413.953	(240.963.363)	980.450.590		590.798.797	

a) A companhia realizou, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10 e para determinação da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Face à adequação da legislação brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16 e o Pronunciamento Técnico CPC 27 e sua Interpretação Técnica ICPC 10, foi adotada como data base 31 de dezembro de 2009 para realização dos trabalhos.

No exercício de 2010, a Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando um o valor de R\$ 95.584.173, conforme quadro abaixo, no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555, líquido dos efeitos tributários de R\$ 32.498.618 no patrimônio líquido.

Ainda, no exercício de 2010, a Administração da Companhia procedeu a revisão da vida útil de itens do ativo imobilizado, identificando a adoção de novos prazos de vida útil para determinadas categorias de ativos. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010. Esse movimento representou um alargamento e uma diminuição, dependendo do caso, no prazo de vida útil em relação aos praticados até 2009, gerando uma redução na despesa de depreciação de R\$ 4.747.051 para o período encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Grupo	Mais Valia	Deprec. Ano
Superestrutura	25.383.219	746.565
Alimentação de Energia	12.938.875	517.555
Comando Centralizado	350.000	14.000
Rede Aérea de Tração	2.791.433	111.657
Sinalização Equipamentos Campo	349.394	13.976
Trens Unidades Elétricas	43.857.716	1.827.405
Material Rodante Auxiliar	1.836.186	91.809
Escadas Rolantes	5.124.781	512.478
Equipamentos Conservação e Manutenção	2.662.497	253.754
Outros Equipamentos e Máquinas	183.204	18.320
Aparelhos e Instrumentos Científicos	106.869	10.687
	95.584.173	4.118.207

b) Os principais investimentos em ativo imobilizado durante o exercício de 2010 são referentes às obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1, entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo registradas na conta Imobilizado em curso.

c) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas corresponde a R\$ 185.008.294 (R\$ 126.112.253 em 2009).

d) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, danos elétricos, vendaval e roubo. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 45.459.890.

9. INTANGÍVEL

Contas	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido		Taxa anual amortização (%)
			2010	2009	
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204	Vida útil indefinida
Direito de uso de telefones	1.596	-	1.596	1.596	Vida útil indefinida
Marcas e patentes	4.872	(1.703)	3.169	3.637	10
Softwares	1.721.335	(1.312.598)	408.737	525.360	5
Outras despesas de informática	26.000	(14.948)	11.052	13.652	10
	3.128.007	(1.329.249)	1.798.758	1.918.449	

Ministério
das CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TREN SURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

10. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Refere-se ao parcelamento de contribuições previdenciárias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 30/11/2009, o saldo do parcelamento foi migrado ao Parcelamento estabelecido pela Lei nº 11.941/2009, aguardando fase de consolidação, para utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para redução de encargos, na forma prevista na legislação tributária.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A movimentação das provisões trabalhistas em 2010 e 2009 está composta como segue:

	2010	2009
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	91.163.065	111.683.312
(+) Provisões	4.955.843	-
(-) Pagamentos	(16.263.057)	(20.408.552)
(-) Reversões	-	(111.695)
Saldo em 31 de dezembro	<u>79.855.851</u>	<u>91.163.065</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	-	-
(+) Provisões	53.051.951	-
(-) Pagamentos	-	-
(-) Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>53.051.951</u>	<u>-</u>
Total Provisionado	132.907.802	91.163.065

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 79.151.896 (R\$ 91.163.065 em 2009), para ações de empregados e de R\$ 703.955 (R\$ 294.084 em 2009), para ações de empregados de empresas terceirizadas, e a partir de 2010 foi registrado no longo prazo o valor de R\$ 53.051.951, para ações de empregados, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada **provável**.

b) Provisão para contingências cíveis

Foi realizada a contabilização da reversão do montante provisionado conforme orientação da Gerência Jurídica através da CI GEJUR -1196 de 20/10/2010, tendo em vista recente decisão da Justiça Federal, quando do julgamento das ações 2007.71.00.04635-0 e 2007.71.00.046434-9, interpostas pela CONTINENTAL RODOVIAS S/A contra a TREN SURB.



Ministério
das Cidades



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

publicadas no dia 15/09/2010, cujas Sentenças da Juíza de 1º Grau são pela improcedência de ambas as ações, faz-se necessária nova adequação da provisão orçamentária para aquelas ações. Ainda que das decisões acima caibam recursos, é inviável a estimativa de valor para registro orçamentário e financeiro de provisionamento. Desta forma, entendemos que a classificação destas ações é considerada remota.

c) Provisão para contingências fiscais

Durante o exercício de 2009, em face do Parecer oriundo da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (PGFN/CAT/2501/2008 – Proc. Administrativo 8000.0017773/2008-16) pronunciando-se contrariamente à exigência do crédito tributário pela RFB, favorável à TREN SURB, foi suspensa a atualização da Provisão. No final de 2009, considerando o Parecer PGFN/CAT/249/2008, que praticamente anulou o Parecer anterior, bem como o Parecer do escritório Lippert que estabeleceu como remota a possibilidade de perda por parte da Trensurb, o valor de R\$ 78.099.372 foi completamente revertido, contribuindo, assim, substancialmente para o Lucro Contábil existente no exercício.

12. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TREN SURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte.

Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa o plano não traz qualquer risco de desequilíbrio. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano passa a ter risco, pois há a opção de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

c) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS	
Taxa de Juros Atuariais	6% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC
Tábua de Mortalidade Válidos	AT 83 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	Ex-IAPC
Tábua de Entra em Invalidez	Hunter Conjugada com Álvaro Vindas

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Em relação ao valor presente das obrigações atuariais do Plano e de seus ativos para cobertura dessas obrigações assumidas, os valores são:

Ministério
das CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Passivos Atuariais (Valor Presente)	2010	2009
Benefícios Concedidos	13.816.539	12.573.326
Benefícios a Conceder	12.527.545	10.281.245
	26.344.084	22.854.571
Ativos Líquidos		
Benefício Definido	2.514.696	2.086.738
Contribuição Definida	22.713.972	18.930.611
	25.228.668	21.017.349
Custo do Serviço Passado	2.459.004	2.902.836
Superávit Actuarial e Reserva Especial	196.703	1.065.614

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais compreendem às diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O passivo da patrocinadora corresponde a R\$ 2.469.254 em 31/12/2010 (1.621.167 – parcela circulante e 848.087 – parcela não circulante) e R\$ 3.863.618 em 31/12/2009 (1.704.157 – parcela circulante e 2.159.461 – parcela não circulante).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, em 31/12/2010, está representado por 2.281.533.509 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. Em 03/12/2010, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a proposta de aumento de capital apresentada pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 215.151.512, oriundo das reservas de capital (vide letra b), corrigido até 31/12/2009. A composição acionária fica assim representada:

Composição Acionária em Acionista	2010		2009	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	2.273.074.223	99,6292	1.387.116.806	99,3939
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,2868	6.543.949	0,4689
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0840	1.915.337	0,1372
Total	2.281.533.509	100,0000	1.395.576.092	100,0000

b) Adiantamentos para aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. n.º 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta despesas financeiras.



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Refere-se ao valor do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) correntes, apurados com base no lucro real anual, recolhidos mensalmente por estimativa, compensados quando do vencimento previsto na legislação tributária para o ajuste anual. Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$ 136.649.806 (R\$ 121.673.815 em 2009) e bases negativas de CSLL de R\$ 154.284.869 (R\$ 139.097.782 em 2009), não há probabilidade de lucros tributáveis futuros que permitam registrar, total ou parcialmente, ativos fiscais diferidos.

Conciliação dos valores correntes	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(70.918.387)	(70.918.387)	78.534.689	78.534.689
Adições	493.624.295	493.624.893	235.214.200	237.850.702
Exclusões	(457.767.351)	(455.342.542)	(333.834.341)	(333.834.341)
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	0	0
Base de Cálculo (Prejuízo Fiscal/Base Negativa)	(35.061.443)	(32.636.036)	(20.085.452)	(17.448.950)
Alíquotas	-	-	0%	0%
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	0	0
IRPJ e CSLL Social Correntes	-	-	0	0
IRPJ e CSLL pagos p/antecipação ou estimativa	2.287	480	757.244	240
IRPJ e CSLL a compensar (líquido)	3.062.009	192.345	2.101.053	177.155

15. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As receitas no valor de R\$ 721.528 (19.716 em 2009) referem-se à realização de Leilão de Sucatas e Venda de Editais e a despesa no valor R\$ 47.295 (R\$ 16.392 em 2009) corresponde a custo de baixa de ativo imobilizado.

16. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar Não Processados referente orçamento do exercício findo.

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2010 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizados pelos órgãos superiores para fechamento da

Ministério
das CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

contabilidade publica que tem por base o sistema SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilidade maior nos prazos de fechamento.

ATIVO	Nota	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferenças
Circulante	a	73.659.037	75.579.672	-1.920.635
Não Circulante	a	13.821.650	11.901.015	1.920.635
Investimento		23.371	23.371	0
Imobilizado	b/c	980.450.590	884.941.646	95.508.944
Intangível	c	1.798.758	1.815.764	-17.006
Total do Ativo		1.069.753.406	974.261.468	95.491.938
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferenças
Circulante	c	107.143.059	89.050.361	18.092.698
Não Circulante		85.440.313	68.285.953	17.154.360
Prov. Passivo Trabalhista	c	53.051.951	66.996.020	-13.944.069
Entidades Credoras		1.289.933	1.289.933	0
IR/CS ajuste mais valia	b	31.098.429	0	31.098.429
Patrimônio Líquido		877.170.034	816.925.154	60.244.880
Capital		699.092.193	699.092.193	0
Reserva de Capital	c	329.540.624	329.637.412	-96.789
Ajuste Avaliação Patrimonial	b	60.367.538	0	60.367.538
Lucros/Prejuizos Acumulados	c	-215.948.528	-211.804.452	-4.144.076
Depreciação Realização mais valia	b	4.118.207	0	4.118.207
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.069.753.406	974.261.468	95.491.938

a) A diferença entre o Ativo Circulante o Não Circulante valor de R\$ 1.920.635 ocorre em função da classificação entre estes grupos, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76.

b) A Empresa realizou a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) conforme Nota Explicativa nº 8. Considerando o curto prazo para registro no SIAFI o reflexo deste trabalho demonstrado no quadro acima através das notas identificadas com letra b/c no pode ser registrado no SIAFI, sendo que seu registro será efetuado em 2011. Da diferença apontada no Imobilizado de R\$ 95.508.944 o valor de R\$ 75.229 refere-se a ajuste da depreciação normal do mês de dezembro/2010 e tendo como contrapartida o Resultado do exercício e o valor de R\$ 95.584.173 refere-se aos registros do custo atribuído (mais Valia) do Imobilizado tendo como contrapartida o reflexo no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial – R\$ 60.367.537, Depreciação Realização Mais Valia – R\$ 4.118.207 e no Passivo não Circulante o valor de R\$ 31.098.429.

c) No quadro acima as Notas identificadas com a Letra “c” correspondem a ajustes de lançamentos efetuados após o encerramento do prazo de registro no SIAFI o que representa uma diferença no Resultado do Exercício R\$ (4.144.076), da diferença apontada no Imobilizado de R\$ 95.508.944 somente o valor de R\$ 75.229 refere-se a ajuste da depreciação normal do mês de dezembro/2010 e tendo como contrapartida o Resultado do exercício.

Ministério
das CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**17. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	19.618	3.412	-
Empregados	10.070	981	2.162

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2010.


MARCO ARILDO PRATES DA CUNHA
 Diretor Presidente
 CPF 263.031.320-49


NEY MICHELUCCI RODRIGUES
 Diretor de Administração e Finanças
 CPF 237.646.270-34


PAULO RENATO DA ROSA AMARAL
 Diretor de Operações
 CPF 333.968.760-91


ELIANI DA SILVA MEDEIROS PEREIRA
 Contadora CRC/RS 35423
 CPF 490.321.780-91


JAIR BERNARDO CORRÊA
 Gerência de Contabilidade e Patrimônio
 Administrador - CRA-RS Nº 26.610
 CPF 440.204.900-82

4 DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social em 31/12/2010

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	99,3583	99,3939	99,6292
	Outras Entidades Governamentais			
	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	0,4964	0,4689	0,2868
	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	0,1453	0,1372	0,0840
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float	Σ	Σ	Σ
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
Total		100,0000	100,0000	100,0000
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float	Σ	Σ	Σ
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
Total				

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)


Quadro B.4.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010			
Denominação completa:			
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.			
Ações Ordinárias - %			
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Brasil Telecom S.A	0,000012	0,000012	0,000001
Tractbel Energia S.A - *	0,000004	0,000004	0,000000
Vivo Participações S.A	0,000007	0,000007	0,000006
Total	0,000024	0,000024	0,000007
Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Brasil Telecom S.A	0,000412	0,000412	0,000002
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás - *	0,000023	0,000023	0,000000
Vivo Participações S.A	0,000190	0,000190	0,000001
Total	0,000624	0,000624	0,000003

Fonte: GECOP (Gerência de Contabilidade e Patrimônio)

* O número de ações dividido pelo total de ações da empresa conforme dados extraídos do Jornal do Comércio de 31 de Dezembro de 2010, não atinge o índice de seis dígitos após a vírgula, ou seja, o percentual no total de ações nas empresas investidas é insignificante.

5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



A world organization of accounting firms and business advisers

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
31 DE DEZEMBRO DE 2010.**

Eldorado do Sul, 28 de fevereiro de 2011.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis


A administração da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481	Fortaleza - (85) 3264.0159	Recife - (81) 3465.0036	Porto Alegre - (51) 3342.5858
Curitiba - (41) 3322.8284	Salvador - (71) 3351.6060	São Paulo - (11) 3819.2207	Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www. **Audilink** .com.br



A world organization of accounting firms and business advisers

AUDITORES & CONSULTORES

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme nota explicativa 8, a empresa efetuou a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuir novo valor aos antigos bens e determinar a respectiva vida útil econômica destes e de todos os bens do ativo imobilizado, conforme laudo técnico, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 37. Entretanto, não procedeu aos ajustes nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para fins de comparabilidade, como requer a Interpretação Técnica ICPC 10.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 28 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação.



HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS/23584/T/SP/S/RS

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

PARTE C - CONTEÚDO ESPECÍFICO

1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

Conteúdo Descritivo:

1. Objetivos da política ou prática de remuneração

Delega ao Conselho de Administração competência para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração.

Fixa os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da diretoria, excluídos os valores relativos à: cedência, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

Fonte: Ofício 340 /DEST- MP.

2. Composição da remuneração:

A) Honorários, cedência, gratificação natalina, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

B) Vide Quadros 12.1 e 12.2.

C) Atualmente, o reajuste é feito através do IPCA acumulado de Fevereiro a Janeiro do ano seguinte, salvo o valor pago ao Diretor de Administração e Finanças, que por ser cedido da Secretaria da Fazenda do Estado, tem seu reajuste feito conforme o órgão cedente. Depois de reajustados e aprovados pela DIREX (Diretoria Executiva), todos os valores são encaminhados para aprovação do DEST.

D) As funções da diretoria executiva têm incumbências e responsabilidades relativas a todos os papéis necessários à administração propriamente dita, bem como conduzir os negócios vislumbrando o futuro, seja no âmbito externo e interno, em nível diretivo ou executivo, através das gerências que lhe são afetadas organizacionalmente. Devida a esta complexidade foi realizada em 2008 pesquisa salarial que definiu a remuneração atualmente praticada.

3. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;
4. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;
5. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;
6. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;
7. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;
8. Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

- a) termos e condições gerais;
- b) objetivos do plano;
- c) número máximo de ações abrangidas;
- d) condições de aquisições de ações;
- e) forma de liquidação;
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

9. Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

- a) Os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);
- b) Os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;
- c) Os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);
- d) A descrição dos benefícios oferecidos.

Os itens 3 ao 9 não são aplicáveis à natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro C.12.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

		% DA REMUNERAÇÃO TOTAL MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	% DA REMUNERAÇÃO TOTAL PERÍODO
Conselheiros de Administração	Marco A P da Cunha	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,02	1,94%
	Nelson Akio Fujimoto	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,02	1,94%
	Loreni F Foresti	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,02	1,94%
	Elcione F Alves	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,02	1,94%
	Marcio F de Almeida	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,02	1,94%
	Flávio Konzen	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,02	1,94%
SUBTOTAL		10,12%	10.529,62	10.529,62	10.529,62	10.529,62	11.003,46	11.003,45	11.003,45	11.003,46	11.003,46	11.003,46	11.003,45	11.003,46	130.146,11	11,62%
Conselheiros de Administração - 13º Salário	Marco A P da Cunha	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	1.833,91	0,16%
	Nelson Akio Fujimoto	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	1.833,91	0,16%
	Loreni F Foresti	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	1.833,91	0,16%
	Elcione F Alves	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	1.833,91	0,16%
	Marcio F de Almeida	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	1.833,91	0,16%
	Flávio Konzen	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	1.833,91	0,16%
SUBTOTAL		0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.003,45	0,00	11.003,45	0,98%
Conselheiros Fiscais	Magda de O M Cardoso	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,01	1,94%
	Alessandra G. Marti-nello	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,01	1,94%

	Luiza H F de Sá Cavalcante	1,69%	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.754,94	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	1.833,91	21.691,01	1,94%
SUBTOTAL		5,06%	5.264,81	5.264,81	5.264,81	5.264,81	5.501,72	5.501,72	5.501,72	5.501,72	5.501,72	5.501,72	5.501,72	5.501,72	65.073,03	5,81%
Conselheiros Fiscais - 13º Salário	Magda de O M Cardoso	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,16%
	Alessandra G Marti-nello	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,16%
	Luiza H F de Sá Cavalcante	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.833,91	0,16%
SUBTOTAL		0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501,72	0,49%
II) TOTAL CONSELHOS		15,18%	15.794,42	15.794,42	15.794,42	15.794,42	16.505,18	16.505,17	22.006,90	16.505,18	16.505,18	16.505,18	27.508,63	16.505,18	211.724,31	18,91%
III) TOTAL GERAL (I + II)		100,00%	104.045,10	99.646,45	80.464,63	81.018,93	83.996,21	102.636,90	92.168,73	94.376,66	85.017,13	85.017,13	118.423,63	92.850,32	1.119.661,82	100,00%

Fonte: Ofício 340 /DEST- MP.

Quadro C.12.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

PARCELAS	DIRIGENTE	% DA REMUNERAÇÃO TOTAL MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	% DA REMUNERAÇÃO TOTAL PERÍODO
Honorários	Marco A P da Cunha	6,01%	6.257,89	18.773,66	18.773,66	18.773,66	19.618,47	19.618,47	19.618,47	19.618,47	19.618,47	19.618,47	13.078,98	19.618,47	212.987,17	19,02%
	Paulo R da R Amaral	10,46%	10.883,37	16.325,06	16.325,06	16.325,06	11.373,13	17.059,69	17.059,69	11.373,13	17.059,69	17.059,69	17.059,69	17.059,69	184.962,94	16,52%
	Ney Michelucci Rodrigues	13,08%	13.604,11	3.265,01	3.265,01	3.265,01	3.411,94	3.411,94	3.411,94	3.411,94	3.411,94	3.411,94	3.411,94	3.411,94	50.694,65	4,53%
	SUBTOTAL	29,55%	30.745,37	38.363,73	38.363,73	38.363,73	34.403,54	40.090,10	40.090,10	34.403,54	40.090,10	40.090,10	33.550,61	40.090,10	448.644,76	40,07%
Cedência	Ney Michelucci Rodrigues	24,27%	25.253,48	25.253,47	25.253,51	25.807,81	24.452,40	24.945,62	29.018,73	27.250,81	27.368,89	27.368,89	27.545,02	27.545,00	317.063,63	28,32%
	SUBTOTAL	24,27%	25.253,48	25.253,47	25.253,51	25.807,81	24.452,40	24.945,62	29.018,73	27.250,81	27.368,89	27.368,89	27.545,02	27.545,00	317.063,63	28,32%
13º Salário	Marco A P da Cunha	0,00%	0,00	9.386,83	0,00	0,00	0,00	9.809,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.809,47	0,00	29.005,30	2,59%
	Paulo R da R Amaral	0,00%	0,00	8.162,53	0,00	0,00	0,00	8.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.530,69	0,00	25.222,22	2,25%
	Ney Michelucci Rodrigues	0,00%	0,00	1.632,51	0,00	0,00	0,00	1.705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.706,94	0,00	5.044,45	0,45%
	SUBTOTAL	0,00%	0,00	19.181,87	0,00	0,00	0,00	20.043,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.047,10	0,00	59.271,97	5,29%
Férias + 1/3 Férias	Marco A P da Cunha	16,04%	16.687,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.719,32	0,00	25.407,01	2,27%
	Paulo R da R Amaral	6,97%	7.255,59	0,00	0,00	0,00	7.582,08	0,00	0,00	7.582,08	0,00	0,00	0,00	7.582,08	30.001,83	2,68%
	Ney Michelucci Rodrigues	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	SUBTOTAL	23,01%	23.943,28	0,00	0,00	0,00	7.582,08	0,00	0,00	7.582,08	0,00	0,00	8.719,32	7.582,08	55.408,84	4,95%
Abono pecuniário de férias	Marco A P da Cunha	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Paulo R da R Amaral	6,97%	7.255,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.582,08	0,00	0,00	0,00	0,00	14.837,67	1,33%
	Ney Michelucci Rodrigues	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%



	SUBTOTAL	6,97%	7.255,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.582,08	0,00	0,00	0,00	0,00	14.837,67	1,33%
Auxílio Alimentação	Marco A P da Cunha	0,35%	361,48	361,48	361,48	361,48	361,50	361,50	361,50	361,48	361,48	361,48	361,48	361,48	361,48	4.337,82	0,39%
	Paulo R da R Amaral	0,35%	361,48	361,48	361,48	361,48	361,50	361,50	361,50	361,48	361,48	361,48	361,48	361,48	361,48	4.337,82	0,39%
	Ney Michelucci Rodrigues	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	SUBTOTAL	0,69%	722,96	722,96	722,96	722,96	723,00	723,00	723,00	722,96	722,96	722,96	722,96	722,96	722,96	8.675,64	0,77%
Plano Saúde	Marco A P da Cunha	0,06%	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	66,00	81,00	807,00	0,07%
	Paulo R da R Amaral	0,25%	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	264,00	324,00	3.228,00	0,29%
	Ney Michelucci Rodrigues	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	SUBTOTAL	0,32%	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	330,00	405,00	4.035,00	0,36%
I) TOTAL DIRETORIA																	
		84,82%	88.250,68	83.852,03	64.670,20	65.224,50	67.491,02	86.131,72	70.161,83	77.871,47	68.511,95	68.511,95	90.915,01	76.345,14	907.937,51	81,09%	

Fonte: Ofício 340 /DEST- MP.

2 DECLARAÇÃO DAS ATAS DO CONSAD E CONFIS




Ministério das
Cidades



DECLARAÇÃO

Eu, Marco Arildo Prates da Cunha, portador do CPF 263.031.320-49, declaro para os devidos fins que as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Porto Alegre, 01 de abril de 2011


Marco Arildo Prates da Cunha
Diretor Presidente

3 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ):

BB PREVIDÊNCIA FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL

CNPJ: 00.544.659/0001-09

b) Demonstrativo anual:

- Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes: R\$ 10.437.096,97
- Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes: R\$ 840.866,93
- Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora (incluindo as contribuições referentes ao Tempo de Serviço Passado do participante: R\$ 2.489.145,11.
- Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições: Não existe repasse de recursos que não sejam contribuições do BBPREV.
- Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal: Os planos de benefícios da TRENSURB são cotistas dos seguintes Fundos de Investimentos:

* Plano TRENSURB de Benefício Definido: os investimentos seguem às especificações da Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3456 e política de investimentos. Os recursos são alocados no Fundo de Investimentos em cotas do grupo 5.

* Plano TRENSURB de Contribuição Definida: os investimentos seguem às especificações da Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3456 e política de investimentos. Os recursos são alocados no Fundo de investimento em cotas do grupo 7.

A estratégia de investimento adotada pela BBPrevidência atende a legislação (Resolução CMN 3456), que determina que a EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar), defina e elabore anualmente a Política de Investimentos dos recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados.

A BBPrevidência tem como critério interno realizar no mínimo uma revisão anual da política. Para a revisão realizada em dezembro de 2010, foi contratada assessoria especializada no assunto, especificamente para tratar cada plano de benefício. A política de investimentos é aprovada pelo Conselho Deliberativo da BBPrevidência, que determina as práticas de investimentos e recursos dos planos, objetivando a maximização da rentabilidade dos ativos de modo a constituir reservas suficientes para suportar o pagamento dos benefícios, considerando os fatores de riscos e os princípios de segurança, solvência e liquidez.

- Valor Total Plano de Benefício Definido: R\$ 2.514.696,02
- Valor Total Plano de Contribuição Definido: R\$ 22.713.972,16
- Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar: Registramos que a Secretaria de Previdência Complementar foi extinta, sendo substituída, no que diz respeito às ações de supervisão, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, também vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Sobre a requerida manifestação, informamos que a PREVIC não se manifesta periodicamente acerca dos planos. Compete à PREVIC aprovar processos de implantação de planos, alterações regulamentares, ingresso e saídas de patrocinadoras etc.

Conclusões contidas no Parecer da auditoria independente

Opinião extraída do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Empresa PWC – Price WaterHouse Cooper.

“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BBPrevidência – Fundo de Pensão Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.”

Conclusões do último estudo atuarial

Opinião extraída do Parecer Técnico-Atuarial 2010 do Fundo de Pensão Banco do Brasil.

“Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual de 2010 do Plano TRENSURB PREV, concluo que o plano está superavitário e, assim sendo, tem suas obrigações integralmente cobertas pelo ativo do plano.”

Informações sobre as ações de fiscalização

Informamos que a PREVIC é a entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, realizando seu trabalho quanto ao cumprimento do art. 25 da lei Complementar 108/2001, encaminhando o material para devida análise, onde não foram constatadas irregularidades.